ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ano 49 — Série VII — N.º 366
15 de Janeiro de 1981

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX — Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

O discurso de posse de Balsemão não deixa dúvidas: o novo Governo vai continuar a política contra os interesses do povo e do País

Pág. 3

PLENÁRIO DE MILITANTES DA REFORMA AGRÁRIA

No passado sábado, trezentos quadros do PCP das organizações da zona da Reforma Agrária reuniram-se em Évora para análise da situação actual e definição de orientação para o futuro

Páginas centrais

DELEGAÇÃO DO PCP VISITA GUINÉ-BISSAU

Pág. 3

El Salvador: o povo luta contra a Junta fascista

Pág. 12

BANDOS NAZIS NA RFA

Contando com a benevolência das autoridades, proliferam na República Federal Alemã grupos armados neo-nazis responsáveis pelo recrudescimento de actos terroristas e provocações

Pág. 10

Contradições na CAP levam ao afastamento de Casqueiro

Pág. 12

Editorial — **A «MUDANÇA» NECESSÁRIA**

Editorial

A «MUDANÇA» NECESSÁRIA

«MUDAM-SE os tempos, mudam-se as vontades; Todo o Mundo é composto de mudança» – escreveu de maneira lapidar o nosso Épico nacional, Camões.

Não era seguramente no sentido evolutivo desta avançada concepção do Mundo do nosso imortal Poeta que pensavam os chefes da «AD» quando inscreveram como lema do seu programa político a palavra «mudança».

De facto, muda-se de muita maneira, a universal mudança não é uniforme.

É lenta ou brusca; de superfície ou de profundidade; de conteúdo ou de forma; para trás ou para a frente; qualitativa ou quantitativa... ou tudo isso ao mesmo tempo – afinal em planos tão diversos como diversa é a própria vida.

Há ainda mudanças cuja natureza e amplitude não são imediatamente perceptíveis – só à distância se podem avaliar com certa exactidão.

A situação política portuguesa, por exemplo, de há três meses para cá, é exactamente um desses fenómenos em plena mutação. Uma mutação cujo alcance se pode conjecturar mas que só os dias vindouros permitirão medir em toda a sua grandeza.

É que à raiz da formação deste novo governo «AD» não se pode deixar de pensar nalgumas «mudanças» visíveis ocorridas nos últimos três meses.

Por ordem cronológica:

- Em 5 de Outubro do ano transacto a «AD» reforça a sua maioria parlamentar por processos antidemocráticos e mantém o Governo à sua imagem e semelhança;
- Em 4 de Dezembro o Governo «AD» perde em condições trágicas o seu chefe Sá Carneiro e fica durante um mês sob a batuta do ambicioso n.º 1 do CDS, Freitas do Amaral;
- Em 7 de Dezembro a coligação governante sofre uma pesada derrota eleitoral de consequências desastrosas;
- Em 10 de Janeiro, há cinco dias portanto, o Governo Freitas do Amaral cede o posto ao Governo Balsemão e este toma posse perante um Presidente da República que não é exactamente a figura perante a qual o Governo Sá Carneiro se propunha apresentar uma demissão simbólica.

Algumas destas mudanças não estavam obviamente nos projectos da «AD»... É preciso reconhecer que aqui falharam de maneira estrondosa as previsões da Aliança reaccionária.

E afinal o que é que mudou de facto a nível político e a nível do Governo com a formação desta nova equipa governante chefiada por Balsemão?

Depois de longas e devastadoras refregas entre os parceiros da «AD», não só entre os partidos que a compõem como no interior de cada um deles, aí temos este «novíssimo» Governo Balsemão que se propõe, nem mais nem menos, ocupar o pódio por quatro anos!

O novo governo é pois o produto da crise interna da «AD» e da crise geral do País, levada a uma fase aguda precisamente pela política e pelos governos da «AD».

O compromisso «aritmético» fixou-se entre «metade e mais um» de ministros do CDS relativamente ao PPD – mas ao CDS foram de facto dadas as pastas-chaves do novo ministério.

O próprio Basílio Horta, que inicialmente garantiu a pés juntos não aceitar a sua inclusão num governo presidido por Balsemão, sempre aceitou, por causa das coisas, impondo uma condição: não seria ministro-adjunto do Primeiro-Ministro mas ministro de *Estado* adjunto do Primeiro-Ministro.

Que outras «mudanças» no Governo Balsemão?

Desapareceu do novo elenco o «gendarme» da Reforma Agrária, Eurico de Melo – mas lá ficou Cardoso e Cunha, o ministro dos latifundiários da CAP; saiu da Economia e Finanças o sr. Cavaco e Silva, em apuros para colmatar as sangrias eleitoralistas feitas sob a sua direcção nos fundos públicos que estão nas origens da maioria parlamentar da «AD» – mas lá ficou Morais Leitão um antigo gestor de bancos, dos tempos da «outra senhora» que prestou úteis serviços jurídicos a Sá Carneiro.

Criou-se, por outro lado, aquele mirífico «Ministério da Qualidade de Vida» e colocou-se à sua frente o sr. Ferreira do Amaral do PPM, um secretário de Estado do Governo Mota Pinto que saiu do MAP quando dele se evolavam os «fumos da corrupção» referidos pelo então ministro Vaz Portugal.

Em resumo: um governo «novo» com velhas caras que o Povo português conhece e não esquece.

EM termos de política geral que se propõe a «AD» e o seu Governo Balsemão? Que temos de «mudanças»?

Confessadamente pela boca do actual Primeiro-Ministro, realizar os objectivos apontados por Sá Carneiro no Governo anterior, dar execução prática ao chamado projecto «AD» são planos imediatos.

O famigerado «projecto AD» exige desde já a mobilização e a luta consequente das forças democráticas, dos trabalhadores, de todos os patriotas.

O «projecto AD» é o projecto da liquidação do 25 de Abril e das suas conquistas democráticas.

É um projecto que a «AD» se propõe levar à prática no plano legislativo e no plano executivo. E seguramente noutros planos.

No plano legislativo: rasgar a actual Constituição e impor uma outra que restabeleça a velha ordem política e o velho poder de classe a que a revolução de Abril pôs termo (claro, tudo isso sob o verniz da «democracia»);

Estrangular as liberdades, restaurar os monopólios e os latifúndios, reduzir à irrisão a independência nacional e alargar o reino das multinacionais, impor os métodos antidemocráticos intrínsecos à natureza e às tradições das forças reaccionárias integradas na «AD»;

Anular o Artigo 289.º que prescreve o limite formal dos dois terços para a revisão constitucional e reduzir a fanicos o Artigo 290.º que estabelece os limites materiais da revisão;

Acabar com as nacionalizações e restabelecer o primado do capital privado; consumar a destruição da Reforma Agrária e repor a exploração semifeudal dos latifúndios nos campos martirizados do Alentejo e do Ribatejo; liquidar o direito à greve e impor o velho «colete de forças» ao exercício democrático dos direitos, liberdades e garantias, pelos trabalhadores;

Substituir a forma democrática das eleições pelo «referendo» deturpador da vontade popular;

Dar forma imediatista à guerrilha institucional reduzindo a zero os poderes *do actual* Presidente da República e criando um «Conselho de Estado» à imagem e semelhança da «AD» que sanciona todo o arbítrio, todos os atentados à legalidade democrática que os partidos da «AD» pretendem levar avante;

Numa palavra: tentar executar o plano subversivo de Sá Carneiro e de toda a reacção através do golpe institucional, tentar aliciar para esses planos o PS sem o qual é impossível obter na Assembleia da República os dois terços para a revisão constitucional.

NO plano executivo a obra do Governo Balsemão procura ser a obra da continuidade do Governo de Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Se os tenebrosos planos legislativos da «AD» reclamam uma acção consequente das forças democráticas no parlamento e fora dele, principalmente a acção concertada do PS e do PCP, a continuidade da obra destruidora do Governo anterior pelo Governo actual exige o combate aturado, firme e organizado dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores proprietários e rendeiros, dos pequenos e médios empresários do comércio e da indústria, dos reformados, das mulheres, dos jovens.

Um combate em todas as frentes onde se congemina e se processa o agravamento geral das condições de vida do Povo português.

A «mudança» nestes últimos dias é de vulto.

O Governo impôs condições que tornaram problemático, e em muitos casos ainda por efectuar, o pagamento do 13.º mês; numerosos sectores do patronato recusam pagar o salário mínimo de 9000 escudos, demagogicamente decretado pelo Governo; em círculos afectos ao novo Governo Balsemão, admite-se uma nova descida do tecto salarial.

Subiram espectacularmente os preços dos adubos, dos transportes, da energia, dos combustíveis, das franquias postais e fiscais, dos telefones, das taxas de televisão, dos custos da saúde pública; projecta-se a subida dos preços da bica, das bebidas e por lógica e inevitável incidência ir-se-á para um aumento generalizado e incontrolável doutros géneros de primeira necessidade.

Os custos de produção atingiram um nível incomportável para agricultores e industriais. A apregoada «estabilidade AD» é a instabilidade, da insegurança do Povo português. Nas condições de uma profunda crise não há estabilidade possível. Menos ainda com a reacção no Poder.

– «Inflação disfarçada» – chamam-lhe os peritos da CEE;

– «Factura eleitoralista, desnudamento das promessas demagógicas da «AD»; escalada vertiginosa do custo de vida» – chamar-lhe-á o Povo português ajoujado sob o fardo da crise.

O movimento popular de massas tem uma palavra a dizer – uma palavra decisiva para pôr um travão à marcha da crise económica e social sob a égide da «AD», ao plano subversivo da reacção, aos intentos de agravar a dependência de Portugal do imperialismo.

A verdadeira «mudança» que vem da mensagem do Poeta só pode ter uma tradução nos nossos dias:

Alternativa democrática, política democrática, Governo democrático!

E não daqui a quatro anos...

Avante! Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. ***Porto*** – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.

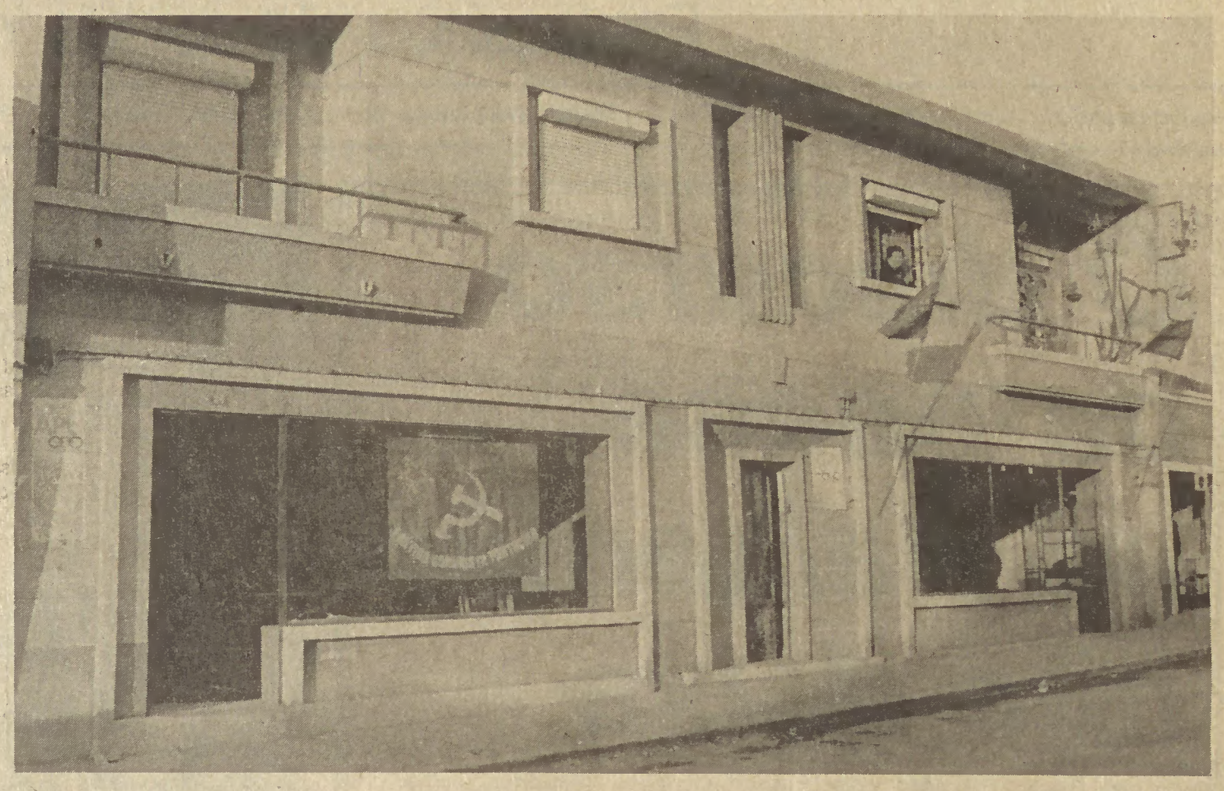
EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média no mês de Dezembro: 64 016

CENTROS DE TRABALHO



Centro de Trabalho comprado no Barreiro

No início do ano passado, os camaradas da Comissão de Freguesia de Santo André, no concelho do Barreiro, pensaram na hipótese de comprar a casa onde estava instalado o Centro de Trabalho.

Quase um ano depois da iniciativa ter ido para a frente, a escritura da compra do andar concretizou-se. A campanha de fundos levada a cabo pretendia juntar 440 contos e, até agora, já se conseguiu reunir mais de metade, isto é, 280 contos. O restante foi emprestado pela Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, o que possibilitou agora a escritura de compra.

Na campanha não tem sido descurada o apoio da Organização local e da população, com destaque para o "Grupo dos Amigos dos Mil" que, até ao momento, juntaram 100 contos.

Até meados deste ano os camaradas de Santo André contam ter a tarefa concluída.

Esta casa de trabalho já é do nosso Partido. Fica no Barreiro, na freguesia de Santo André. Há um ano, os camaradas da organização local do PCP decidiram comprar a casa. É se bem o decidiram, melhor o fizeram: recentemente, como pode ver-se na foto, concretizou-se a escritura da compra das instalações. Uma iniciativa que diz bem da capacidade de iniciativa, de organização e de dedicação dos militantes comunistas

Fundos para o CT de Arrentela

"Quanto maior é o Partido maior é a sua responsabilidade, e pra dar resposta às necessidades de organização torna-se necessário abrir novos Centros de Trabalho, como meio de reforço da estrutura organizativa. Foi assim que se decidiu abrir um novo CT na freguesia da Arrentela (Seixal), cujo valor deverá ser pago até ao final do mês de Agosto de 1981" – diz-nos o Secretariado da Célula do PCP na Sorefame/Amora, que deixa aqui o seu apelo à solidariedade de todos os trabalhadores daquela unidade industrial e à população da zona em geral.

A campanha de fundos para o CT de Arrentela divide-se em duas fases: a primeira vai até 15 de Fevereiro (incluiu já os fundos obtidos no Natal e Ano Novo) e a segunda até 15 de Agosto de 81.

Documentos da Conferência Nacional do PCP (Porto, 31 de Maio de 1980)

Não ao Mercado Comum

A mais completa análise realizada no nosso país sobre a adesão de Portugal à CEE e as suas consequências na economia nacional.

À venda

Publicam-se neste volume (último da série «Não ao Mercado Comum») as intervenções efectuadas nas secções Pescas e Comércio/Transportes/Turismo, no âmbito da Conferência do PCP «Portugal e o Mercado Comum».

A Conferência surge como um contributo valioso no domínio da recolha de informação, estudo e debate, iniciativa verdadeira e democraticamente participada que possibilitou uma análise aprofundada das consequências económicas, sociais e políticas da eventual integração de Portugal.

A divulgação dos materiais de apoio contribuirá sem dúvida para uma maior sensibilização de todos os portugueses em relação à problemática de uma eventual adesão à CEE, pois, como ficou amplamente demonstrado, se analisada de forma objectiva e realista, para todos ficará claro que tal adesão afectará seriamente a economia portuguesa, revelando-se apenas como uma manobra inequivocamente política, contrária e lesiva dos verdadeiros interesses nacionais.

O discurso de posse de Balsemão não deixa lugar a dúvidas

— o Governo vai continuar a política antidemocrática

A propósito do discurso de tomada de posse do primeiro-ministro Pinto Balsemão, a Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou no passado dia 9 a seguinte nota que transcrevemos:

1. O discurso proferido por Pinto Balsemão no acto de posse do Governo da "AD" a que preside, constitui a todos os títulos uma indiscutível confirmação de que, como o PCP tem advertido, o novo Executivo se propõe dar integral continuidade à política antidemocrática do anterior Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

2. Com um discurso caracterizado por uma mal disfarçada arrogância e agressividade, o Primeiro-Ministro encarregou-se ele próprio, no seu primeiro acto público nessa qualidade, de desmentir frontalmente as benévolas expectativas e as ingénuas ilusões que alguns sectores têm procurado suscitar em relação à personalidade do novo Primeiro-Ministro e à política do seu novo Governo.

3. Com efeito, por detrás de uma cortina de eufemismos e de formulações pretenciosas, o que o discurso de Pinto Balsemão anuncia é, sem margem para dúvidas, o propósito de prosseguir uma política de ofensiva contra o regime democrático, de limitação dos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, de conflitos institucionais, de combate às novas realidades económicas e sociais criadas com o 25 de Abril, de continuação de uma política externa de humilhante submissão nacional.

4. As palavras do Primeiro-Ministro não devem deixar lugar a ilusões sob o verdadeiro projecto político que lhe está subjacente.

Assim, a anunciada cruzada pela pretensa "libertação da sociedade civil" do peso e influência do Estado mais não esconde do que a verdadeira intenção de subordinar despóticamente a vida nacional aos objectivos e interesses do grande capital, de restaurar o poder e os privilégios que monopolistas e agrários perderam justamente com a revolução do 25 de Abril, de colocar o povo e os seus direitos e o País e as suas riquezas de novo à mercê dos que constituiram durante décadas o principal sustentáculo da ditadura fascista e são os principais responsáveis pelo atraso económico e social do País.

5. Através do discurso do Primeiro-Ministro, os portugueses ficam prevenidos de que, na política do novo Governo "AD", a "libertação da sociedade civil" é a formula sofisticada que significará na prática que, a pretexto do "vento fresco da concorrência", prossiga a ofensiva para a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, para a aceleração da ruína das pequenas e médias empresas, e se encaminhe a comunicação social estatizada para a reprivatização total ou parcial; que, a pretexto do combate às alegadas "reivindicações excessivas" e para a concretização do fantasioso "contrato social", prossigam as tentativas governamentais de limitar os direitos dos trabalhadores e das suas organizações e de impor autoritáriamente concepções de raíz corporativa na solução dos conflitos sociais; que, a pretexto das repercussões internas da crise económica do mundo capitalista, prossiga, agora a ritmo mais desenfreado, a imposição de pesadíssimos sacrifícios à população laboriosa, acentuando a degradação das suas condições de vida.

6. Entre outras, constituem ainda intolerável manifestação de rebeldia perante o regime democrático e constitucional duas afirmações do Primeiro-Ministro: a primeira, no sentido de que o Governo, a pretexto de "alterações de fundo" à Constituição pretensamente "inevitáveis" e "desejáveis", pretende abusivamente antecipar-se à revisão constitucional com uma revisão de facto feita através da política governamental, designadamente, no que diz respeito às Forças Armadas; a segunda, no sentido expressamente repetido de que inevitávelmente o Governo "AD" seria para durar quatro anos, procurando assim excluir a eventual realização constitucional, legal e legitima de eleições legislativas antes de 1984 ou qualquer outra solução democrática alternativa ao Governo "AD".

Tais declarações revelam que, apesar dos resultados eleitorais de 7 de Dezembro, os dirigentes da "AD" não abdicam de continuar a explicitar públicamente concepções totalitárias e atitudes de desrespeito pelas regras democráticas.

Com efeito, é indispensável sublinhar e esclarecer, por um lado, que o Governo continua obrigado ao respeito integral da actual Constituição até à promulgação de uma eventual lei de revisão, e, por outro lado, que a figura do chamado "governo de legislatura" não tem qualquer suporte constitucional e que o "contrato de legislatura" citado por Pinto Balsemão é uma pura ficção propagandística, uma vez que a realização de eleições antecipadas é sempre uma possibilidade de irrepreensivel legitimidade democrática e constitucional.

A referida declaração de Pinto Balsemão evidencia a velada intenção de retirar poderes a outros órgãos de soberania e de retirar ao povo português o direito democrático de, nas condições e no momento constitucionalmente possíveis, julgar pelo voto a política do Governo.

Contrariamente ao que a "AD" procura fazer crer, a estabilidade do regime e das instituições democráticas não se confunde por nenhuma forma com a "estabilidade" do Governo da reacção. É exactamente em nome da estabilidade do regime constitucional e da estabilidade e da salvaguarda dos direitos e liberdades dos cidadãos que, com grande probabilidade, pode vir a apresentar-se como necessária, legitima e natural a realização de uma consulta eleitoral como forma de poupar os portugueses à continuação de uma política desastrosa, antipopular e inconstitucional.

7. O novo Governo dispõe de uma maioria parlamentar embora conseguida em condições notóriamente antidemocráticas. Mas é importante salientar que a coligação que o apoia é minoritária face à opinião e ao voto dos portugueses expresso nas legislativas e sofreu uma estrondosa derrota em eleições presidenciais nas quais tinha colocado em jogo, não apenas o seu candidato, mas o seu Governo, a sua política e os seus dirigentes.

Sublinhando a necessidade de dar desenvolvimento à luta e à unidade das forças democráticas e de assegurar uma ampla e activa intervenção dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas na defesa dos seus interesses, o PCP tudo fará para que, no quadro do regime democrático, se concretize tão cedo quanto possível a viragem democrática necessária para a solução dos problemas nacionais e para a satisfação das aspirações populares, no âmbito da retomada confiante do curso libertador aberto na vida nacional pelo 25 de Abril.

Dirigente do PCP visitou Guiné-Bissau

● Oferta de mediação não tem fundamento

Domingos Abrantes

Ao informar que no passado dia 9 de Janeiro regressou de Bissau o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, a Secção de Informação e Propaganda do PCP salienta que **a viagem à Guiné-Bissau foi realizada no quadro de tradicionais relações de amizade, com vistas a um melhor conhecimento pelo PCP da situação existente naquele país depois dos acontecimentos de 14 de Novembro.**

Durante a sua visita – prossegue a nota da SIP – **o camarada Domingos Abrantes teve um encontro com uma delegação composta por Victor Saúde Maria, vice-presidente do Conselho da Revolução, membro do Comité Executivo de Luta do PAIGC (CEL) e Ministro dos Negócios Estrangeiros; Tiago Lopes, membro do CEL do PAIGC e presidente do Comité do PAIGC do sector autónomo de Bissau; Francisco Bá, membro do CEL do PAIGC; Mário Cabral, assessor do Conselho da Revolução e Ministro do Desenvolvimento Rural e da Informação e Francisco Mansoa, director da Escola Nacional do PAIGC, em Bissau.**

Neste encontro – revela ainda a nota da SIP – **realizou-se uma troca de informações e de opiniões e foi reafirmado o desejo comum de prosseguir e estreitar as relações de amizade e cooperação.**

Entretanto, como tivesse provocado certa especulação a viagem deste dirigente do PCP, nomeadamente entre alguns órgãos de Informação, a SIP difundiu no dia seguinte um esclarecimento a propósito das notícias que circularam, o qual transcrevemos:

A SIP do PCP está em condições de esclarecer o seguinte: não tem qualquer fundamento a informação difundida por alguns órgãos de comunicação social segundo a qual o PCP se teria "oferecido para servir de medianeiro entre Guiné-Bissau e Cabo Verde".

As diferenças de opinião e eventuais divergências que existam entre os camaradas do PAIGC da Guiné-Bissau e de Cabo Verde constituem um assunto interno, no qual o PCP não tem qualquer intenção de se imiscuir.

As relações de amizade e cooperação do PCP com o PAIGC têm longas tradições, criadas na luta comum contra o fascismo e o colonialismo.

Face aos recentes acontecimentos, o PCP, com vistas a conhecer melhor a nova situação, propôs aos dirigentes da Guiné-Bissau e de Cabo Verde breves visitas àqueles países de membros da sua direcção.

Recebidas favorável e fraternalmente as propostas, tanto da Guiné-Bissau como de Cabo Verde, o camarada Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, realizou uma visita à Guiné-Bissau de 7 a 9 do corrente. Dentro de dias deverá partir para a Cidade da Praia um outro membro da direcção do PCP.

Tratam-se de viagens de informação no quadro de relações fraternais e de modo algum de qualquer tentativa ou oferta de mediação.

A Madeira e os Açores mais afastados do continente

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores passam a «beneficiar» de mais uma medida tomada pelo governo «AD», na altura ainda presidido por Freitas do Amaral na sua qualidade de primeiro-ministro interino – o aumento das tarifas aéreas entre o Continente e as Regiões Autónomas.

No que se refere à Madeira, os residentes, dos quatro contos que pagavam, passam a pagar 6760$00, com a condição de viajarem às terças, quartas e quintas-feiras. Se o fizerem noutro dia da semana têm de pagar a tarifa por inteiro, mais elevada. Relativamente aos Açores o panorama é idêntico, diferindo apenas no quantitativo a pagar.

De salientar que esta medida foi tomada por um Governo formado pelo PPD e pelo CDS e afecta duas Regiões Autónomas governadas pelo PPD.

Mas também as tarifas de carga aérea foram agravadas. A aplicação de tais tarifas, ou mesmo de outras ligeiramente inferiores, como já se fala, trarão como consequência imediata o aprofundamento do isolamento social destas regiões e serão mais um entrave ao desenvolvimento económico tão necessário, na medida em que provocarão o agravamento geral e substancial do custo de vida, visto ser significativo o volume de mercadorias transportadas por via aérea.

Repudiando esta medida governamental, pronunciaram-se já as Direcções das Organizações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores do PCP.

Na posição que tornou pública, a DORAM do PCP afirma:

Consideramos que estes aumentos e ainda a imposição dos dias em que temos de viajar, para auferir dos preços de residentes, faz parte de uma política e de um plano reaccionário do Governo PPD-CDS que quer fazer pagar aos trabalhadores e ao povo – as camadas mais desfavorecidas – os frutos da sua política profundamente negativa para a grande maioria do nosso povo.

Por seu turno a DORAA do PCP frisa a necessidade de se exigir do **Governo Regional que torne público, de imediato, quais os quantitativos que defende para os aumentos das tarifas. Só assim,** prossegue o comunicado, **se poderá saber quais são realmente as intenções dos responsáveis regionais nesta matéria e qual o significado a atribuir às posições já assumidas pelo Governo Regional.**

A terminar, acrescenta:

O povo dos Açores não pode aceitar que os critérios usados para a determinação das tarifas aéreas sejam iguais ou semelhantes aos critérios usados nas linhas internacionais. As nossas ilhas são parte integrante do território nacional e os portugueses que aqui habitam não podem, nem querem, ser condenados a um isolamento e a dificuldades cada dia maiores.

A manobra do aumento exagerado

Alguns factos são indício de que o aumento exagerado foi propositado no intuito de vir a sofrer uma diminuição que poderia calar a boca dos habitantes das Regiões Autónomas descontentes com o facto de terem de pagar mais pelo transporte de e para o Continente. Indício de que tal foi previamente pensado as recentes declarações dos responsáveis dos Governos Regionais afirmando que a portaria que estabelece os aumentos iria ser revista.

Aliás, este mesmo aspecto da questão não é esquecido no documento da DORAA do PCP, onde a dado passo se refere:

O VI Governo ao decretar estes aumentos, de forma unilateral, de surpresa e nas vésperas da tomada de posse do novo Governo «AD», assume um procedimento pouco normal e pouco claro. Um procedimento pouco normal, porque dada a gravidade e as consequências económicas e sociais das medidas em causa não é aceitável que sejam tomadas, apressadamente, a poucos dias do termo do seu mandato. Um procedimento pouco claro, porque tudo leva a pensar que o que se pretende é abrir caminho a uma outra portaria que consagre preços ligeiramente mais baixos que os agora decretados, mas muito mais altos que os actualmente praticados, permitindo assim que o Governo Balsemão e o Governo da Região salam de toda a manobra «com as mãos limpas».

Entretanto, talvez para dar um ar mais oficial à concretização desta manobra João Jardim e Mota Amaral deslocaram-se ao Continente de avião.

Da febre aftosa à expulsão das terras: O Governo «AD» cumpre...

O ressurgimento da febre aftosa – novo surto detectado no início de Dezembro – traz os agricultores preocupados. À incúria do Governo «AD» cabem as responsabilidades. Isto por duas razões fundamentais: não foram criadas condições para uma segunda vacinação generalizada ao gado, a qual seria absolutamente necessária para a erradicação da moléstia; não surgiu qualquer legislação tendente a impedir o contrabando de gado proveniente de Espanha, na maioria dos casos contaminado. À ausência de legislação punitiva acrescenta-se uma incrível benevolência na actuação (que devia ser) de repressão ao contrabando de gado bovino. Segundo informações do Comando da Secção da Guarda Fiscal de Chaves, numa reunião de agricultores do Nordeste Transmontano, durante 1980, em 177 casos ilegais detectados por aquela corporação, apenas 2 foram analisados em tribunal, que por seu lado é acusado de não aplicar«penas condizentes com a gravidade dos crimes de contrabando».

Perante esta situação, cerca de mil agricultores de Trás-os-Montes, reunidos em Chaves, reivindicaram algumas medidas capazes de sanear em parte os problemas: vacinação gratuita do gado; isolamento e controlo sanitário das zonas onde se detectam focos de febre aftosa; aplicação de um «brinco» (anilhas aplicadas nas orelhas das reses em bom estado sanitário) específico para cada concelho transmontano, entrega à Junta Nacional dos Produtos Pecuários do gado atingido pela febre aftosa, devendo a Junta pagar uma soma compensadora por cabeça.

Mas não só de novo surto de febre aftosa são alimentadas as apreensões dos que trabalham duramente a terra. As geadas não têm poupado diversas regiões. No concelho da Chamusca, a geada negra que caiu, no mês passado, queimou pomares de citrinos num valor aproximado de 800 mil contos. Que fará o Governo às largas dezenas de agricultores afectados, já que os pomares não estavam abrangidos pelo seguro? No Nordeste, no distrito de Bragança, também por via da geada, cerca de 800 produtores de castanha, através das suas orgnizações, lutam junto dos serviços do MAP para que este proceda às indemnizações pela perda de 900 toneladas de castanha num valor de cerca de 17 mil contos.

No entanto, não é ainda tudo sobre as razões de descontentamento dos agricultores: «situação insustentável» da lavoura é como a define a Comissão Pró-Federação de Agricultores do Distrito de Leiria, referindo-se aos recentes aumentos de preços dos adubos (da ordem dos 33 por cento) e dos pesticidas (da ordem dos 20 por cento) aos quais se acrescentaram entretanto os aumentos dos combustíveis. E quanto ao escoamento? A realidade não é mais risonha: há vinho nas Adegas Cooperativas; a fruta apodrece nos pomares; produtos hortícolas, sobretudo lombardo, apodrecem na terra.

É possível... mas não com a «AD»!

Relativamente aos preços, os agricultores denunciam que o preço da carne de porco há muito que não era tão baixo e que se mantém invariável o preço do leite. «Entretanto continuam a entrar no nosso país grandes vacadas de Espanha, que para cá trouxeram a febre aftosa, provocando o encerramento das feiras e causando avultados prejuízos».

«Não foi isto que nos prometeram antes das eleições», concluem diversas organizações de agricultores. Mas com promessas foram enganados muitos – muitos outros trabalhadores da terra. A realidade é bem diversa das palavras. Que o digam igualmente os pequenos agricultores, que constituiam a Cooperativa de S. João, em Arruda dos Vinhos, expulsos das terras que trabalhavam por acção do Governo «AD» a favor do agrário Vaz Monteiro: terras, cujo arrendamento tinham efectuado ao ex-IRA, que entrara na sua posse devido ao facto de estarem ao abandono e às elevadas dívidas dos proprietários ao erário público.

Este e outros aspectos da «situação insustentável» que está a ser criada à lavoura levam agricultores, até agora apaziguados pelas promessas de melhores dias, a uma compreensão progressiva de que não é possível desenvolver a agricultura com a política do Governo «AD».

Urgente é que este homens trabalhadores da terra, desesperados com as dificuldades, compreendam ainda que é possível de facto desenvolver a agricultura, mas só com uma política democrática que acabe com a exploração dos que trabalham a terra e que assegure uma solução humana para a crise da nossa agricultura. Uma política que nunca pode ser a da «AD»....

Culminando o processo de unificação da UJC e da UEC, o 1.º Congresso da JCP realizou-se em 24 e 25 de Maio de 1980, em Lisboa.

O 1.º Congresso da JCP constitui um marco histórico na vida da Juventude Comunista. As suas repercussões e as suas justas conclusões far-se-ão repercutir na luta e no movimento juvenil, dando-lhe mais força, confirmando o seu papel de aguerrido destacamento do movimento popular que, seguramente, defenderá e consolidará o regime democrático e as outras históricas conquistas de Abril.

Este livro, tornando públicos e divulgando, não só os documentos aprovados pelo Congresso, mas também as intervenções produzidas ao longo dos trabalhos, constitui um instrumento de trabalho valioso para todos quantos queiram conhecer a realidade do movimento juvenil em Portugal e o papel que nele assume a sua vanguarda revolucionária – a Juventude Comunista Portuguesa.

À venda

Semana

7 Quarta-feira

1641 – Parte de Lisboa com destino à Catalunha a primeira embaixada diplomática portuguesa, após a libertação do domínio filipino, em 1640.

Voos mais «altos» para as ilhas...

A SIP do PCP, num comentário à composição e estrutura do novo Governo da «AD», considera nomeadamente que, para a coligação da direita, «o governo do país, em vez de ser um instrumento decisivo para a solução dos problemas nacionais, é sobretudo uma base operacional para servir os interesses do grande capital, para atentar contra o regime democrático e para corresponder à sede de mando e notoriedade pública do pessoal político dos partidos reaccionários». ■ A direcção do Sindicato dos Jornalistas entrega ao delegado do Procurador da República junto do Tribunal de Trabalho de Lisboa uma queixa contra a administração da Radiodifusão Portuguesa (RDP), por violação da lei da greve; a queixa relata as circunstâncias em que foram desactivadas as Redacções da Rádio Comercial e das delegações dos Açores e Madeira durante as greves dos jornalistas, de cinco a cito de Novembro, e dos trabalhadores da empresa, em Março. ■ Uma portaria publicada no «Diário da República» com data de 3 de Janeiro aumenta significativamente as tarifas aéreas entre o continente e as regiões autónomas da Madeira e Açores. ■ Médicos de Coimbra reclamam em abaixo-assinado a reabertura com a máxima urgência de um novo processo eleitoral para o cargo de bastonário da respectiva Ordem; afirmam os subscritores do documento que as eleições realizadas no passado dia 20 de Dezembro devem ser consideradas estatutariamente inexistentes no que respeita ao presidente da Ordem, por alegadas irregularidades do boletim de voto.

8 Quinta-feira

1933 – É oficialmente inaugurado em Lisboa o monumento evocativo da Guerra Peninsular, dentro do espírito «monumentalista» da ditadura fascista.

A «descosca» da CAP

Cerca de 1200 trabalhadores agrícolas no desemprego devido à ofensiva governamental contra a Reforma Agrária concentram-se em Montemor-o-Novo para chamarem a atenção do Governo e dos restantes órgãos de soberania para a situação aflitiva que se vive nos campos do Alentejo, tendo sido aprovada uma moção onde se reafirma, nomeadamente, que a luta vai prosseguir até que seja reposta a legalidade democrática no Alentejo. ■ José Manuel Casqueiro, secretário-geral da CAP, demite-se do cargo, tendo sido substituído na presidência da Comissão Parlamentar de Agricultura, Silvicultura e Pescas por Cardoso Carvalho; Casqueiro argumenta que há «sectores na CAP» que, em vez de «reformas nos campos» querem, pura e simplesmente, o retorno ao latifúndio dos tempos do fascismo, evidenciando a sua mágoa pela «desconsideração» assim manifestada ao seu empenhado labor em prol dos grandes agrários. ■ O Sindicato dos Jornalistas reafirma em comunicado o seu interesse em participar em estudos tendentes a viabilizar as empresas de Informação estatizadas. ■ A comissão sindical da TAP critica a decisão do Governo em manter a empresa em «situação económica difícil», o que apenas trará uma maior desestabilização no interior da empresa, podendo ainda anular o grande esforço dos trabalhadores para a resolução dos problemas.

9 Sexta-feira

1889 – Nasce em Lisboa o actor Estêvão Amarante.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, empossa o VII Governo Constitucional, chefiado por Francisco Pinto Balsemão; em nota distribuída pela SIP do PCP considera-se que o discurso de posse do novo Primeiro-Ministro constitui uma indiscutível confirmação de que o novo Executivo se propõe dar integral continuidade à política antidemocrática do anterior Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. ■ O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, anuncia que o PSD da Região já pediu a «declaração de inconstitucionalidade» da portaria que aumenta as tarifas aéreas entre o continente e as ilhas, enquanto o presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, considera que «talvez não seja necessário» recorrer a tal medida, mas adoptá-la-á se falharem as próximas «negociações» entre o ministro dos Transportes e os responsáveis das duas Regiões Autónomas.

10 Sábado

1875 – É fundado o antigo Partido Socialista Português, ao qual ficou legado o nome de José Fontana; foi dissolvido no início dos anos 30 por iniciativa de dirigentes como Ramada Curto, que entraram em conciliação com o fascismo.

Porto, o desastre da gestão «AD»

Em conferência de Imprensa os vereadores camaradas e eleitos do PS, APU e UDP para a Assembleia Municipal do Porto afirmam, numa tomada de posição conjunta, que os elementos da «AD», maioritários na Câmara Municipal do Porto, não souberam ou não quiseram concretizar as suas promessas eleitorais através de uma gestão minimamente eficaz durante o ano que passou, apesar de contarem com um governo da mesma «cor» política e das benesses que isso lhes permitiu distribuir. ■ Um comunicado da DORA do PCP considera que o pedido de demissão de Casqueiro de secretário-geral da CAP e da Comissão de Agricultura da Assembleia da República e as posições tomadas pelos grandes agrários alentejanos denunciam a existência de fortes contradições e choques entre os diferentes grupos daquela agremiação de agrários, sublinhando que estes acontecimentos expressam a involuntária confissão da reacção de que não tinha qualquer alternativa para a Reforma Agrária que não fosse a reconstituição, pura e simples, do grande latifúndio no Alentejo. ■ Uma lista afecta, segundo os jornais, aos «históricos» e «soaristas» ganha, por um voto, as eleições para o Secretariado da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS.

11 Domingo

1935 – Realiza-se a sessão de abertura do primeiro parlamento do regime fascista de Salazar.

A «AD», dominante na Câmara Municipal do Porto, prepara aumentos da ordem dos 150% nas tarifas da água, gás e electricidade. ■ O Secretariado do MARN é surpreendido pela «informação» prestada pelo sub-director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho durante um encontro solicitado pelo MARN de que o Governo prepara a revisão da Lei do Arrendamento Rural, prevendo-se que o respectivo «projecto» seja divulgado em breve; no decurso da reunião o Secretariado do MARN apurou ainda que não se concretizou uma única venda de terras arrendadas ao abrigo do «crédito PAR», lançado e propagandeado pelo Governo «AD» durante a campanha eleitoral.

12 Segunda-feira

1756 – É aprovado pelo governo do Marquês de Pombal o plano de reedificação da cidade de Lisboa, destruída quase completamente no ano anterior por violento terramoto.

Inicia-se na Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa o I Congresso Policlínico organizado pelo jornal especializado «Notícias Médicas», com a participação de 2300 jovens médicos de todo o território nacional. ■ O primeiro-ministro Pinto Balsemão anuncia que o programa do VII Governo constitucional será apresentado à Assembleia da República na próxima sexta-feira.

13 Terça-feira

1837 – É criada a Academia Politécnica do Porto por iniciativa de Passos Manuel.

Os controladores do tráfego aéreo preparam-se para entrar em greve a partir da meia-noite de hoje, exigindo um estatuto socioprofissional adequado, há muito prometido mas nunca concretizado. ■ Estudantes do departamento de Engenharia Química da Faculdade de Engenharia do Porto ocupam simbolicamente a reitoria desta escola em protesto contra a falta de professores na Universidade do Porto, que fez com que centenas de alunos tenham chegado a meio do ano lectivo sem aulas.

Os Comunistas na Assembleia da República

O medo do inquérito e a consciência pesada da «AD»

Na dúvida, é sempre não o que diz a maioria, respondendo às iniciativas da oposição, revelando não só o medo que tem demonstrado de trazer a público as suas mazelas, como revelando ainda as fraquezas de que enferma como maioria parlamentar. Visivelmente comandado pelo sector mais reaccionário da «AD», a maioria, depois de hesitações e resmungos, responde pela negativa.

Foi o caso do projecto do Partido Socialista, a que na passada semana fizemos referência. Adiada a votação, a instância evidente do PPD que, como partido de fachada «social-democrata» não conseguiu apresentar razões para recusar um diploma que visava tão-só a publicação das liquidações do imposto complementar, o voto apareceu em seco na passada quinta-feira: Não. O PPD, que afinal não interviera no debate, nem sequer adiantava razões. Limitava-se a seguir, cabisbaixo, o comando do CDS. E assim, como Salgado Zenha diria no dia seguinte, «o PSD português vota em Portugal contra aquilo que o seu partido irmão propusera em Espanha»...

Lino Lima, pelo PCP, na declaração de voto, após o projecto ter sido rejeitado pela «AD», afirmaria que os comunistas tinham votado favoravelmente «porque estamos empenhados em lutar contra a evasão e a fraude fiscal, através das quais o Estado perde anualmente dezenas de milhões de contos de receitas necessárias para fazer frente a múltiplos problemas vitais com que se depara o nosso povo. E ainda porque essa evasão e fraude são causas de desvios aos princípios da justiça fiscal que desejamos ver seriamente implantados e respeitados na nossa sociedade.

Classificando o projecto como apenas «um passo na direcção certa», Lino Lima diria que a «AD» demonstrou ser «exemplar na defesa dos interesses dos grandes rendimentos que pensou estarem em perigo com a aprovação deste projecto».

O medo da verdade

O medo da verdade levou entretanto a «AD», desta vez em bloco, a rejeitar os dois pedidos de inquérito que tanto o PCP como o PS tinham proposto à área da comunicação social estatizada.

O Partido Comunista Português, cuja proposta de pedido de inquérito incidia sobre a situação nos órgãos de comunicação social estatizada, foi defendida pelo deputado Jorge Lemos, de cuja intervenção publicamos extractos, considerou que «a veracidade e a gravidade dos factos... é corroborada e admitida por vastos sectores de opinião, por numerosas forças políticas e organizações sindicais. Na própria maioria parlamentar – afirmou Jorge Lemos – tem havido quem reconheça publicamente a situação ilegal e antidemocrática que se vive hoje nos órgãos de comunicação social do Estado».

Mas se tal sucedeu, o reconhecimento público dessa situação não veio a lume no plenário. Apenas a incapacidade para refutar as anomalias veio confirmar que elas existiam e que a «AD» se não sente suficientemente segura para que um inquérito venha revelar com profundidade as manipulações da comunicação às ordem do governo.

Daí terem os partidos de direita procurado misturar tudo. O PPM começou por afirmar que não tinha sido apenas no ano que findou que houve anomalias na área da comunicação social estatizada. Fez apelo ao chamado «gonçalvismo» para recordar que tais anomalias vinham de longe e procurou diluir a realidade presente em águas passadas. Para no fim não julgar aceitável o inquérito. «Têm a consciência pesada», comentaram das bancadas comunistas.

Aliás, não formalmente, mas através dos àpartes lançados ao ar durante o debate, alguns deputados de direita aventaram a hipótese de alargar o âmbito do inquérito: não se trataria apenas de realizá-lo no que diz respeito à administração «AD» mas alargá-lo eventualmente a anos anteriores. Os comunistas estavam de acordo. Mas tal proposta não foi concretizada. E, depois de intervenção de Arons de Carvalho, do PS, que anunciou a intenção do seu partido de votar favoralmente o pedido de inquérito nos termos em que o fez o PCP, o CDS veio achar despropositado tal inquérito que «pode aviltar a função fiscalizadora da Assembleia da República». A última palavra caberia ao PPD: «o inquérito é uma falsa questão», acusaram do alto da tribuna. E assim, com a solenidade a mascarar as intenções, votaram contra. Viam-se livres da verdade.

O pedido de inquérito do PS também foi recusado.

Ainda na passada semana, registaram-se intervenções dos comunistas Helder Pinheiro, que falou sobre os despedimentos de 212 trabalhadores da Standard Eléctrica, sublinhando não ser a primeira vez que o PCP traz o caso à Assembleia, e de Custódio Gingão que, também mais uma vez, denunciou a brutal ofensiva contra a Reforma Agrária, detendo-se nomeadamente no problema levantado pela falta de apanha de milhões de quilos de azeitonas que os agrários abandonam, ao abandono da bolota, à falta de aproveitamento de cortiças, à ausência de sementeiras em alqueives já trabalhado pelas cooperativas às quais foram retiradas terras.

Deputados do PSD reagiram com insultos a estas denúncias. Apenas conseguiram mostrar a falta de argumentos que defendam uma política voltada para a destruição de uma conquista de Abril, destruição que agrava os problemas com que se debate o povo português, nomeadamente os trabalhadores da zona: não apenas se registam baixas na produção de produtos agrícolas e pecuários, como alastra o desemprego nos campos do Alentejo.

Proposta comunista sobre o Ano Internacional do Deficiente

Após a apresentação, na passada quinta-feira, de um voto de saudação sobre o Ano Internacional do Deficiente, da autoria de deputados da ASDI, que foi votado por unanimidade, a deputada comunista Zita Seabra, manifestando embora o acordo do PCP, afirmou ser pouco a apresentação de um voto. E adiantou a proposta de criação, por parte da AR, de uma Comissão Eventual para o Ano Internacional do Deficiente que tenha, entre outros, os seguintes objectivos:

1. Criação de nova legislação e revisão da existente relacionada com os deficientes.

2. Sensibilização da opinião pública e das entidades governamentais e outras para a situação dos deficientes.

3. Acompanhamento e fiscalização das acções do Governo, da Administração Pública, de outras entidades públicas tomadas com vista à solução dos problemas existentes e eventual aprovação de recomendações.

4. Concretização do Dia Parlamentar do Deficiente na Assembleia da República, inteiramente dedicado a iniciativas visando os deficientes e a sua integração na sociedade.

A proposta, que foi entregue no mesmo dia, assinada por mais de uma dezena de deputados do PCP, baseia-se em alguns considerandos, nomeadamente recordando que, em Abril de 1980, se realizou o I Congresso Nacional dos Deficientes que foi um marco e importante alerta para a reivindicações e problemas dos deficientes e cujas conclusões se enquadram nas recomendações da ONU.

Intervenções

Comunicação Social: poderá esta política continuar?

(...) Já durante o debate da interpelação do Partido Socialista sobre a situação no sector da comunicação social, realizado em Junho passado, tivemos oportunidade de deixar aqui claramente provado que a política seguida se pautava pela violação sistemática da Constituição e das leis. Durante meses assistiu-se ao afastamento de gestores e ao saneamento de profissionais competentes substituídos por dóceis homens de mão. Fomentou-se a prática da censura, da sonegação da informação, da mentira sistemática, da degradação do conteúdo da informação. Foi uma política de repressão, incapaz de dar respostas às justas aspirações dos trabalhadores do sector.

Face ao manancial de casos concretos de ilegalidades, abusos de poder, práticas censórias, etc. então reveladas, a recusa por parte dos partidos da maioria governamental de discutir o pedido de inquérito parlamentar apresentado na altura deixou claro o medo e a falta de confiança da maioria na razão que não tinha e a tentativa de impor o silêncio para que não fosse completamente apurada a verdade dos factos e dela pudesse tomar conhecimento o Povo português.

Tal atitude denunciava, desde logo, que os partidos da "AD" não só não se opunham à prática ilegal e arbitrária que o Governo impunha ao sector, como apoiavam e fomentavam essa mesma prática política. É que, aproximando-se dois períodos eleitorais de importância decisiva para o futuro da democracia portuguesa, os partidos da coligação governamental estavam interessados em poder contar com uma informação dócil, à sua medida, uma informação ao serviço da difusão e propaganda dos seus objectivos políticos.

Com a Assembleia da República encerrada, recusada a convocação de uma sessão suplementar, o Governo lançou então uma nova ofensiva contra a informação estatizada, particularmente contra a rádio e a televisão.

Na RTP é nomeado para Presidente do Conselho de Gerência o exministro da propaganda de Mota Pinto, o sr. Proença de Carvalho e encarrega-se o ex-assessor do Primeiro-Ministro para a Comunicação Social, sr. Duarte de Figueiredo, de ocupar o posto de Director do Departamento de Informação.

Na RDP, após a imposição do ex-colaborador de pasquins reaccionários, Fonseca Bastos, como Director de Informação, procede-se a uma vasta alteração na organização das estruturas informativas da empresa tendente a colocar nos lugares de chefia os pseudojornalistas da confiança política do Governo. Foi-se mesmo ao despudor de admitir, pelo prazo de tempo de duração das campanhas eleitorais, mais de quarenta escribas provenientes de órgãos de informação afectos à "AD", enquanto os profissionais de informação da RDP são marginalizados, subaproveitados e colocados na prateleira.

As condições estavam assim criadas para, através da violentação da consciência dos portugueses, da repetição da mentira sistemática e da demagogia em torno das medidas eleitoralistas do Governo, através do silenciamento das vozes da oposição, as condições estavam criadas para ser lançada a grande operação de manipulação que visava a perpetuação a todo o custo dos partidos "AD" no Poder. As administrações "AD" da RTP e RDP chegaram mesmo ao ponto de tentar impedir a cobertura das candidaturas dos diferentes partidos, assegurada que estava a propaganda da "AD" e seu Governo, propósito só não conseguido devido à posição na altura assumida pela Comissão Nacional de Eleições.

Também em relação às eleições presidenciais o Governo e os seus mandatários nas empresas de comunicação social lançaram uma escandalosa operação de manipulação tendente a viciar os resultados eleitorais.

Na RTP são definidas normas, ao arrepio da Constituição e das leis eleitorais, tendentes a assegurar o tratamento mais favorável da candidatura do candidato das forças reaccionárias, general Soares Carneiro.

Na RDP é feita a propaganda descarada da candidatura do general de S. Nicolau e ao mesmo tempo é lançada uma campanha de calúnias e difamações tendentes a prejudicar a imagem pública de outro candidato. Por outro lado está sempre pronto o lápis azul da censura caso um qualquer jornalista pretenda ultrapassar o figurino informativo "AD".

A manipulação atinge os foros do escândalo quando a televisão, a pretexto da declaração de desistência do candidato comunista, dá cerca de 15 m de tempos de antena aos líderes da "AD", à revelia total da legislação em vigor, para, numa extensa catilinária do mais primário anticomunismo, lançarem baixas e torpes calúnias contra o candidato Ramalho Eanes e exercerem a mais vil chantagem sobre os eleitores portugueses.

A chantagem e a manipulação não surtiram o efeito previsto pelos seus autores, mas poderá a Assembleia da República deixar de averiguar as condições em que tais situações de ilegalidade se verificaram? Poderá a Assembleia da República deixar de proceder ao completo apuramento das responsabilidades por violações concretas da Constituição e das leis, como está amplamente demonstradas na nossa proposta de inquérito parlamentar? Pode esta política continuar após 7 de Dezembro?

Enquanto os cidadãos eram violentados pela manipulação imposta pelo Governo, no interior das empresas, na RTP e RDP, os profissionais da informação viram os seus direitos e garantias totalmente espezinhados pelos comissários governamentais.

Na RTP o Director de Informação, à revelia da Lei da Televisão e do Estatuto do Jornalista, decide arbitrariamente extinguir o Conselho de Redacção dos jornalistas da informação I e não reconhecer o Conselho de Redacção da Informação II. Na RDP, o sr. Fonseca Bastos – Director de Informação – não só foi ao ponto de declarar ilegal a actividade do Conselho de Redacção (contrariando assim um despacho do próprio Secretário de Estado que reconhecia como legal a existência de tal estrutura dos jornalistas da RDP), como ameaçou com uma intervenção policial caso os seus membros do conselho insistissem em realizar reuniões nas instalações da empresa.

Poderá este órgão de soberania deixar passar em claro, deixar de proceder a um exame completo, às condições em que impunemente se violam na RTP e na RDP normativos constitucionais e legais? Será que a Assembleia vai ficar a assistir passivamente ao desrespeito e incumprimento das leis que ela própria produziu? Poderá esta política continuar após 7 de Dezembro?

Por outro lado, apesar das numerosas referências à situação económica difícil da RDP e RTP, apesar das declarações de existência de excedentes de pessoal nas duas empresas, assistiu-se e continua a assistir-se a vagas sucessivas de admissões de novos jornalistas, todos de figurino "AD", sem qualquer concurso público. A par disto, os profissionais que não aceitam perder a sua condição de homens livres, que não aceitam actuar como meros fantoches governamentais são colocados na prateleira, marginalizados do trabalho das redacções, colocados na "Bolsa de trabalho". Acresce que, contrastando com esta vaga de novas admissões, continuam impedidos de desenvolver a sua actividade nas empresas os profissionais delas afastados depois do 25 de Novembro de 1975 e abrangidos pela lei da amnistia.

Poderá esta Assembleia deixar de averiguar completamente por que razão se fazem admissões de novos jornalistas em empresas públicas de comunicação social sem qualquer concurso público?

Considerará esta Assembleia que foram respeitados critérios de objectividade e independência quando os jornalistas recrutados provêm todos de órgãos de comunicação social privados afectos aos partidos do Governo? Pode esta política continuar após 7 de Dezembro?

Irá esta Assembleia continuar a assistir passivamente ao afastamento de jornalistas competentes dos quadros redactoriais da RTP e RDP e sua substituição por papagaios governamentais contratados à pressa? Este tipo de actuação é ou não a mais brutal, ainda que hipócrita, forma de censura, srs. Deputados? Estarão ou não a ser postos completamente em causa os direitos e as garantias que o Estatuto do Jornalista assegura a estes profissionais?

E até quando iremos assistir ao escândalo reinante com a programação da RTP, que se tem vindo a traduzir na total ausência de planificação, no subaproveitamento da capacidade de produção da empresa, na opção por grandes produções internas completamente falhadas como o Programa "TV Show"? Como é possível que esta Assembleia se mantenha indiferente perante a orientação que converte os noticiários da RTP-1 num rol de apelos ao ressurgimento da guerra-fria, em detrimento da nova imagem internacional de Portugal nascida da revolução de Abril?

No quadro que se deixou descrito muito resumidamente, merece referência mais detalhada a operação de chantagem lançada em torno da demissão de Proença de Carvalho de Presidente do Conselho de Gerência da RTP.

Colocado em tal posto para assegurar a manipulação partidária da televisão em torno da promoção da figura do candidato das forças reaccionárias às eleições presidenciais, Proença de Carvalho vendo que, apesar dessa manipulação, o general de São Nicolau havia sido derrotado nas urnas pelo voto popular, assistiu-se ao facto deste gestor de uma empresa pública vir a terreiro insultar o Presidente da República, recentemente reeleito, e considerar que tal facto não lhe permitiria continuar à frente dos destinos da empresa. Mas srs. Deputados, como admitir que um agente desqualificado da pior política de manipulação continue à frente da televisão num país em que o resultado eleitoral de 7 de Dezembro se saldou numa vitória da democracia? A demissão era a única solução possível.

Entretanto, pelo contrário, assiste-se a este facto bizarro: o Primeiro-Ministro em exercício e mesmo o novo Primeiro-Ministro correm a público dizer que o sr. Proença tem razão, prestam-lhe homenagem pelo sórdido trabalho realizado, corroboram as calúnias vertidas contra o Presidente da República. Como deixar de entender que se Proença é reconduzido (mesmo que seja por um mês ou dois até à oportuna decapitação), o é certamente para prosseguir a contra-relógio na senda da ilegalidade e manipulação que caracterizam a sua acção.

É inteiramente legítimo, srs. Deputados, admitir a existência de um acordo secreto na base desta vergonhosa recondução de Proença de Carvalho. Um acordo implicando mesmo compromissos impostos à maioria parlamentar no sentido de rejeitar a realização do inquérito que hoje aqui se debate. Mas como admitir tais procedimentos após 7 de Dezembro?

Trata-se do prenúncio da futura política governamental.

O sr. Pinto Balsemão não só não se demarcou das correntes mais reaccionárias da "AD", dos apologistas da confrontação, da guerrilha e da desestabilização institucional, como veio corroborar essa política. A esta atitude surge associada a intenção já publicamente expressa de transformar a SECS em Comissão Liquidatária da Comunicação Social do Estado, ou seja a liquidação dos órgãos de informação sujeitos ao controlo democrático e obrigados constitucionalmente a uma prática de pluralismo informativo e a manter a independência perante o Governo e a Administração Pública.

Significativamente o sr. Primeiro-Ministro nomeado não tem qualquer palavra sobre as reivindicações justas de há muito formuladas pela classe profissional dos jornalistas. Como irá ser em relação à revisão do contrato colectivo de trabalho e ao reenquadramento profissional? O anterior Governo nada fez! É o titular da Pasta, sr. Sousa Brito que o reconhece em tom compungido hoje mesmo nas colunas de um semanário de direita, revelando, entre queixumes vários, que soube da sua demissão pelos jornais... Entretanto o Primeiro-Ministro e o novo Governo vão-se quedando em silêncio.

Para quem tivesse dúvidas, fica demonstrado que ser o número 1 do Governo é bem diferente de ser o n.º 138 do Sindicato dos Jornalistas...

Tudo isto, associado a declarações de altos responsáveis da "AD" no sentido da completa cedência às entidades privadas dos meios de informação estatizados, levam, desde já, a concluir que a política a ser seguida pelo próximo executivo não irá diferir, de maneira substancial, da praticada pelo anterior Governo. Não haverá trégua política. Resta saber se insistirá em prosseguir a galope todos os escândalos da anterior política (...)

Jorge Lemos
(8/1/81)

Sabotagem "AD" na Reforma Agrária

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português já por numerosas vezes denunciou nesta Assembleia da República a brutal e criminosa ofensiva contra a Reforma Agrária, tendo em conta a destruição desta conquista histórica do proletariado rural do Sul e de todo o Povo português.

Denunciámos o seu carácter inconstitucional, os processos ilegais, a brutalidade, a violência e mesmo os crimes que se cometeram e cometem em toda a zona da Reforma Agrária e que levaram já à destruição ou inviabilização de cerca de 180 Unidades Colectivas de Produção Agrícola e Cooperativas e a entrega aos agrários, já pela "AD", de cerca de 300 mil hectares.

E sempre afirmámos e chamámos a atenção desta Assembleia e do Povo português que de tal ofensiva resultariam gravíssimas consequências não só para as condições de vida dos trabalhadores rurais, como em geral para a economia nacional.

O que hoje se passa vem demonstrar, de forma indiscutível, a verdade que sempre afirmámos.

É o que se passa com a **azeitona**.

Muitas das terras entregues aos agrários têm excelentes ramos de olival; mas apesar do ano não ser famoso em azeitona e pese embora a campanha que vem sendo feita nos órgãos de comunicação social com vista ao consumo de azeite puro, aqueles agrários deixam milhões de quilos de azeitona nas árvores ou no chão.

No concelho de Montemor, a que pertenço, e a título de exemplo, várias são as herdades em que tal acontece. Assim é nas herdades de Barrocal das Freiras, Vale de Figueira de Baixo, Murteira, Vidiga, Casa Branca, entre outras.

O mesmo se pode dizer quanto aos **montados**. Não só a bolota não é aproveitada, como, e facto mais grave, as cortiças são tiradas antes de terminar o ciclo normal, o que constitui crime grave para a economia nacional e põe em causa o próprio arvoredo e as próximas extracções.

Estamos em plena época de limpeza dos montados de sobro e azinho. Mas os reservatários não mexem nem mandam mexer uma palha. Não se podam os arvoredos e assim vai haver menos bolota, a cortiça a extrair futuramente será mais delgada e por isso com menor aproveitamento industrial, e a produção de carvão será diminuída.

A situação quanto aos **alqueives** é idêntica. Milhares de hectares de alqueives feitos pelos trabalhadores das cooperativas antes de as terras lhes serem roubadas pelos agrários, não foram semeados e as raras excepções podem comparar-se a mantas de retalhos.

Esta situação ruinosa irá fazer-se sentir com a máxima acuidade na altura das ceifas, baixando em muito a tonelagem dos cereais praganosos produzidos.

E tudo indica que os agrários se preparam para continuar, se não mesmo agravar esta situação, não preparando as terras para as culturas de Primavera. E, mais grave do que isso, vimos assistindo ao não aproveitamento, quando não à destruição, das inúmeras barragens, charcas e furos feitos pelos trabalhadores, com prejuízo para o cultivo do tomate, do pimento, do tabaco, do arroz e, mesmo do girassol.

E que dizer ao sector pecuário? Só a "AD" já roubou aos trabalhadores mais de 100 mil cabeças de gado. A maioria são fêmeas, quantas vezes de raças apuradas, quando não mesmo importadas.

Pois os agrários vêm procedendo à sua venda indiscriminada, geralmente no próprio dia da entrega da reserva respectiva, quase sempre com destino aos matadouros, o que, indiscutivelmente, acarreta graves danos ao necessário crescimento do efectivo pecuário.

É conhecida a carência da produção agrícola nacional e o valor das nossas importações em bens alimentares.

É reconhecido o papel que os agrários sempre desempenharam no atraso da nossa agricultura.

A política seguida pela "AD", reconstituindo os latifúndios, não podia deixar de acarretar as situações que aqui denunciamos com as graves consequências para a nossa já deficitária balança comercial e, em geral, para a economia nacional.

A leitura do que tem vindo a público ultimamente em alguns jornais reaccionários, se por um lado mostra à evidência as contradições e intrigas, quantas vezes caricatas, que dentro da "AD" se vêm desenvolvendo quanto à melhor forma de destruir rapidamente a Reforma Agrária, acaba, por outro lado, por pôr a nu quanto vimos afirmando. A leitura do fascizante jornal "O DIA" da passada quarta-feira não deixa de ser elucidativa quanto a estes aspectos.

Quando a chamada Associação de Agricultores do Distrito de Évora apelida de eleitoralista a política do MAP e afirma que os resultados dela estão à vista, citando "o abate ilegal de gado, a venda de árvores, a transacção de ovelhas e vacas atribuídas pelo MAP...", que dizem a isto os srs. Deputados da maioria governamental?

A política de sabotagem económica levada a cabo pela "AD" e pelos agrários acarreta, para além dos problemas de natureza económica que vimos denunciando, outros igualmente graves. E entre eles queremos salientar o do desemprego que, neste momento, na zona da Reforma Agrária, atinge já milhares de trabalhadores.

Os trabalhadores do Alentejo e Ribatejo saberão mais uma vez lutar por todos os meios constitucionais ao seu alcance pela reposição da legalidade democrática, por um melhor nível de vida e pelo desenvolvimento da economia nacional, certos de que defendendo a Reforma Agrária estão a defender o regime democrático.

Custódio Gingão
(9/1/81)

Os despedimentos da Standard

Mais uma vez o caso escandaloso que é o despedimento ilegal de 212 trabalhadores da Standard Eléctrica é trazido à Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP.

O despedimento ilegal de 212 trabalhadores da multinacional americana continua na ordem do dia como uma das acções mais vergonhosas que jamais se podem aceitar no Portugal de Abril.

Esta situação só é possível, porque tem tido a total cobertura do governo "AD", que mais não tem feito que servir de procurador dos interesses da multinacional americana.

O despedimento colectivo dos 212 trabalhadores da Standard Eléctrica/ITT, pretendido desde há muito por esta multinacional, mas apenas autorizado pelo governo "AD", foi suspenso por determinação do Supremo Tribunal Administrativo. No entanto, o Governo ao invés de fazer aplicar o Acórdão do STA – que constitui uma decisão de acatação imediata – iniciou todo um processo de contestação ao determinado por aquele órgão superior da magistratura portuguesa, invocando, abusiva e ilegalmente, essa contestação para protelar a reintegração dos trabalhadores alvos do despedimento.

A ofensiva do Governo através da Secretaria de Estado do Emprego foi entretanto, totalmente derrotada, tendo o STA reafirmado por quatro vezes (**repito**, por quatro vezes!), a validade do seu Acórdão suspensivo.

A tentativa deste despedimento tem decorrido de tal forma sob o signo da ilegalidade que não ficam dúvidas de que o Governo e a ITT apostam no desrespeito das leis e das mais elementares regras democráticas para levarem avante os seus desígnios. Com efeito, confrontados com a luta firme dos trabalhadores e com a vasta onda de solidariedade surgida na sequência da denúncia deste processo escandaloso, a ITT e o Governo – o seu governo – jogam descaradamente no arrastar desta situação ilegal para tentarem vergar os trabalhadores pelas suas carências económicas.

Estamos certos que os trabalhadores da Standard Eléctrica saberão manter-se firmes e, com o apoio das suas estruturas de classe, bem como da população deste país, não se deixarão vergar, exigirão que a sentença do STA seja integralmente aplicada, até que os seus direitos de trabalhadores e de cidadãos sejam respeitados.

Para além da ilegalidade e desrespeito completo pelas regras democráticas que constitui a não aplicação das decisões judiciais, é bom recordar que as razões apresentadas pela administração da Standard Eléctrica para o despedimento colectivo mostram claramente que a empresa, ao contrário do que se alega, não tem necessidade de proceder a qualquer despedimento. A alternativa existe e consiste em realizar investimentos produtivos e procurar novos mercados.

A atitude da administração tem-se cifrado numa clara fuga às suas responsabilidades.

Enquanto até agora o Governo e a administração da empresa não mostraram qualquer interesse em encontrar uma solução que não seja os despedimentos, os trabalhadores têm apresentado, através das suas organizações de classe, pareceres e alternativas para o desenvolvimento da empresa e a manutenção de todos os postos de trabalho, o que até agora nunca foi tomado em conta.

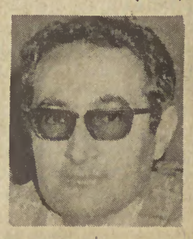
Desta forma, e em todo este processo, o Governo demonstrou que está ao lado do capital internacional, passando por cima das instâncias judiciais, não respeitando as leis do seu país, actuando à margem da lei e contra os interesses dos trabalhadores e da economia nacional.

Denunciamos mais uma vez estas acções de prepotência antidemocrática, anti-operária e antinacional. Acusamos mais uma vez a "AD" e o Governo, aliás como sempre o temos feito, pela sua política destruidora e ruinosa, uma política voltada para os interesses dos grandes capitalistas e latifundiários, para os interesses do grande capital internacional e do imperialismo.

A luta heróica que os trabalhadores da Standard Eléctrica têm desenvolvido contra o despedimento ilegal e pelo direito ao trabalho enquadra-se na luta mais geral dos trabalhadores portugueses pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, pela defesa das suas conquistas e pela consolidação do regime democrático.

O Grupo Parlamentar do PCP dá todo o seu apoio a acções desta natureza com a certeza de que elas se enquadram na defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, na defesa das liberdades, na defesa e aprofundamento do 25 de Abril.

Hélder Pinheiro
(8/1/81)



Inspecção do Trabalho

Um sítio pacato para quem lá está

- Casos pendentes desde 1978
- Só no SIESI 3000 trabalhadores afectados

Entre 6 de Setembro de 1979 e 27 de Dezembro do mesmo ano, o Ministério do Trabalho publicou 17 números de uma curta «Informação» semanal para uso externo. Numerosíssimos assuntos por aí passaram desde as «comissões de conciliação e julgamento», até ao «socorrismo», incluíndo a prevista, a nova «legislação laboral». Consultámos 16 desses números. Infelizmente não pudemos ter acesso ao 11. Dos restantes 15, nenhum fala de «Inspecção do Trabalho». O n.º 11 em falta, temos quase a certeza, não é a esse assunto que se refere, também.

Em 1980, essa publicação oficial continuou a sair regularmente. Contámos 49 números entre 10 de Janeiro e 12 de Dezembro do ano findo. Numerosíssimos assuntos continuam a passar, melhor, a perpassar, por aí. Prosseguimos com a consulta. Só nos faltou o n.º 23. Sobre «Inspecção do Trabalho» nada.

Será que esse departamento do Ministério do mesmo nome não funciona de todo? Não fez nada, não teve problemas, não alimentou perspectivas de nenhuma espécie entre 6 de Setembro de 1979 e 12 de Dezembro de 1980?

É evidente que não vale a pena procurar por aí. A questão é outra. Para além das críticas que se podem fazer àquela publicação do MT (mas não é este o seu lugar) a «Inspecção do Trabalho/AD» funcionou. Muito mal.

Um flagrante recente obtido na Cabos Ávila. Não se trata, evidentemente, de funcionários da Inspecção do Trabalho. Pertencem, pudicamente, à "vigilância" da empresa

Segundo inquérito da CGTP-IN aos Sindicatos (ver «Avante!» de 9 de Outubro findo): *No primeiro trimestre do ano em curso (1980) os serviços externos da Inspecção do Trabalho (IT) apenas actuaram numa percentagem de 28,3 por cento (299 casos) do total de solicitações de sindicatos que somaram 1075.*

Paralisada por «qualquer meio»

No princípio desta semana, soubemos que CGTP-IN promete para breve números globais mais recentes. Mas, entretanto, depois de uma paralisação quase geral com o falso pretexto de não poder «verificar *por qualquer meio* a infracção» (ver «Avante!» de 27 de Novembro findo) a Inspecção do Trabalho era acusada muito recentemente pelo SIESI, Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, de *não ter actuado desde 1978 em meia centena de empresas do ramo das indústrias eléctricas* conforme em devido tempo lhe foi solicitado por aquela associação sindical.

O SIESI afirma que essa falta de actuação *origina que mais de 3000 trabalhadores vivam situações de ilegalidade e injustiça.*

Os processos pendentes, só no que respeita àquele Sindicato eram 63 em 5 de Janeiro findo. Seis dos pedidos de intervenção por resolver foram feitos em 1978. Dez datam de 1979. 38 ocorreram entre Janeiro e Julho de 1980.

O SIESI, como de resto outros Sindicatos, incluindo o SITESE (Escritórios do Sul) cujo órgão oficial de Novembro/Dezembro de 1980 dedica uma página ao assunto, são unânimes em afirmar que a Inspecção do Trabalho não inspecciona seja o que for e que, quando o faz, o faz mal, sem eficácia e unilateralmente, isto é, apenas tem em conta o ponto de vista patronal.

Convém lembrar como fez a CGTP-IN ainda recentemente que, antes de tudo, «o que está em causa é o *princípio de autonomia e independência da IT que, consagrado em normas jurídicas de âmbito internacional, vincula o Governo português, seja ele qual for.* Ora, o Governo «AD» desrespeita sistematicamente esse princípio, colocando a Inspecção do Trabalho ao serviço dos interesses do patronato, frontalmente contrários aos interesses dos trabalhadores».

Na Diogo d'Ávila um «triste recorde»

O SIESI cita várias empresas e trabalhadores afectados pela falta de actuação ou pela ineficácia da IT. Entre eles são de sublinhar a Diogo d'Ávila, fábrica de condutores eléctricos tristemente conhecida pela repressão aí praticada, que detém o «triste recorde de sete pedidos de intervenção (da parte do Sindicato, evidente) aos quais até hoje (5 de Janeiro) não foi dado o devido seguimento pela IT. O mais antigo data de 11 de Dezembro de 1978 e diz respeito a uma situação de grande gravidade envolvendo 60 trabalhadores».

Outro dos casos sublinhados pelo SIESI e que, repete-se, apenas dizem respeito ao seu ramo, as indústrias eléctricas, é o da Standard Eléctrica de Cascais, pretencente à multinacional americana ITT, onde o despedimento colectivo de 212 trabalhadores, na maioria mulheres, (*ver esta página*) «impôs situações de ilegalidade flagrantes que foram simplesmente ignoradas pela IT, apesar de dois pedidos de intervenção (sindicais, evidentemente) feitos em 17 e 18 de Julho de 1980».

Um outro pedido de intervenção – acrescenta o SIESI – *relativo à mesma multinacional feito em 8 do mesmo mês e relacionado com o não cumprimento da Lei Sindical e da Lei das Comissões de Trabalhadores, lesando 1167 trabalhadores, não mereceu ainda qualquer atenção dos serviços da IT*

Generalizada é também a ineficácia, pois a IT, de vez em quando, actua. Mas, segundo o SIESI, o SITESE e a generalidade do movimento sindical, as suas formas de actuar são muito discutíveis.

Primeiro, há que ter em conta que a IT quando actua, «por norma – afirma o SIESI – aceita as justificações patronais contra a opinião dos sindicatos. Casos há também em que as violações da lei são flagrantes e, contra tudo o que seria normal esperar, a IT aprecia os factos nitidamente pela óptica patronal».

A seguir, deve atender-se a que, por exemplo, numa das actuações na Cabos Ávila, a Inspecção, segundo o SIESI, *levou o seu «zelo» ao ponto de aconselhar paternalmente aos trabalhadores o cumprimento de uma decisão da administração que, por ser manifestamente ilegal, havia motivado o pedido de intervenção sindical*!

A exclamação do SIESI justifica-se totalmente perante situações desse e de outros tipos verificadas em Lisboa, sede da IT, e nas suas delegações regionais como sejam, para os casos referidos pelo SIESI, as de Setúbal, Torres Vedras, Évora, Vila Franca ou Santarém.

Plenário em Aveiro

E já que referimos outras localidades além de Lisboa, devemos atender à tomada de posição recente dos Sindicatos do distrito de Aveiro. Reunidas em plenário distrital, 16 associações sindicais, constatando a inactividade da Inspecção, decidiram exigir que as inspecções requeridas pelos sindicatos sejam efectivamente realizadas nos locais de trabalho e na presença de dirigentes ou delegados sindicais.

O plenário, que se reuniu no último fim-de-semana, na delegação do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, aprovou ainda outras decisões importantes relacionadas com a mesma matéria, designadamente o mau funcionamento das Comissões de Conciliação e Julgamento e dos Tribunais de Trabalho.

As medidas necessárias para o funcionamento capaz desses organismos foram exigidas em documento aprovado e remetido ao Presidente da República, ao Conselho da Revolução, ao Conselho de Ministros, ao Conselho Superior de Magistratura, ao ministro da Justiça, à Inspecção-Geral do Trabalho e ao presidente do Fundo Comum das Comissões de Conciliação e Julgamento.

Despedidos da Standard/ITT junto do Ministério do Trabalho

O inspector mete-se lá...

Por seu turno o SITESE (Escritórios do Sul), segundo declarações de um dos seus técnicos ao órgão oficial do Sindicato, afirma que, quando a IT se desloca às empresas, «o inspector mete-se lá no gabinete da entidade patronal, ouve a posição unilateral da parte que é acusada, mas não se digna, em alguns casos, ouvir o trabalhador, ou mesmo no próprio local de trabalho constatar até – e há casos destes que são flagrantes, nomeadamente quando se trata da verificação das funções que a pessoa exerce que só pode ser feito indo ao pé do trabalhador e vendo-o trabalhar – a situação que originou o pedido de intervenção».

Isto significa que a IT não chega a fazer o mínimo daquilo que dela, tecnicamente, seria exigível.

E ultimamente tem sido a paralisação quase total.

Como o «Avante!» já referiu em 27 de Novembro findo, a IT, perante a declaração de inconstitucionalidade de uma das normas do regulamento que apresentou, decidiu suspender quase por completo a sua já reduzida actividade.

Os sindicatos, o movimento sindical, têm diligenciado no sentido de acabar com o que se verifica na IT. Mas o exemplo do SIESI é revelador.

Este Sindicato pediu em 6 de Novembro de 1980 uma simples audiência ao chefe da delegação de Lisboa da Inspecção do Trabalho. Pois, em 5 do corrente essa audiência ainda não tinha sido concedida. E certamente não o foi ainda dez dias depois.

Como se vê, o movimento sindical tem razões de sobra para exigir o acompanhamento dos processos de intervenção da IT nos próprios locais de trabalho e para reclamar publicamente perante situações de autêntica incompetência e ilegalidade que qualquer Governo deve, pelo menos, evitar.

O divisionismo ajuda à baixa dos salários

O divisionismo dirigido e patrocinado pela UGT começa a tomar formas que obrigam milhares de trabalhadores (30 mil no ramo de fabricantes de material eléctrico e electrónico) a redobrar de atenção perante o papel muito concreto que o divisionismo desempenha na questão das convenções colectivas de trabalho.

No caso que hoje nos ocupa e que diz respeito à situação presente do CCTV (Contrato Colectivo de Trabalho Vertical) daquela indústria, as 5 Federações de Sindicatos representativos do sector e o Sindicato Nacional dos Técnicos de Desenho, que constituem a Comissão Negociadora Sindical (CNS/FSTIE, Federação Indústrias Eléctricas) acusam as "Federações dos Escritórios do Sul e do Norte" de aceitarem aumentos salariais inferiores aos propostos pela CNS representativa da indesmentível maioria dos trabalhadores interessados.

As 5 Federações e o Sindicato dos Técnicos de Desenho acusam aquelas associações sindicais dos Escritórios com direcção UGT de **capitulação perante o patronato.**

Segundo a Comissão Negociadora, as Federações/UGT acabaram por aceitar 23 por cento de aumento sobre a tabela em vigor sem o acordo da CNS/FSTIE que mantinha a reivindicação de 27 por cento.

A capitulação das Federações dirigidas pela UGT "resume-se, essencialmente – afirma a CNS – a uma descarada traição às reivindicações de todos os trabalhadores do sector".

A CNS fundamenta nomeadamente essa grave acusação no facto de as Federações de Escritórios (FETESE e FESINTES) **negociarem aumentos para trabalhadores que não representam, nem para a representação dos quais estavam mandatados.**

Sob a palavra de ordem "na unidade conseguiremos melhores salários" a CNS/FSTIE espera que esteja concluída amanhã uma série de plenários de empresa a nível nacional para "análise e debate da situação actual e das medidas a tomar".

Pescadores votam contra a UGT

A noção que a UGT tem e pretende propagar sobre liberdade sindical leva-a a promover referendos como o dos pescadores do distrito de Coimbra onde só se perguntava a quem votasse se queria ou não que o seu sindicato aderisse à UGT.

Outras hipóteses: nada feito. Ou UGT ou nada. Como se não houvesse neste País, onde ainda vigora uma Constituição, outras alternativas sindicais.

Como se não houvesse, por exemplo (e de peso) a CGTP-IN.

Mas não o entende assim a direcção do Sindicato dos Pescadores com sede em Buarcos. Queria aderir à UGT e pronto!

Infelizmente para o conceito de liberdade sindical ugêtista, os pescadores demonstraram, por voto directo e secreto, que têm uma concepção muito diferente do que é essa mesma liberdade.

Começando por contestar fortemente a forma como se pretendia fazer a consulta, nomeadamente sem qualquer debate, os trabalhadores sindicalizados recusaram a filiação do seu sindicato na UGT por 99 votos. Favoravelmente à adesão amarela votaram apenas 25 sindicalizados.

Quando souberam por alguma imprensa local, que a direcção pretendia convocar uma assembleia-geral referendária sem qualquer debate prévio, imediatamente surgiu um abaixo-assinado de protesto contra o processo utilizado pelos corpos gerentes.

*Os trabalhadores que assinaram o documento chamaram a atenção para a **forma antidemocrática e golpista da convocatória** que, a seu ver, visava apenas servir uma vez mais **os interesses daqueles que os têm explorado, ou seja os grandes tubarões do sector e todos aqueles que os representam e que tudo têm feito para dividir os trabalhadores portugueses.***

Mas, desta de vez, como de tantas outras, não dividiram.

A direcção e o divisionismo foram derrotados pelos pescadores de Coimbra, Buarcos, Leirosa e Costa de Lagos, que disseram não à UGT e à direcção que bem tentou fazer-lhe o frete.

Nova fusão sindical no centro do País

As associações sindicais das indústrias de celulose, fabricação e transformação do papel, gráfica e imprensa do centro do País, à semelhança do sector da hotelaria, a que nos referimos no número anterior do «Avante!», entraram num processo de fusão que deve conduzir a um sindicato único para os distritos de Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco e Leiria.

A comissão dinamizadora do novo sindicato afirma que **esta reestruturação sindical na zona Centro culmina um projecto nacional apresentado pela Federação do sector, que no Sul e no Norte se concretizou em 1980 e que caracteriza um passo em frente, histórico e decisivo, na organização sindical.**

O período preparatório da fusão, que exigirá grande actividade da parte da comissão dinamizadora, junto dos trabalhadores, incluirá plenários de empresa e de zona, divulgação de vários materiais de esclarecimento e informação e reuniões de delegados sindicais e de membros de comissões de trabalhadores.

A Federação sindical do sector e os quatro sindicatos directamente envolvidos no processo de fusão garantem que vão promover **um grande debate colectivo e democrático com os seus associados,** por onde certamente irão passar muitas questões relacionadas com um processo que, baseado na fusão, implicará uma verdadeira reestruturação sindical no sentido de aumentar, designadamente, a capacidade reivindicativa nas empresas e sectores interessados na fusão.

Desta vez é *prá* Saúde

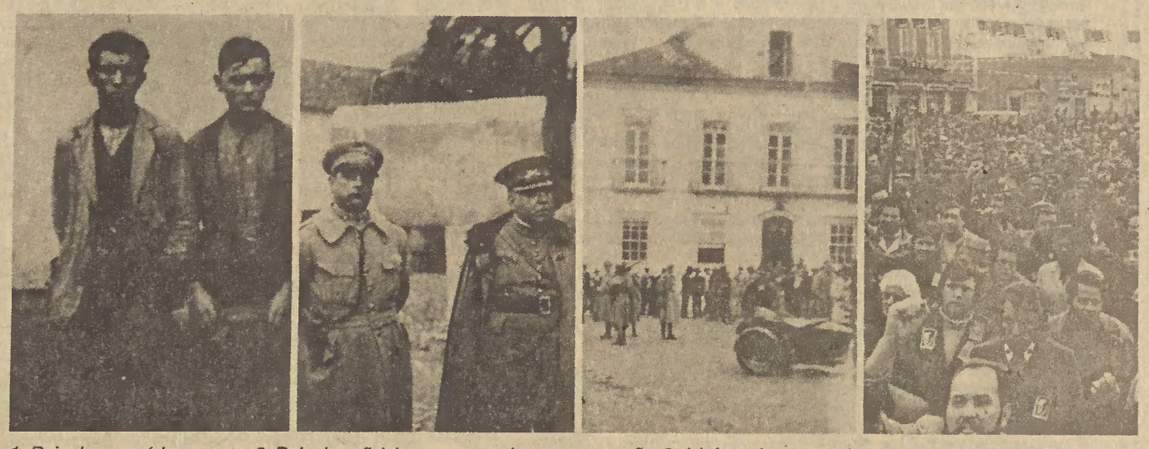
A «facturação/AD» continua

Com a promulgação dos despachos 57/80 e 58/80, a «AD» atenta contra o direito à protecção da saúde de largos estratos da população, designadamente os sectores mais desfavorecidos, que se verão impossibilitados de assumir os custos que advirão da sua situação de doença. Quantificando, a CGTP-IN, que acabamos de citar, acrescenta que **o acesso aos cuidados de saúde são assim agravados:** consultas de 5 para 25 escudos (mais 400 por cento); atendimento permanente de 25 para 50 escudos (mais 100 por cento); visitas domiciliárias de 25 para 100 escudos (mais 300 por cento); serviço permanente – domicílios – de 25 para 100 escudos (mais 300 por cento). Até agora gratuitos, os elementos complementares de diagnóstico e os tratamentos de radioterapia, bem como os de medicina física e de reabilitação passam a ter os seguintes custos: análise clínica, 20 escudos; análise anatomo-patológica, 100 escudos; «raios X», 50 escudos; requisição para medicina física e de reabilitação, 75 escudos.

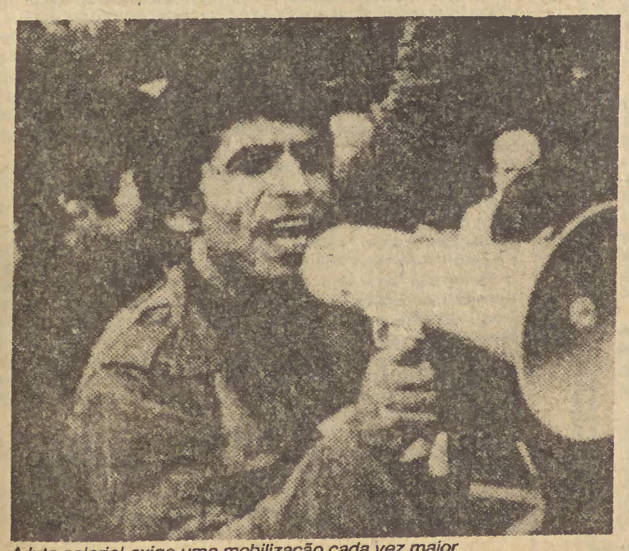
A factura da «AD» está bem patente quanto à política de saúde. A CGTP-IN «manifesta o mais firme repúdio pelas medidas agora promulgadas e a disposição de desenvolver as acções capazes de obstar às graves consequências que advirão da sua aplicação».

18 de Janeiro de 1934

O 18 de Janeiro volta a comemorar-se este ano na Marinha Grande. Com o apoio de todo o movimento sindical, as comemorações estão a cargo do Sindicato dos Vidreiros que tradicionalmente chama a si, com toda a razão, a tarefa de lembrar mais este aniversário, o 47.º, da sublevação dos trabalhadores contra a fascização salazarista dos sindicatos. O dia 18 de Janeiro de 1934, cujas acções revolucionárias principais decorreram, como é sabido, na Marinha Grande, é uma data de grande significado histórico, uma lição actual para a defesa intransigente das liberdades e direitos sindicais e tem sido comemorada livremente todos os anos depois do 25 de Abril. Este ano, o Sindicato dos Vidreiros, empenhado na luta pela contratação colectiva, arranjará certamente tempo e disponibilidade para lembrar merecidamente uma data que perdurará na consciência e na memória dos trabalhadores portugueses.



1. Dois dos operários presos; 2. Dois dos oficiais que comandaram a repressão; 3. A Infantaria acampada numa praça da Marinha Grande; 4. Uma «nesga» da manifestação de 1976



A luta salarial exige uma mobilização cada vez maior

Norte e Centro na primeira linha da luta salarial

Na Soares da Costa, empresa de construção civil com sede no Porto e com 5 mil trabalhadores espalhados por todo o território nacional, onde direitos e regalias vão de mal a pior, foi apresentado um caderno reivindicativo. Sindicatos e trabalhadores, que acusaram recentemente a direcção da empresa de não respeitar nem os direitos nem as liberdades sindicais, entram com a sua parte na luta geral do sector que poderá paralisar, a nível de todo o País, na próxima quinta-feira, 22. Se entretanto (e a notícia vem do Porto, também) a Associação dos Industriais da Construção Civil do Norte não puser de parte a sua recusa de assinar o pré-acordo do CCTV já estabelecido entre a Federação dos Sindicatos do sector e as Associações patronais do Centro e Sul do País será novamente a greve imposta pela intransigência patronal.

Ainda no Norte (Vila Nova de Gaia) são os trabalhadores da linha de enchimento da Ferreirinha (Vinhos) que se mantêm em greve desde o dia 5 exigindo que o patronato pague os dias da «ponte» do Natal (25 a 27 de Dezembro) como fez com os trabalhadores administrativos.

Sem sair ainda dos sectores, é a cristalaria do Centro (distrito de Leiria onde essa indústria se encontra na sua maioria) que paralisa durante uma semana desde a última segunda-feira com uma adesão quase total. Os trabalhadores, que contam com a solidariedade dos companheiros de todo o sector (está prevista para amanhã uma paralisação geral desse ramo de actividade) exigem aumentos salariais de 24 por cento, sem que o patronato «se digne» sequer apresentar uma contraproposta – o que pelo menos ainda não tinha sucedido na última terça-feira.

No Centro é ainda a Giltêxtil da Covilhã, onde os trabalhadores ainda há poucos dias prosseguiam com a greve iniciada em 22 de Dezembro pelo pagamento de remunerações em atraso.

Nada mais nada menos do que é devido

Na Soares da Costa os trabalhadores exigem o respeito pela liberdade sindical consagrada na Constituição e na lei. Exigem o reembolso das horas que, devido à violação desse direito lhes foram cortadas; a efectiva aplicação do subsídio de alimentação **estabelecido pelo contrato do sector,** recusando a **sua transformação em prémio de assiduidade** e o reembolso do subsídio de alimentação ilegalmente cortado. Exigem que não seja obrigatória a realização de horas extraordinárias. Exigem que seja aplicado o direito aos exames médicos e à assistência médica preventiva dentro da empresa. (Trata-se de um direito consagrado na lei; **e nesta empresa, a Soares da Costa, acontecem, em média, 7 acidentes de trabalho por dia).**

O reembolso dos prejuízos causados pela imposição unilateral das «pontes» de Natal/79, Ano Novo/80 e Páscoa/80; a efectiva aplicação da Lei das CT's cedendo instalações para que a Comissão de Trabalhadores possa funcionar; a correcção das situações dos contratos a prazo, pois neste caso, nem a famigerada lei é cumprida – são ainda direitos que os trabalhadores da Soares da Costa incluem no seu caderno reivindicativo sem prejuízo, evidentemente, do apoio às reivindicações gerais do sector.

Luta positiva na Torralta

A CSN, Comissão Sindical Negociadora do caderno reivindicativo da Torralta considera, entretanto, «positiva» a luta naquela empresa. Acrescentando que essa luta **terá repercussões no evoluir da negociação,** a CSN salienta que a greve do fim-de-ano foi «a mais participada e de maior impacto, realizada na Torralta desde 1976», **com os seus 75 por cento de adesão a nível de toda a empresa.**

Aquela estrutura sindical, que desmente as percentagens de adesão entretanto indicadas por alguns órgãos de informação afectos ao patronato, «apela a todos os trabalhadores para se manterem atentos e mobilizados a fim de, na primeira oportunidade, e caso não haja resposta adequada e oportuna da parte da administração e do Governo, prepararem e levaram por diante as formas de luta que se vierem a justificar».

O momento exige mais acção na defesa da Reforma Agrária!

Que fazer para defender a Reforma Agrária? A esta questão respondeu o Plenário de militantes da zona abrangida por aquela conquista revolucionária que a Constituição veio a institucionalizar e que os sucessivos governos constitucionais, em grau crescente, têm vindo a procurar destruir. Em Évora, perto de trezentos militantes comunistas, vindos dos distritos de Santarém, Setúbal, Portalegre, Beja e Évora, reuniram-se no Palácio D. Manuel durante todo o dia de sábado.

Membros da Comissão Política e do Comité Central, das Direcções das Organizações Regionais mais directamente interessadas no problema, sindicalistas e membros dos secretariados e uniões, deputados comunistas e dirigentes de cooperativas agrícolas, militantes destacados na luta em defesa da Reforma Agrária, participaram no plenário, em cuja mesa tomaram lugar, entre outros, os camaradas António Gervásio e Diniz Miranda, membros da Comissão Política do CC, Américo Leal, Margarida Tengarrinha, António Murteira e Conceição Carlos, do Comité Central, e Rogério Arraiolos, José Luís e Diamantino Dias, suplentes do CC.

Na nova situação política, após a derrota imposta pelo Povo português a "AD", em 7 de Dezembro, qual a situação concreta que se vive na Reforma Agrária? Quais as dificuldades que se sentem nas cooperativas? Quais as formas de as ultrapassar? Qual a disposição de luta dos trabalhadores e agricultores? Que reivindicações formular? Que medidas propor? Que formas de luta adoptar? Estas foram as questões que o camarada António Murteira, ao abrir os trabalhos do Plenário, dirigido de manhã pelo camarada Rogério Arraiolos, introduziu no debate que se iria prolongar nas horas seguintes.

Dar a conhecer exemplos concretos

Apesar da tónica do Plenário, conforme a recomendação feita logo de início, dever sublinhar as formas de luta a adoptar em defesa da Reforma Agrária, os intervenientes no debate não resistiriam a fazer um pequeno historial do que têm sido os ataques desferidos pela política de direita e pelo Governo, salientando-se os exemplos de terras abandonadas por reservatários, a azeitona por apanhar nessas terras, produtos a deteriorarem-se, o gado mal alimentado, o desemprego crescente, sobretudo entre as mulheres. Foi descrevendo essa situação em alguns lugares do distrito de Portalegre, que o camarada Ramos, sindicalista, iniciou a sua intervenção, apontando a necessidade de reunir documentação, incluindo fotografias, sobre o estado de abandono de reservas, a ser entregue aos órgãos de soberania. Desenvolver a luta, aproveitar as condições favoráveis saídas dos resultados eleitorais de 7 de Dezembro para consolidar o ânimo dos trabalhadores, dedicar mais atenção à estruturação das organizações do Partido a nível local, melhorar a coordenação entre o Partido e os organismos unitários, tais foram algumas necessidades apontadas pelo camarada ao longo da sua intervenção.

O camarada Mário Silva, sindicalista de Évora, depois de advertir que as formas de luta têm de ter em conta as reais possibilidades de cada momento – "Não podemos levantar 500 quilos se só podemos com 100" –, adiantou, entretanto que, na sua opinião, é altura de começar a exigir com mais força o fim das ilegalidades e de lutar por que sejam dadas às cooperativas garantais de viabilidade. Pronunciou-se ainda pela exigência de abertura de um inquérito às ilegalidades praticadas e por uma melhor ligação entre os trabalhadores das cooperativas e do sector privado.

A intervenção seguinte, produzida pelo camarada José Concha, da UCP "Povo Unido", revelou a situação perigosa em que se encontra a UCP em que trabalha. Os trabalhadores, porém, conforme referiu, continuam dispostos a sacrifícios, chegam a trabalhar fora da cooperativa e a entregarem o que auferem para poderem continuar a resistir.

Depois da intervenção de um camarada de Vendas Novas, que deu o exemplo de uma cooperativa de perto de 6000 ha, distribuída por 6 indivíduos que não estavam antes ligados à agricultura, pronunciou-se também pela reunião de elementos e de exemplos concretos, procedendo à divulgação dos mesmos em órgãos de informação.

Maior influência do Partido

O camarada Vítor Quadrado, falando por sua vez, destacou a importância do esclarecimento político a levar a cabo por camaradas do Partido junto dos trabalhadores da Reforma Agrária, que hoje, mais que nunca o solicitam. Seguidamente tomou a palavra o camarada Mataloto, que descreveu a situação difícil da Cooperativa de Casebres.

Mostrar ao inimigo que temos confiança, que estamos firmes, que o futuro é nosso, tais foram as ideias centrais que marcaram a intervenção do camarada António Laranjo, que, além de se manifestar sobre o silêncio que de há tempos a generalidae dos órgãos de informação têm feito sobre a questão da Reforma Agrária, se mostrou favorável à continuação do investimento e ao esforço de produção apesar das dificuldades, sublinhando ainda a importância de generalizar as lutas e as movimentações.

Partindo da apresentação de exemplos recolhidos na Freguesia de Vimieiro, o camarada Agostinho Rosado disse ser necessário exigir que a GNR saia do processo entre os agrários e os trabalhadores, conflitos que só os trabalhadores podem resolver.

Registaram-se, ainda na parte da manhã, muitas intervenções: Hélio dos Reis, que falou sobre a necessidade de fortalecer a organização do Partido. Manuel Vicente, que propôs a organização de comissões de desempregados que acompanhados dos sindicatos, reivindicariam trabalho junto dos órgãos competentes. Manuel Lopes que, depois de avançar opiniões sobre o estado financeiro e administrativo de algumas cooperativas, disse ser necessário melhorar o funcionamento dos sindicatos, e não afastar da organização sindical os trabalhadores que trabalham hoje de novo para os agrários.

O exemplo de Montemor-o--Novo, onde ainda há pouco se registaram manifestações de trabalhadores da Reforma Agrária, foi um dos mais citados pelos camaradas, como uma das formas que pode assumir a luta. O camarada Jacinto Madeira, de São Manços, referiu-se-lhe. Falaram depois António Mira e João de Deus, destacando o papel do Partido e da organização. Maria Alice, por seu lado, a primeira mulher a falar no Plenário, levantou a questão de se ter muitas vezes esquecido o papel importante das mulheres e de terem sido preteridas em lugares de direcção quando se tinham destacado nos momentos mais difíceis da luta, apelando para que as mulheres participem nas reuniões e se venham a formar comissões de mulheres viradas para a reivindicação de trabalho. Os dois últimos oradores da manhã, os camaradas Diamantino, de Alpiarça, e Felício Palminha, de Vendas Novas, falaram, o primeiro sobre medidas a tomar na exigência do cumprimento da lei, o segundo sobre a viragem que os trabalhadores aguardam na Reforma Agrária.

A ofensiva salda-se pela derrota da reacção

Na parte da tarde, dirigiu os trabalhos o camarada Diniz Miranda. Na sua grande maioria, as intervenções produzidas neste período orientaram-se para medidas concretas, tendo falado os camaradas Cabecinha, de Montemor, um camarada de Arraiolos, Cunha Cardoso, de Mora, Pinto, de Lavre.

O camarada António Gervásio interveio entretanto, referindo-se às dificuldades reais da Reforma Agrária que o Plenário exprimia, sublinhando porém que a nova situação saída de 7 de Dezembro, com a derrota da reacção, cria condições mais favoráveis, aos trabalhadores ao mesmo tempo que a CAP é sacudida por contradições. Expressou a necessidade de conter a ofensiva, de se proceder a um inquérito rigoroso sobre as ilegalidades do MAP, de serem tomadas mais iniciativas no campo da informação. **Esta ofensiva** – disse por fim – **salda-se apesar de tudo por uma grande derrota: eles não conseguiram acabar com a Reforma Agrária**".

Jorge Dâmaso e Maria Xavier precederam o camarada Américo Leal no uso da palavra. Este dirigente, depois de salientar a importância da concentração de Montemor-o-Novo, afirmou que os casos de desânimo que se verificam nalguns locais não são uma situação generalizada em todas as cooperativas. **Cabe ao Partido apontar uma orientação, esclarecer e mobilizar** – afirmou. **Neste plenário** – disse mais adiante – **há camaradas que para além de conhecerem a ofensiva, sofreram a repressão. Porque é que aqui estão? Porque não abandonaram a luta! Os trabalhadores não têm outro caminho se não o da luta! A Reforma Agrária continua a existir porque os trabalhadores têm lutado em sua defesa!**

O camarada Fernando Cruz, da Câmara de Montemor referiu-se depois com especial destaque ao papel das autarquias na ajuda à Reforma Agrária. Felicidade Neves, da JCP, falou da importância do papel da juventude. Diamantino Matos de aspectos de organização. Maria Salomé do trabalho sindical junto das camadas juvenis. Francisco Caixinha da importância a dar aos trabalhadores do sector privado na actividade dos sindicatos. José Felisberto sobre a maior ligação que deve

A situação em traços largos

Neste momento e em traços largos a situação é a seguinte: Mais de 500 000 hectares das melhores terras e nas quais se situavam as principais infra--estruturas, foram ilegalmente tiradas à Reforma Agrária, juntamente com mais de 200 000 cabeças de gado e 7000 máquinas e alfaias. O valor dos roubos iniciados com os governos de Mário Soares e intensificados com os governos «AD» é de milhões de contos, como foi quantitativamente informado nas Conferências da Reforma Agrária.

Cerca de 200 UCPs/Cooperativas estão destruídas e inviabilizadas e muitas outras retalhadas, sem apoios, cercadas de dificuldades impostas pelo bloqueio arbitrário do governo dos agrários e capitalistas.

Mais de 1500 trabalhadores foram espancados e feridos, dois foram vilmente assassinados em Montemor pela GNR, pelos agrários e pelos funcionários do MAP.

Trinta mil trabalhadores perderam os seus postos de trabalho.

Em contrapartida à destruição e miséria que está a provocar no Alentejo e Ribatejo, a AD nada contrapõe de positivo. Pelo contrário, reconstituiram mais de 100 latifúndios na sua maioria com mais de 1000 hectares cada um, provocaram o desemprego, negam-se a assinar a CCT rural, não querendo pagar o 13.º mês e negando-se a aumentos de salários, permitem de novo terras abandonadas e subaproveitadas, a sabotagem económica e a repressão e abusos dos agrários.

Aumentam os preços dos adubos, rações, gasóleo, pesticidas e herbicidas. No mercado, os preços dos produtos agrícolas são sujeitos à mais vergonhosa especulação.

Isto é, **em vez de medidas de apoio e estímulo à produção, a AD, faz exactamente o contrário, provocando uma inevitável quebra na produção agrícola nacional.**

Em suma, as UCPs/Cooperativas, as cooperativas em geral e os pequenos e médios agricultores estão em perigo de ruína a curto prazo, se não conseguirmos alterar esta situação.

(da intervenção do camarada A. Murteira)

O que a governadora civil confessa e o que la

O aumento desenfreado do desemprego que a «AD» está a provocar, com a entrega das terras aos agrários parasitas, é mais uma prova do falhanço da sua política, também no plano social. A «AD» não tem qualquer solução que não seja a fome e a miséria, ou a imigração para os trabalhadores e suas famílias.

A realidade deita por terra todas as mentiras que a reacção e as suas marionetas têm vomitado contra os trabalhadores e especialmente contra os comunistas.

A governadora civil de Évora, Mariana Perdigão, perdendo a noção do ridículo, vai ao ponto de afirmar que isto do desemprego é invenção dos comunistas e dos sindicatos agrícolas!!!

Contudo, e **contradizendo as suas próprias afirmações**, desabafa em determinada altura, que para os homens talvez se possa tentar trabalho nas estradas e nas obras – como nos tempos de Salazar – mas, prossegue, que não vê solução para o desemprego das mulheres, porque aqui não há indústrias!!!

A senhora confessa, assim, que a política da AD provoca o desemprego, ao mesmo tempo que se diz e desdiz, mostrando uma mentalidade confrangedoramente tacanha e atrasada quando se trata de encontrar soluções para os problemas de desenvolvimento económico e social, o que já vai sendo norma nas hostes da AD.

O que ela não diz mas nós sabemos é que antes da destruição de uma parte importante da RA quase acabámos com o desemprego e que se hoje de novo há muitos milhares de desempregados nos campos do sul, isso se deve à política do PSD e do CDS, política de entrega de terras a agrários incompetentes e absentistas. O que ela não diz mas nós sabemos é que no dia em que acabarmos com os latifúndios no Alentejo e Ribatejo, e as terras forem entregues aos trabalhadores agrícolas e aos agricultores, nesse dia, demos o passo fundamental, para de uma vez para sempre, acabarmos com o desemprego e a miséria.

Mas é isso que nós vamos fazer. Vamos prosseguir a luta contra

Comunicado final do Plenário de Évora

Realizou-se em 10 de Janeiro, em Évora, no Palácio D. Manuel, um plenário regional de militantes comunistas da zona da Reforma Agrária dos 5 distritos do Sul – Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal.

Participaram no plenário 291 militantes comunistas.

O plenário debruçou-se, entre outras questões, sobre os estragos causados à Reforma Agrária e à produção pela ofensiva, e sobre as maiores dificuldades presentes das UCP's/Cooperativas, a disposição de luta dos trabalhadores, as medidas concretas a encarar para repor a legalidade democrática na zona da Reforma Agrária.

Do amplo debate travado, no qual intervieram 41 militantes, o plenário conclui e aponta:

1 — Ofensiva

Ao longo destes 4 anos, a política de destruição, saque, repressão e crimes, iniciada com o Governo PS e agravada com os governos da direita, causou grandes danos à Reforma Agrária e à economia do País.

Foram usurpados às **UCP's/Cooperativas** cerca de 500 000 ha das melhores terras, mais de 200 000 cabeças de gado, mais de 7000 máquinas e alfaias, centenas de instalações, regadios, centenas de milhares de contos de cortiça, investimentos levados nas reservas e outros bens.

Foram destruídas e inviabilizadas cerca de 200 UCP's/Cooperativas; reconstituídos mais de uma centena de latifúndios, na sua maioria com mais de 1000 ha, entre eles as famílias Costa Pinto, Casa Bragança, Lince Uva, Torres Vaz, Sousa Uva, Barata Freixo, Vilhenas, Almodovares, Tareco, Polido Garcia, Marujo, Potes, Canas, Murteira, Praça Cunhal, Telo da Gama, Almadanim, Moura Neves e muitos outros.

Mais de 1500 trabalhadores foram espancados e feridos, dois deles mortos pela GNR. Muitos outros presos e levados a julgamentos. Mais de 30 000 trabalhadores perderam os seus postos de trabalho na Reforma Agrária.

Hoje, grande parte das UCP's/Cooperativas estão reduzidas a metade, a um terço e menos da área inicial, muitas delas retalhadas e outras com toda ou quase toda a terra perdida. A sua viabilidade económico-financeira está seriamente afectada.

Se a ofensiva continuar com o roubo das terras, gados, máquinas e outros bens, grande número de UCP's/Cooperativas serão destruídas num curto período. Essa é uma grande interrogação e preocupação dos trabalhadores.

Para além da usurpação de terras, gados, máquinas e outros valores, o Governo procedeu a um corte generalizado do crédito agrícola, procura roubar a cortiça através de um conjunto de legislação que tem vindo constantemente a agravar, proíbe o corte e desbaste de árvores; e ainda por cima obriga as Cooperativas, sob ameaça de multa e confisco, a pagarem centenas de milhares de contos à Previdência e ao Fundo de Desemprego.

Como resultado da ofensiva, muitos trabalhadores são forçados a sair das Cooperativas.

Os agrários, na sua quase totalidade, têm as herdades abandonadas. Vários deles têm vendido essas herdades, inclusive a estrangeiros. Entregam na EPAC o trigo que roubaram nas reservas em nome de outros para fugirem assim ao pagamento das sementes que os trabalhadores requisitaram para as sementeiras.

O Governo reaccionário da «AD» (e outros) afirmam que estão a «**cumprir a lei**». É mentira! O Governo «AD» actua à margem da legalidade. Serve apenas os interesses dos agrários. Cumpre ordens do imperialismo.

Da inconstitucional **lei Barreto**, o Governo «AD» apenas cumpre aquilo que ela tem de pior, e à sua sombra pratica toda a gama de fraudes, arbítrios e prepotências.

O Plenário reafirma uma vez mais que a Reforma Agrária é uma conquista do 25 de Abril consagrada na Constituição. Ela é parte integrante do regime democrático, não pode ser destruída, nem pode ser riscada da Constituição, como pretende a AD, ao querer substitui-la pela expressão genérica «**política agrária**». Nesse sentido o Plenário chama a atenção de todos os trabalhadores para o perigo de possíveis cedências de Mário Soares e outros dirigentes socialistas face às pressões da direita.

Tal como foi dito pelo Camarada Álvaro Cunhal na Conferência Nacional do PCP para a recuperação económica, «**A defesa e prosseguimento da Reforma Agrária não só é um novo imperativo de justiça social e um dever imposto pela Constituição, mas uma condição para a recuperação económica e para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, através do rápido aumento da produção agrícola e pecuária**».

É necessário travar de vez a ofensiva!

Os trabalhadores esperam que os órgãos do Poder, incumbidos de fazer cumprir a legalidade e a Constituição, não permitam mais a continuação da ofensiva destruidora contra as UCP's/Cooperativas por parte dos inimigos do Portugal Democrático. Basta de ofensiva! A votação do dia 7 de Dezembro não foi apenas a derrota de Soares Carneiro. Foi sobretudo a derrota estrondosa, expressa de forma esmagadora nos campos do Sul, da política e do plano subversivo da «AD» e seu Governo. Foi a rejeição e condenação decididas da ofensiva contra a Reforma Agrária e as outras Conquistas de Abril. A votação de 7 de Dezembro retira legitimidade ao Governo «AD» de persistir com tal política fascizante. Os trabalhadores rejeitaram essa política e exigem uma política democrática ao serviço dos interesses do povo e do País.

A votação de 7 de Dezembro aponta que a Reforma Agrária deve prosseguir no caminho do Portugal de Abril, as expropriações devem prosseguir, os latifúndios, como chaga do atraso, devem ser liquidados para sempre e a terra entregue àqueles que a trabalham – aos operários agrícolas e aos agricultores sem ou com pouca terra.

2 — O fracasso da ofensiva

Se não fosse a luta corajosa, determinada e patriótica dos trabalhadores, a Reforma Agrária estaria hoje, praticamente destruída. Contudo, a Reforma Agrária continua.

A ofensiva contra a Reforma Agrária depois de 4 anos de destruições e crimes, salda-se por um grande fracasso no campo político e por resultados desastrosos nos campos económico e social:

Fracasso no campo político, porque não conseguiu destruir toda a Reforma Agrária, nem quebrar a luta heróica e a combatividade dos trabalhadores. O carácter repressivo e antinacional de tal ofensiva toma-se cada dia mais odioso perante a opinião pública do nosso País.

Desastre no campo económico, porque a ofensiva destrói um processo produtivo tão indispensável ao progresso do País. Ela provoca a baixa de produção, desbarata o efectivo pecuário, restaura de novo os latifúndios.

Desastre no campo Social, porque degrada as condições de vida dos trabalhadores e das populações. Trouxe de novo para os campos do Sul a chaga do desemprego e miséria para muitos milhares de trabalhadores homens e mulheres.

O Governo «AD» fala na sua «Reforma Agrária» e «Distribuição de terras» mas na realidade os trabalhadores manifestam-se, de novo, na rua, aos milhares, gritando: **Não ao Desemprego! Queremos trabalho! A Terra para quem a trabalha!**

Perante o fracasso da ofensiva no campo político e desastre no campo económico e social, perante a firme disposição dos trabalhadores agrícolas de não aceitarem o desemprego, perante a esmagadora derrota da «AD» e do seu plano subversivo nas eleições de 7 de Dezembro, os agrários mostram-se inquietos.

A CAP é sacudida por fortes contradições e choques internos entre diversos grupos de agrários. O José Casqueiro pediu a demissão de Secretário da CAP e de Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas da Assembleia da República. Essas contradições internas aparecem de forma clara num artigo do jornal «O Dia» de 7 de Janeiro de 1981.

Grupos de agrários da CAP estão descontentes com o MAP e a «AD» por não terem sido ainda piores, por não terem sido capazes de entregar toda a terra, substituído a lei Barreto por outra pior, por não terem cumprido as promessas feitas da entrega da subsídios avultados, etc. **Eles querem um MAP ainda pior!**

Nos choques entre si, grupos de agrários confirmam aquilo que o PCP tem vindo a denunciar:

– O PCP sempre denunciou que a chamada distribuição de terras a trabalhadores e agricultores não passava de uma manobra com vista a caçar votos. O grupo de agrários alentejanos chama-lhe «**política eleitoralista**» e procura «**obter ganhos eleitorais no mais curto espaço de tempo**», confirmando, sem querer, a acusação do PCP.

– O PCP sempre denunciou que o Governo «AD» estava a distribuir talhões de terra das Cooperativas a gente que nada tem a ver com a agricultura. O grupo de agrários alentejanos diz que o MAP distribuiu terra a «**taberneiros, merceeiros, peixeiros**», gente que nada tem com a agricultura, que não se interessa pela terra, etc... Eles confirmam as acusações do PCP!

– O PCP tem denunciado que os reservatários vendem o gado recebido ao desbarato, destroem dezenas de milhares de fêmeas com consequências graves para o crescimento do efectivo pecuário nacional. O grupo de agrários alentejanos fala a «O Dia» do «**abate ilegal do gado**», etc., **atribuído pela equipa do MAP aos novos agricultores.** Eles confirmam sem querer a verdade do PCP.

Cada dia se impõe mais um rigoroso inquérito às ilegalidades e crimes do MAP.

3 — A chamada distribuição de terras

O plenário sublinhou que a tão apregoada **distribuição de terras a trabalhadores e agricultores**, não passa de uma vil mentira do Governo «AD». Trata-se de uma nova forma de ofensiva mascarada contra a Reforma Agrária.

Se o Governo pretende seriamente distribuir terras a trabalhadores e agricultores, porque anda, apoiado na GNR, a destruir as UCP's/Cooperativas, a tirar a terra aos trabalhadores e a devolvê-la aos agrários? Porque não se empenha em distribuir termas dos latifúndios fora das Cooperativas? Onde está a legislação democrática, aprovada, que legalize essa «distribuição» de terras, que defina condições de pagamentos de renda, apoio técnico e financeiro, que defina a posse útil da terra, etc.? E porquê a entrega de talhões de terra só por um ano e o que vai suceder depois?

O Governo reaccionário «AD» mente. Ele procura arrastar os trabalhadores para a autodestruição das suas próprias UCP's/Cooperativas e dar aos pequenos agricultores umas courelas sem futuro nem garantias.

Dos 500 000 hectares usurpados à Reforma Agrária, apenas uns 30 000 foram distribuídos, por um ano, a cerca de 700 pessoas (muitas das quais nada têm a ver com a agricultura).

Os pequenos agricultores e os trabalhadores agrícolas têm uma mesma luta.

O Governo da reacção procura, nesta fase da sua ofensiva, destruir as Cooperativas por outros processos. Procura, aparentemente, ficar de fora do processo da destruição, retirar a GNR, esconder o odioso da sua ofensiva e arrastar os trabalhadores para a dissolução das UCP's/Cooperativas.

Se tal operação política pegasse os trabalhadores ficariam sem as suas Cooperativas e sem a terra, máquinas, gados, instalações, etc., com graves consequências para o futuro da sua unidade. Ao mesmo tempo, o Governo cantaria vitórias de que «**falhou a Reforma Agrária dos comunistas**»! Que os trabalhadores tinham «rejeitado» essa experiência! Que o Governo, esse sim, é que tinha «**feito a verdadeira Reforma Agrária, entregando a terra a trabalhadores e agricultores, etc., etc.**

É uma manobra enganadora e perigosa. O caminho justo é o repúdio firme e consciente dessa mentira. Não é recebendo, uns tantos retalhos, por ano, que defendemos a Reforma Agrária! Não é criando umas tantas «explorações familiares», com o grosso das terras nas mãos dos agrários e capitalistas, que isso teria significado de Reforma Agrária!

A experiência ensina que é lutando unidos dentro das Cooperativas, defendendo palmo a palmo a terra, que melhor defendemos a Reforma Agrária. Os trabalhadores não se devem deixar enganar. Aqueles que utilizam a violência para destruir as UCP's/Cooperativas, o povo um dia pedir-lhes-á responsabilidades desse crime!

Certamente que a ofensiva vai prosseguir com o Governo de Pinto Balsemão. Mas uma coisa é certa: quanto mais terra roubam mais um dia terão de largar! A luta continua. Pinto Balsemão não parece vir com pernas para uma grande caminhada com curvas apertadas.

4 — A luta contra o desemprego

O plenário prestou grande atenção ao problema do desemprego. Há nos cinco distritos do Sul mais de 10 000 desempregados na sua grande maioria mulheres, com tendências para duplicar nos próximos meses.

O desemprego crescente nos campos do Sul resulta directamente da ofensiva contra a Reforma Agrária e não da «**falta de chuva**», como diz a Governadora Civil de Évora! As condições de vida dos trabalhadores e das populações degradam-se. Nos primeiros anos de Reforma Agrária, o desemprego praticamente desapareceu. Hoje, essa chaga, voltou a atingir milhares de trabalhadores.

As terras devolvidas aos agrários estão incultas. Eles não semeiam, não querem dar trabalho, não querem cumprir a contratação colectiva. Muitos deles fazem sabotagem económica. Não apanham a azeitona e a bolota. Enterram-na! Deixam morrer o gado à fome. Deixam estragar milhares de fardos de palha e feno, usurpados aos trabalhadores, etc.

O Plenário sublinhou que os trabalhadores desempregados – homens e mulheres – não devem aceitar o desemprego e a fome de braços cruzados. Os responsáveis directos do desemprego são aqueles que atacam a Reforma Agrária. No dia em que acabar o latifúndio será dado o passo decisivo para pôr fim ao desemprego.

É necessário desenvolver a luta unida. É necessário formar nas vilas e aldeias comissões de desempregados. As mulheres devem ter um papel activo na luta contra o desemprego. A organização do Partido e a organização sindical devem dar uma atenção particular a esta luta.

É um crime contra a economia nacional haver milhares de trabalhadores desempregados, na miséria, centenas de milhares de hectares incultos nas mãos dos agrários e o País a importar cerca de 40 milhões de contos de produtos agrícolas que o nosso País pode e deve produzir!

Impõe-se conduzir a luta dos desempregados, segundo o exemplo de Montemor, com concentrações e manifestações para junto dos governadores civis e Serviços de Emprego, manifestações de rua com os filhos e bandeiras negras, amplas delegações junto da Assembleia da República e outros órgãos do Poder, exigindo trabalho.

Também a luta contra a exploração dos trabalhadores agrícolas e pela saída da contratação colectiva de trabalho, que aumente os salários e garanta o subsídio de férias e o 13.º mês, tem que ser desencadeada com maior vigor.

Por todo o lado os trabalhadores devem gritar e exigir: **NÃO AO DESEMPREGO! NÃO ÀS TERRAS INCULTAS! QUEREMOS TRABALHAR! QUEREMOS PRODUZIR! AS TERRAS PARA AS MÃOS DOS TRABALHADORES!**

5 — Reposição da legalidade, prosseguir a luta em defesa da Reforma Agrária

Exprimindo a vontade e o espírito manifestados no debate, o Plenário sugere algumas linhas de orientação e actuação:

a) Reclamar junto dos órgãos de soberania – Presidência da República, Assembleia da República, Conselho da Revolução, de Tribunais, que seja suspensa imediatamente a entrega de mais reservas, gados, máquinas, etc. Que estes órgãos de poder usem os seus poderes constitucionais para impedir a continuação da violação flagrante da legalidade e da Constituição da República, que leva à destruição da Reforma Agrária.

b) Reclamar junto dos órgãos do Poder que a GNR seja imediatamente retirada do processo de entrega de reservas. Não existe qualquer justificação legal para a Guarda Nacional Republicana estar metida neste processo. Quando houver desacordo quanto à interpretação da lei entre trabalhadores e o MAP deve ser o Tribunal o árbitro da interpretação da Lei.

c) Reclamar junto dos órgãos do Poder um inquérito rigoroso e imediato às ilegalidades do MAP e seus serviços regionais. Que esse inquérito seja promovido por uma Comissão constituída por pessoas isentas e onde seja assegurada a participação dos trabalhadores. Exigir a reposição da legalidade, anulação de todos os casos onde imperou a violência e o arbítrio do MAP, devolução às UCP's/Cooperativas das terras, gados, máquinas e outros bens usurpados pela ilegalidade e violência.

d) Levar junto dos órgãos do Poder a firme disposição dos trabalhadores de não aceitar o desemprego, a disposição de trabalhar, a disposição de aumentar a produção nacional.

Os trabalhadores querem a estabilidade e segurança a que têm direito, quer na base do direito da posse útil da terra, quer da lei do arrendamento rural.

existir entre as organizações do Partido e os organismos unitários.

A intervenção do camarada Madeira Lopes versou mais especificamente a questão das opções económicas que hoje se colocam à Reforma Agrária, à necessidade de fazer corresponder as actividades das cooperativas às terras que há, afastando a hipótese de utilizar tecnologias de grande complexidade, promovendo a absorção de maior número de postos de trabalho e a intensificação das culturas já existentes.

As intervenções seguintes, dos camaradas Jerónimo Bole, Candeias, Moura, Nunes Beco, Negraxa, Serafim da Silva, Pica e Fadista, dando cada uma a sua achega de pormenor e vincando mais este ou aquele aspecto, versaram na globalidade os temas já introduzidos no debate, cujas conclusões foram mais tarde aprovadas por unanimidade, depois de introduzidas algumas alterações.

A divulgação das conclusões do Plenário em todos os organismos do Partido, a sua discussão com os trabalhadores da Reforma Agrária e em geral com todos os trabalhadores, foi uma das decisões tomadas em Évora. Perto de trezentos militantes comunistas saíram do Plenário em direcção às suas terras, aos seus locais de trabalho, melhor armados para enfrentar a ofensiva. E para avançar na conquista que Abril proporcionou: a Reforma Agrária.

...la não diz

...o desemprego, contra as terras abandonadas, pela liquidação dos latifúndios.

Portanto também a solução deste problema passa pela luta de todos. É preciso conjugar esforços dos que estão nas cooperativas, com os do sector privado e com os desempregados.

É preciso organizar comissões de desempregados, ligadas aos sindicatos e que promovam a ida de delegações aos governos civis e a outros departamentos, que promovam manifestações como a do passado dia 8 em Montemor, que discutam e promovam outras formas de luta.

Também a luta contra a exploração dos rurais e pela saída da Contratação Colectiva de Trabalho para a agricultura, que garanta o 13.º mês e o aumento dos salários tem que ser desencadeada com mais vigor do que até agora, visto que os agrários estão a sabotar a saída da contratação.

(da intervenção do camarada A. Murteira)

É necessária legislação que obrigue os agrários a arrendar as terras que mantêm incultas e que seja feita aplicação dessa legislação. Deve ser proibido que os agrários vendam aos estrangeiros as herdades que recebem em reservas ou que possuam.

e) A Reforma Agrária é uma questão nacional que diz respeito a todos os trabalhadores e a todos os democratas. Impõe-se que sejam tomadas medidas que conduzam a um reforço da solidariedade activa com a Reforma Agrária.

f) Sugere-se a formação de uma comissão de seis-oito trabalhadores dos cinco distritos, assente nas suas estruturas representativas, com a tarefa de coordenar e levar por diante as linhas de orientação e actuação apontadas neste Plenário.

6 — Continuar no caminho da produção

Produzir mais e melhor deve continuar a ser uma bandeira das UCP's/Cooperativas. Trabalhar para cuidar das searas semeadas. Fazer esforços para realizar o Encontro de culturas de Primavera/81. Trabalhar para reestruturar certos aspectos da produção, procurar com menos terra aumentar a produção e o seu valor.

O Plenário sublinhou a importância da mobilização de todos os esforços para a realização da 5.ª Conferência da Reforma Agrária.

7 — Reforçar a organização

Não há que ter ilusões. As dificuldades vão manter-se como resultado da brutal ofensiva, ofensiva que **Pinto Balsemão** vai procurar manter.

O reforço da organização dos trabalhadores nos seus Sindicatos e dentro das UCP's/Cooperativas; o reforço dos Secretariados Distritais com quadros activos e capazes; o reforço da organização do Partido dentro das Cooperativas e em cada localidade são tarefas prioritárias e decisivas que devem ganhar e mobilizar todos os militantes, para as quais o Plenário apelou para a mobilização de todos os esforços.

A ofensiva tem dificultado a **vida democrática** das UCP's/Cooperativas. É necessário dinamizar a vida democrática interna, através dos plenários, Assembleias, discussão colectiva dos problemas, prestação de contas, eficiência na contabilidade, eleição dos órgãos sociais, etc.

Reforçar mais o trabalho das CDARAS e a sua ligação com os problemas diários das Cooperativas, deve ser outra direcção dos nossos esforços. Os militantes comunistas que trabalham nas UCP's/Cooperativas devem estar organizados. Devem intervir de forma activa juntamente com os restantes trabalhadores na resolução dos problemas.

O reforço da organização e uma maior intervenção na resolução dos problemas exigem que as Comissões Distritais e as Comissões Concelhias dêem particular atenção à organização do Partido dentro das Cooperativas.

É necessário saber encontrar formas de estruturação ajustadas a cada situação concreta. A **organização** *é* a chave real para ajudar a vencer as dificuldades e a vencer os problemas.

Os militantes comunistas terminaram os debates conscientes das imensas dificuldades presentes, das duras batalhas que nos esperam. Mas terminaram o seu plenário conscientes das amplas possibilidades de luta que se abrem ao Povo português, e certos da derrota da reacção, da derrota do Governo Pinto Balsemão, a certeza que a Reforma Agrária avançará, de que as profundas transformações democráticas da sociedade portuguesa abertas com a Revolução de Abril irão para a frente e Portugal Democrático irresistivelmente caminhará para o Socialismo.

VIVA A REFORMA AGRÁRIA!
VIVA O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS!

Évora, 10 de Janeiro de 1981.
O PLENÁRIO DE MILITANTES DO PCP DA ZONA DA REFORMA AGRÁRIA

60.º Aniversário do PCP

Concurso para cartaz nacional e medalha comemorativa

Comemora-se este ano o 60.º Aniversário do Partido. No âmbito das iniciativas programadas para assinalar esta data importante e decisiva na História do movimento operário português, foi decidido abrir um concurso para a elaboração de um cartaz nacional e de uma medalha comemorativa.

Cartaz nacional e medalha comemorativa que, de acordo com as normas do concurso que junto publicamos, terão obrigatoriamente que conter a referência aos 60 anos de vida e de luta do Partido Comunista Português, ao serviço do nosso Povo e da nossa Pátria.

O prazo para a entrega das propostas do cartaz nacional e da medalha comemorativa termina no próximo dia 31 deste mês.

Normas do concurso

1. Cartaz

1.1 – O Cartaz deverá conter os seguintes elementos: 60.º Aniversário: Partido Comunista Português; Foice e martelo do PCP. Palavra de ordem: «1921-1981 PCP 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria».

1.2 – O Cartaz será impresso no formato 70×100, em **offset**, podendo ter até **4 cores.**

1.3 – As maquetas deverão ser apresentadas com a **dimensão** mínima de 35×50.

1.4 – **Prazo** de entrega das propostas: **até 31 de Janeiro de 1981,** na SIP do Comité Central, na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 – 1699 LISBOA

2. Medalha

2.1 – A **medalha** deverá conter os seguintes elementos: 60.º Aniversário: Partido Comunista Português; Foice e martelo do PCP. Palavra de ordem: «1921-1981 PCP 60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria».

2.2 – A medalha terá **80 mm** de diâmetro, e 5 mm de espessura e será cunhada nas duas faces.

2.3 – As maquetas deverão ser apresentadas, em desenhos, na escala de 1.1 ou múltiplos.

2.4 – **Prazo de entrega das propostas**: até **31 de Janeiro de 1981** na SIP do Comité Central, na Rua Soeiro Pereira Gomes, n.º 1 – 1699 LISBOA.

As propostas recebidas serão expostas, no âmbito das comemorações do 60 .º Aniversário, em local a designar.

Já foi entregue o automóvel sorteado pela DORL

O prémio do sorteio da «Campanha de Fundos Eleições 80», promovido pela DORL, contemplou Joaquina da Rita Alves, moradora em Odivelas, que se vê na foto a receber as chaves do automóvel das mãos do camarada Manuel Pedro, do CC e da DORL. Casada com um comunista, Joaquina da Rita Alves não é militante do PCP. O que não a tem impedido, porém, de colaborar com grande entusiasmo nas nossas tarefas. Na venda de rifas, por exemplo. Desta vez comprou uma, a uma colega do LNEC, no bar do qual trabalha. E o prémio foi-lhe parar às mãos.

Cinema no Lousal

Por iniciativa do Comité Local do Lousal (Grândola), realiza-se no próximo sábado, a partir das 21 horas, uma sessão de cinema com a projecção do filme «Jovem Guarda».

A iniciativa decorrerá no Salão da localidade. Os bilhetes custam 20$00.

Benfica do Ribatejo

No próximo domingo os comunistas de Benfica do Ribatejo (concelho de Almeirim) levam a efeito um almoço de confraternização destinado a comemorar o 60.º Aniversário do Partido.

Estará presente o camarada Carlos Carvalhas, do CC, prevendo-se a participação de mais de 300 pessoas.

O almoço decorrerá na Sociedade Humanitária Benfiquense, a partir das 12 e 30.

Camaradas falecidos

JOAQUIM AMARANTE – Com 68 anos, faleceu o militante comunista Joaquim Amarante, cemocrata estimado no seu local de residência, o Bairro do Bosque, na Amadora.

ANTÓNIO VAGARINHO – Membro de uma Unidade Colectiva de Produção de Santiago do Escoural, Montemor-o-Novo, faleceu recentemente o nosso camarada António Ângelo Vagarinho, de 43 anos, pessoa muito estimada pelo povo da sua localidade, que se incorporou em grande número no funeral.

FRANCISCO DIAS – Após doença prolongada, faleceu o militante comunista Francisco Rodrigo Dias, de 63 anos, natural do Porto e residente em Vila Real de S. António. O camarada pertencia à organização da Hotelaria (Casino).

DOMINGOS OLIVEIRA – Com 56 anos, faleceu recentemente em Espanha o nosso camarada Domingos Almeida Oliveira. Outrora membro da Cooperativa «Os Arraianos Avançam», de Ficalho, Serpa, face à ofensiva contra a Reforma Agrária, viu-se obrigado a emigrar, tendo agora encontrado a morte na sequência de um desastre com um tractor em Rosal de Fronteira, Espanha. O camarada deixa mulher e uma filha ainda jovem.

JOSÉ SILVA – Com 62 anos, faleceu o camarada José Silva, operário têxtil, membro da organização da freguesia de S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso. Militante do Partido desde 1974, o camarada José Silva, participou firmemente na luta contra o fascismo, tendo sido preso pela PIDE em 1958.

JACINTO CAETANO – Vítima de doença súbida, faleceu o nosso camarada Jacinto Carvalho Caetano, de 29 anos, residente em Montinho dos Pegos, Coruche. Era membro da Assembleia Municipal desta localidade, eleito pela APU, e gozava de grande estima por parte de todos quantos o conheciam.

INÁCIO FIGUEIRAS – Antigo militante do Partido, residente no Barreiro faleceu no passado dia 31 de Dezembro o nosso camarada José Patas Figueiras, que se encontrava na situação de reformado.

ÂNGELO DE ALMEIDA – Com 48 anos, faleceu no passado dia 6 o militante comunista Ângelo Severino de Almeida, membro da Célula dos trabalhadores comunistas na Tofa (Oeiras). O camarada, vitimado por doença, pertencia aos Bombeiros Voluntários de Algés.

AIRES CASTRO – Militante do Partido desde 1975, faleceu recentemente o camarada Aires Leonel de Jesus Menezes e Castro, de 42 anos, economista. Pertenceu ao Organismo de Direcção do Sector de Saúde do Porto do PCP, desempenhando com grande dedicação as tarefas partidárias. Foi director do Serviço de Aprovisionamentos do Hospital de S. João e membro do Conselho de Gerência dessa unidade hospitalar, eleito pelos trabalhadores.

●

Às famílias dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

O Militante

SITUAÇÃO NA POLÓNIA

"Algumas questões sobre a situação na Polónia e as manobras subversivas da reacção e do imperialismo" é o título de um extenso artigo que, entre outros, publicará o próximo número de **O Militante**.

É já na próxima quinta-feira que se encontra à venda este primeiro número do ano de 1981 do boletim de organização do PCP.

Avança o trabalho preparatório da Conferência Nacional da JCP

No fim-de-semana de 14 e 15 de Março próximo decorrerá em Lisboa a Conferência Nacional da Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Trata-se de uma importante iniciativa dos universitários comunistas, não só se tivermos em conta a significativa influência da JCP na acção estudantil desse sector de ensino, como também pela situação de crise e instabilidade que vem caracterizando a Universidade portuguesa, palco de numerosos problemas que exigem o debate amplo de todos quantos estão relacionados com o Ensino Superior e a formulação de propostas correntes e objectivas, viradas particularmente para o reforço da luta, da unidade, da solidariedade e da acção estudantil.

A Conferência terá um plenário, onde participarão todos os delegados e onde serão tomadas todas as deliberações.

Os trabalhos decorrerão ainda em diversas secções, com o objectivo de aprofundar alguns temas centrais abordados no plenário.

Para os participantes haverá três estatutos: os **delegados** – militantes da JCP eleitos nos seus colectivos; os **participantes** – militantes ou não militantes da JCP, podendo todos intervir no trabalho das secções; e os **convidados** – representantes de outras organizações políticas juvenis, Associações de Estudantes, organismos culturais, desportivos e recreativos, etc.

Aspectos inovadores – a palavra para Teresa Conde

A Conferência, que está neste momento a suscitar grande entusiasmo no meio universitário, tem um perfil relativamente inovador em comparação com outras iniciativas de âmbito nacional dos estudantes comunistas.

Trata-se, sem dúvida, de um esforço para dar ao debate um conteúdo mais profundo, na base de uma ampla reflexão alicerçada na experiência, no conhecimento, nas propostas e nas ideias de um significativo número de estudantes, comunistas e não comunistas.

Em declarações prestadas ao jornal «Em Debate», publicação especialmente dedicada à Conferência, a camarada Teresa Conde, do Secretariado da Comissão Central da JCP, teve oportunidade de referir:

«É verdade que as questões de preparação da Conferência nas organizações e por cada militante foram analisadas com muita atenção pela Direcção Central do Ensino Superior. E assentámos algumas linhas gerais para o trabalho preparatório que de facto pensamos poderem permitir o desenvolvimento do debate de uma forma muito ampla e criativa, em torno dos temas da nossa actividade, da Universidade e do movimento estudantil, mas também de temas sociais, políticos e culturais mais gerais».

E acrescenta:

«Neste momento, sabemos já de alguns colectivos que preparam teses sobre temas como o desporto universitário, política cultural, imprensa comunista, etc. Mas sem dúvida que é importante alargar esta participação».

«Neste sentido – conclui Teresa Conde – gostaria de referir dois aspectos. Um, a possibilidade de todos os camaradas, individual ou colectivamente, poderem intervir desde já, através da elaboração de teses para a Conferência. Outro, a própria existência do jornal «Em Debate».

«Sentimos que é da nossa capacidade de aproveitar todos os contributos por muito limitados e parcelares que sejam, de extrair ensinamentos de toda a potencialidade criativa de cada um dos militantes do nosso grande colectivo, que dependerá em grande parte o êxito da nossa Conferência».

Interrogada sobre os possíveis reflexos da Conferência na actividade da JCP e na própria situação universitária, diz Teresa Conde:

«Isso dependerá, sem dúvida, do desenrolar dos trabalhos preparatórios e da própria Conferência. Mas o que é verdade é que os estudantes comunistas constituem hoje na Universidade o núcleo mais forte e mais organizado dos sectores democráticos. Ora um ponto de encontro entre a reflexão criativa e a experiência que temos vindo a adquirir na nossa intervenção no movimento estudantil, como o que pensamos poderá ser a nossa Conferência, decerto irá permitir o encontrar de propostas e contributos não só para os problemas da JCP, mas também do movimento estudantil e da própria Universidade».

«É esta responsabilidade que temos que assumir».

14 e 15 de Março: o Ensino Superior em debate

Um jornal para ajudar a erguer a Conferência

«Este projecto é limitado. Com efeito, integramo-nos no esforço colectivo em que os militantes e organizações da JCP se encontram empenhados para levar por diante uma Conferência Nacional. Daqui resulta um conjunto mais preciso de objectivos para o nosso jornal: divulgar a Conferência, estabelecer um elo informativo entre os participantes deste trabalho colectivamente assumido; constituir um espaço onde vão tendo lugar os mais diversos contributos, os problemas levantados e as respostas sugeridas; intervir, isto é, ter também um papel activo; propor temas para o debate, organizar a sua abordagem mais profunda».

A apresentação está feita. Trata-se da publicação «Em Debate», iniciativa de um grupo de jovens camaradas ligados à Universidade, grupo que aqui vivamente saudamos e que incitamos a continuar o seu novo trabalho.

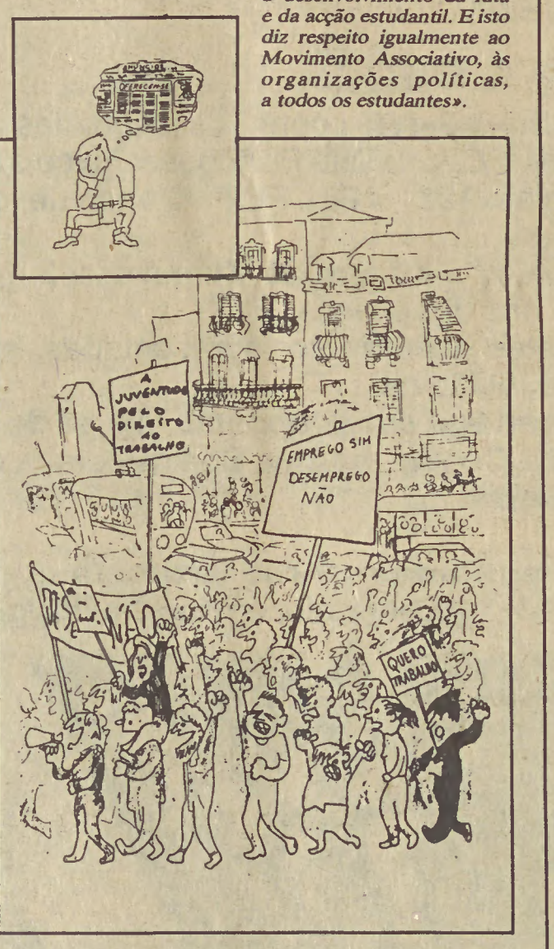
No primeiro número, «Em Debate» inclui um variado leque de artigos, entre os quais podemos destacar uma mesa-redonda, nas centrais, sobre «Cultura, Política e Política Cultural», os textos de João Queiroz («Algumas reflexões sobre a função e a necessidade do trabalho ideológico») e de Miguel Portas («A questão da unidade»), Paulo Ferreira («Após três anos de gestão Cardia: que perspectivas?») e Rosa Brandão («Do centralismo à participação»), sendo estes textos relacionados com a temática da gestão democrática e a autonomia universitária.

Os objectivos da iniciativa

Aprofundar e desenvolver, nas novas condições, a linha política dos comunistas para a Universidade e eleger a Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa – estes os objectivos fundamentais da Conferência Nacional da Organização do ES a realizar em Março próximo.

Como sublinha em entrevista à publicação «Em Debate» a camarada Teresa Conde, do Secretariado da Comissão Central da JCP, em relação ao primeiro objectivo «nós não pretendemos apenas pegar nos terrenos clássicos do movimento estudantil (MA, gestão, etc.) para em função deles apresentar propostas de trabalho».

«Consideramos antes», diz em seguida, «como particularmente importante procurar respostas para o problema da unidade e da solidariedade estudantil, e debater os caminhos para o desenvolvimento da luta e da acção estudantil. E isto diz respeito igualmente ao Movimento Associativo, às organizações políticas, a todos os estudantes».



(...)
7. A Organização do Ensino Superior dispõe de órgãos de direcção próprios que têm, como atribuição, definir, dentro da orientação geral da JCP, a orientação para todos os aspectos de trabalho no ensino superior, estando vinculados ao cumprimento das resoluções de natureza política, orgânica e de quadros da Comissão Central e seus organismos executivos.
8. A Conferência Nacional do Ensino Superior pode ser convocada pela Direcção Central do Ensino Superior, segundo resolução do Congresso ou da Comissão Central da JCP. Compete-lhe definir a orientação para o trabalho no Ensino Superior de acordo com a orientação geral da JCP e eleger a Direcção Central do Ensino Superior. A Direcção Central do Ensino Superior pode eleger os órgãos executivos que considere necessários (...)

(Dos Princípios Orgânicos da Juventude Comunista Portuguesa, aprovados no 1.º Congresso da JCP realizado em 24 e 25 de Maio de 1980)

Colocação de professores

O escândalo dos «mini-concursos» vai continuar até quando?

Grande parte da opinião pública desconhece certamente o mecanismo da colocação dos professores nas escolas portuguesas. Trata-se, sem dúvida, dum esquema complicado, que tem muito a ver com a forma com que o professor é encarado ainda nos dias de hoje pelo poder político.

Em síntese, a colocação dos professores portugueses, centralizada pelo Ministério da Educação, realiza-se em três fases.

A última, que se inicia praticamente em cima do começo das aulas, estendendo-se pelo ano lectivo fora, é mais conhecida pela designação de «mini-concurso».

Ao contrário das duas primeiras fases, em que apesar de tudo o docente aí colocado ainda tem alguns **direitos** (como por exemplo o pagamento dos salários de Agosto e Setembro), os professores colocados no «mini-concurso» são considerados pelo Ministério como pessoal de segunda, não usufruindo de qualquer ragalia mínima.

Vejamos um exemplo. Um jovem licenciado residente em Santarém inscreveu-se em Janeiro/Fevereiro de 1980 nos concursos nacionais para leccionar no Preparatório ou no Secundário, no presente ano lectivo. Concorreu a todas as escolas do distrito e não obteve colocação, como veio a saber mais tarde, procurando o nome nas pautas do MEC, que entretanto lhe atribui um número de ordem. Posteriormente, o Ministério efectua a 2.ª fase. O jovem licenciado também não é chamado.

Finalmente, em Outubro surge a última hipótese de colocação. Mais impressos, mais selos e lá se faz a inscrição no «mini-concurso». Alguns semanas depois, é afixada uma lista com o escasso número de docentes inicialmente colocados ao abrigo da 3.ª fase.

Os outros vão para casa e esperam... Esperam pacientemente que o correio traga uma carta do Ministério, dizendo: **«Informa que foi colocado na escola tal para um horário tal»**. O docente, dizem essas cartas, tem um prazo de três dias para contactar a escola onde foi colocado. Por mais incrível que pareça, esta é talvez a única «grande» regalia do professor colocado na 3.ª fase: tem três dias para se apresentar no estabelecimento de ensino!

Voltemos ao nosso jovem de Santarém. Apesar da sua excelente média de curso, da sua boa vontade e entusiasmo para ajudar a formar os novos quadros da sociedade, ele esteve inactivo desde o final do seu cursos (Julho de 80) até Janeiro de 1981.

Agora, finalmente, recebeu a tal carta do Ministério, que diz secamente: **foi colocado na escola tal num horário de 6 horas semanais!...**

No mesmo dia em que o carteiro lhe entregou a convocatória do MEC, o presidente do Conselho Directivo da escola em que fora colocado contactava-o telefonicamente:

— «O horário não é grande coisa... Mas o colega aceita?».

Do outro lado do telefone, o nosso jovem dá o «sim» serenamente. Aliás, como ele tem gosto na profissão escolhida, pretende segui-la e está «avisado» (...) nem podia dizer outra coisa. Por incrível que pareça, o Ministério da Educação penaliza os candidatos que recusam horários para trabalho a prazo... Pelo menos, durante dois anos não são chamados para leccionar...

O nosso jovem de Santarém, caso a escola tenha verbas, vai receber no fim do mês o seu «salário»: cerca de 5 mil escudos.

Apoio pedagógico e científico, vai ser muito difícil obter. Materiais didácticos, acesso a equipamentos para dinamizar as suas aulas, também não. Fica com a sua firme vontade, o seu entusiasmo, o seu espírito criador. Fica com os seus alunos e com a tarefa de os ajudar o melhor que souber.

Em Julho é posto na rua. Sem subsídio de férias, sem direito a qualquer tipo de assistência social. Volta para casa. À espera, sempre à espera da justiça e do lugar a que efectivamente tem direito. Os seus alunos também esperaram. Foi todo o primeiro período sem aulas. E nas outras escolas é assim, também.

Simplesmente incrível!

O caso do jovem de Santarém dá apenas uma imagem muito resumida do que é, na verdade, o «mini-concurso».

Outras situações ainda mais escandalosas estão neste momento a suceder-se, em todo o país. Uma significativa parte delas abrange os estudantes finalistas dos diversos cursos superiores, sector fundamental ao Ministério para tapar os buracos das escolas, à última da hora, que o mesmo é dizer para preencher os horários ainda vagos, questão que só não fica resolvida no início do ano lectivo por causa do Ministério.

Outro exemplo: um estudante que frequente o último ano de qualquer curso superior inscreveu-se no mini-concurso em Outubro, na esperança de presentemente ser chamado para leccionar num horário compatível com a sua actividade académica.

No mesmo mês de Outubro matriculou-se na Universidade, ficando, pois, sujeito a um horário de aluno.

Agora, em Janeiro, é convocado para leccionar. E se o horário não se ajusta? Pois bem: sujeita-se às consequências ditadas pelo MEC, consequências essas que infelizmente só um número reduzido de candidatos conhece.

Resumindo: desde Outubro o docente não sabe quando começa o seu trabalho, não sabe em que escola é colocado, não sabe que horário terá, não sabe se fica até ao fim do ano lectivo ou se vai apenas para uma substituição temporária (caso dos horários das professoras que engravidaram); não tem direito aos vencimentos de Agosto e Setembro, não fica com qualquer certeza em relação ao futuro... Não tem inclusivamente o direito de rejeitar um horário, mesmo sendo estudante finalista dum curso superior.

Até quando esta injustiça?

Trabalhadores-estudantes:

Unir, organizar!

Como aqui já salientámos várias vezes, o Ensino em Portugal tem um sector particularmente atingido pelas deficiências e os problemas que as escolas enfrentam no dia-a-dia. Referimo-nos aos trabalhadores-estudantes, que continuam a ser esquecidos pelas estruturas do Poder, para quem a marginalização e o abandono puro e simples de um significativo número de portugueses que no quotidiano lutam pela sua valorização socioprofissional e cultural é ainda a política seguida.

As forças democráticas mais consequentes têm acompanhado a situação dos TE's. Na última legislatura o PCP apresentou um projecto de lei sobre a "Protecção e defesa dos direitos dos Trabalhadores-Estudantes", que, aliás, não chegou a ser discutido o que demonstrou uma vez mais o interesse da "AD" no problema.

No entanto, são os próprios trabalhadores-estudantes que têm de dar passos decisivos na sua organização, tanto no Secundário como no Superior. Exemplos como os da criação, um pouco por todo o País, de Associações de TE's têm que ampliar-se ainda mais. A tarefa, por vezes, não é fácil. Mas com determinação, unidade e espírito combativo tudo se faz.

Da Faculdade de Letras de Lisboa chega um exemplo significativo, narrado no suplemento do "Letra", jornal da AE:

"A AE pretendeu, não obstante as dificuldades de concretização, criar um departamento de trabalhadores-estudantes. Um grupo de estudantes, em colaboração com a D.A.E., tomou nas mãos o processo, mas a acção foi levada a cabo muito tarde e dificultada pelo número de cursos e de anos e consequentes problemas de contacto. No entanto, o grupo de trabalho, criado o ano passado, está em actividade e pretende, a curto prazo, dinamizar a questão. Entretanto, prevêm-se este ano dificuldades acrescidas às já existentes: possibilidade de aprovação do decreto de regulamentação de trabalho, que abre ao patronato o caminho para retirar aos trabalhadores-estudantes os poucos "privilégios" tão duramente conquistados.

A possível concretização deste estado de coisas implica a necessidade de um amplo trabalho de ligação sindicatos/escolas, ligação esta que estamos a procurar venha a ser efectiva.

Como é fácil constatar, todo este trabalho é difícil e a tua participação será a garantia de o levarmos a bom termo."

O exemplo aqui fica.

Viagem ao mundo da linha da forma e da cor

Viagem ao mundo da linha, da forma e da cor – **de Almada para o universo do quotidiano de toda a gente – foi antes de mais um desafio,** uma **proposta corajosa para libertar a arte dos parâmetros habituais e reencontrá-la com um olhar atento em todo e qualquer objecto. Pretendeu-se (e conseguiu-se) no novo salão «Almada de Abril – Oficina de Cultura»** criar um espaço onde linhas, formas e cores evoluam, perante os olhos dos observadores, libertas de hierarquias culturais e transitem – sem pagamentos de direitos nas alfândegas da erudição – do quadro para o vestido de cambraia ou para o papel de parede, da escultura para a forma do sapato, para as linhas do automóvel ou para os pormenores arquitectónicos do arranha-céus. E, no sentido inverso, da realidade objectiva e utilitária para a emoção artística.

Durante pouco mais de um mês (de 15 de Novembro a 22 de Dezembro último) a «Viagem» de Almada Abril mostrou que **o objecto quadro não é forçosamente mais belo do que o objecto cadeira ou do que o objecto sapato,** responsabilizando de forma muito séria as sucessivas gerações de artistas pelas **linhas dos nossos móveis, pelas formas dos nossos comboios, pelas cores das nossas cidades e pela maneira como nós percepcionamos a realidade do mundo em que nos movemos.**

Viagem ao mundo da linha, da forma e da cor, foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Almada, através do seu Departamento de Cultura, que permitiu à população do concelho e a quantos nela participaram uma convivência com as artes plásticas e os seus cultores, procurando tornar compreensível o «discurso» das linhas, formas e cores e assim avançar na compreensão do mundo e do homem, das relações entre os homens e entre o homem e o mundo.
Tornando possível **o diálogo entre o artesão e o intelectual, rompendo a barreira de falsas hierarquias que separa o barro cozido saído das mãos do ceramista intelectual do mesmo barro cozido saído das mãos do oleiro artesão,** como se afirma no que se convencionou chamar o Manifesto da Viagem.
Esta Exposição, que juntou setecentas obras de artistas consagrados e de desconhecidos, conseguiu de forma extraordinária fazer com que as linhas, as formas, as cores, os sons e as ideias saíssem dos museus, das galerias, das salas dos concertos e bibliotecas e dessem um primeiro passo na vida quotidiana, começando a tornarem-se uma forma generalizada de comunicação entre todos os homens.

Oficinas de Cultura no local da «Viagem»

Mostrar como se faz um quadro, ou um tapete, ou uma bilha, que o mesmo é dizer despertar a consciência de cada um para a arte de criar, seja o que for, foi o objectivo que deu vida às «oficinas de cultura». Por isso no local da «Viagem» se encontravam placas de platex, pincéis e tintas à disposição dos pintores, bem como um cavalete de escultura e barro, ou ainda «oficinas» de serigrafia, olaria, cesteiro, tecelagem, correeiro, instrumentos musicais, bijouteria, filigrana e cinzelagem.
E muitos foram os que, quem sabe se pela primeira vez na sua vida, misturaram tintas para o esboço de um quadro ou escolheram lãs para a tecelagem de um tapete.
Ao artesanato e ofícios para os quais não era praticável instalar «oficinas» reservaram-se painéis ilustrativos das várias fases do trabalho e dos instrumentos com que se realizam: carpintaria, alfaitaria, corte e costura, calçado, tanoaria, barcos e redes de pesca, cortiçaria, croché, rendas, etc.
E muitos foram os que, quem sabe se pela primeira vez na vida, compreenderam que o traço de um fato, de um sapato ou de uma renda, em abstracto, são também obras de arte.
Mas a «Viagem» foi mais longe. Evocou, através dos objectos, linhas, formas ou cores a evolução dos conceitos de estética e as suas relações com a prática do trabalho quotidiano – uma charrua, uma âncora, um carro de mão, etc.

Com a colaboração de museus e colecções particulares a «Viagem» passou também pela mostra de trajos, peças de artesanato de vários países, cartazes, autocolantes, selos, canetas, isqueiros, caixas e tantas outras coisas que contribuiram para mostrar que **o importante é a caminhada colectiva no campo da inteligência, da imaginação e da sensibilidade, para formas cada vez mais lúcidas de percepcionar formas cada vez mais dilatadas do real.**

Homenagem à aliança entre a cultura e o trabalho

Viajando no mundo da linha, da forma e da cor, a Câmara Municipal de Almada presta homenagem a todos os criadores do nosso País, os que transformam a terra em pão, o mar em peixe, a floresta em casas e em berços, os minérios em ferramentas; a sensibilidade, a inteligência e o saber, em fraternidade em amor, em justiça, em progresso e em paz.
Esta homenagem confia-a a Câmara Municipal de Almada ao grande trabalhador da forma, ao modelador de sensibilidades, ao mestre fraternal e amoroso de várias gerações de artistas, que é ***Anjos Teixeira.***

Em ***Anjos Teixeira*** *a Câmara Municipal de Almada homenageia a aliança entre a cultura e o trabalho, sem a qual a cultura é alienação e o trabalho é escravatura.*

VIAGEM AO MUNDO DA LINHA DA FORMA E DA COR / 80

Exposição de Arte e Artesanato
Rua Conde Ferreira
CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA

A pintura, a escultura, o artesanato ou o instrumento de trabalho ensinam aos jovens que arte não comporta parâmetros, num convite à «Viagem» ao mundo de todos os dias

Do barro informe sai a bilha que nos seduz com promessas de frescura, útil e bela

Todos podem criar. Um tear, lã e imaginação é quanto basta

Da carroça à cadeira de verga um caminho de criação de artistas desconhecidos

A Soporcel quer, o Governo manda *mas a população recusa – e vence!*

A instalação da Soporcel, nova empresa de produção de pasta de papel, na freguesia de Marinhais, concelho de Salvaterra de Magos, foi recusada por unanimidade na sessão extraordinária da Assembleia Municipal daquele concelho, realizada no passado dia 10 no Cine-Teatro Salvaterrense.

Esta importante vitória da população de Salvaterra, que desde o início do processo (há pouco mais de um ano) se opôs firmemente à instalação da unidade fabril que ameaçava não só a sua qualidade de vida como punha em causa a economia e desenvolvimento regional, e que participou activamente nos debates travados no decorrer da última Assembleia Municipal, constitui um repúdio claro da política do facto consumado e dá ao Governo a merecida resposta pela sua acção de defesa dos interesses capitalistas em detrimento dos interesses populares.

Com efeito, em despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e do Plano e da Indústria e Tecnologia de 29 de Outubro do ano findo o Governo "AD", sem ouvir os interessados, as autarquias ou sequer o próprio MAP, decide, contrariando todos os pareceres dos organismos consultados, autorizar a construção da Soporcel na região do Vale do Tejo.

Propunha-se o Governo, sempre subserviente perante os interesses dos países da CEE, autorizar a transformação de uma das zonas mais ricas do país em caixote do lixo da Europa dos Monopólios.

Porque de monopólios se trata, como lembrou o camarada Dias Lourenço, intervindo na Assembleia Municipal na sua qualidade de deputado eleito pelo distrito de Santarém, ao salientar que a Soporcel pretende instalar em Portugal, quase nos mesmos termos, o projecto da Celangol (preparado para Angola), mantendo os interesses da C.ª des Atelliers et Forges de la Loire e da Central National Corp.ª (NY) – capitalismo francês e americano –, de ligações bem conhecidas com os Espírito Santo e Champallimaud.

Esta nova fábrica de celulose, com capacidade para produzir 250 mil toneladas por ano de pasta de papel (sessenta por cento da produção nacional), oferecia como única "vantagem" a criação de 500 postos de trabalho. Fraca contrapartida para os graves inconvenientes apontados em caixa, para já não falar na "machadada" que esta unidade (com maioria de capital privado) daria num sector considerado básico para a nossa economia.

Tão fraca que nem os deputados da "AD" eleitos pelo distrito de Santarém (para além dos representantes do PS e PCP) lhe puderam dar o seu aval. Nem a Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos, nem a EPAL, nem a Direcção-Geral de Saúde, nem a Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, Recursos Hídricos e Ambiente, entre outros organismos oficiais consultados. Nem tão pouco as autarquias locais do distrito, com excepção da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e a Junta de Freguesia de Muge, cujos pareceres favoráveis à implantação da Soporcel no concelho são, no mínimo, levianos.

No importante debate público que foi a Assembleia Municipal de Salvaterra do passado sábado, população e técnicos, responsáveis autárquicos e deputados dos mais diferentes quadrantes políticos demonstraram à saciedade o contra-senso que seria a instalação duma fábrica de celulose no Vale do Tejo, valando e ridicularizando os oportunistas que, como o eng.º Lobato Faria, defendeu a montagem da Soporcel depois de ter condenado essa montagem enquanto membro de Direcção-Geral de Saúde.

Como o «Avante!» dizia num artigo sobre o assunto na sua edição de 18 de Dezembro último e o camarada Vítor Louro sublinhou no sábado na sua qualidade de técnico assessor da APU, **importa criar novos empregos, e mais riqueza, mas sem ser através da destruição da riqueza e dos postos de trabalho que já existem. Importa desenvolver, mas preservar os recursos naturais e defender a qualidade de vida. (...) Têm de ser os portugueses a fazer as suas opções, tendo em conta os seus interesses, e não sujeitarem-se às opções que os estrangeiros façam (...)**

Foi o que a população do concelho de Salvaterra de Magos fez. Esperemos que o Governo aprenda a lição.

Razões contra a montagem da Soporcel em Marinhais

- *Poluição das águas do Tejo com o escoamento diário de sete toneladas diárias de produtos químicos não solúveis.*
- *Poluição gasosa na ordem das nove toneladas por dia (gás sulfídrico, radicais de enxofre e poeiras em suspensão).*
- *Os efeitos poluentes da nova empresa far-se-iam sentir num raio mínimo de 20 Kms, abrangendo oito concelhos e cerca de 250 000 habitantes.*
- *Substituição de culturas agrícolas por eucaliptais, com empobrecimento dos terrenos, desaparecimento de cursos de água, libertação de mão-de-obra e consequente aumento do desemprego (14 000 postos de trabalho em perigo).*
- *Contaminação das captações de água em Vila Franca de Xira que abastecem Lisboa.*
- *Poluição da água afectaria produção das salinas da região de Alcochete e de Montijo.*
- *Catástrofe para a fauna marítima.*

Manobras do PS e da AD conduzem a novas eleições em Santa Marinha do Zêzere

Na sequência do pedido de demissão dos elementos do PS a que se seguiu idêntica atitude por parte da AD, vão realizar-se no próximo dia 22 de Março eleições para a Assembleia de Freguesia de Santa Marinha do Zêzere, freguesia do concelho do Baião, no distrito do Porto.

Tratava-se de uma Junta composta pela APU (Presidente) AD (Secretário) e PS (Tesoureiro), que caiu devido à acção conjugada do PS com a AD.

Apesar da obstrução sistemática imposta pelo PS e pela AD foi possível à Junta de Freguesia resolver alguns dos problemas da população da freguesia. Apesar das dificuldades na obtenção de verbas, concretizaram-se bastantes obras e melhoramentos de que Santa Marinha estava carecida. Pesem embora os poucos meses de duração do seu mandato, ficou bem demonstrado quanto se pode fazer desde que haja honestidade, vontade e dedicação aos interesses populares. Nunca, desde 1976, se fez tanto em tão pouco tempo.

A demissão dos elementos do PS e da AD teve como consequência e escandalosa nomeação de uma Comissão Administrativa composta e encabeçada por 2 elementos da AD (força minoritária na freguesia) e 1 do PS (este acabaria por não tomar posse).

Em comunicado à população, a APU considera vergonhosa e ilegal a nomeadação de tal CA por parte da Câmara (maioria AD), já que tal nomeação é desrespeitadora dos resultados eleitorais até hoje verificados em Santa Marinha do Zêzere e se processou bastante para além dos prazos que a lei concede. Por isso a APU condena e considera antidemocrático, ditatorial e totalitário o comportamento da Câmara de Baião.

Certamente que esta decisão da Câmara não estava nos planos dos elementos do PS, que esperaria ver nomeada uma CA mais da sua feição. Com uma CA sua e com as verbas entretanto chegadas à freguesia (cerca de 600 contos), o PS procuraria criar condições para se creditar aos olhos da população. Só que a AD não esteve pelos ajustes e hoje é vermos o Presidente da CA numa grande azáfama tentando concretizar as obras e melhoramentos programados pela APU.

No seu comunicado a APU denuncia todas estas manobras e apela à população para que esteja atenta e não se deixe iludir.

Considera a APU que as dificuldades actuais serão ultrapassadas e que no próximo dia 22 de Março a população saberá escolher gente honesta, responsável e dedicada, que saiba lançar Santa Marinha do Zêzere nos caminhos do progresso para uma vida melhor dos seus habitantes.

Na Câmara do Porto

«AD» quer aumentar em 150% a água e a electricidade

A Câmara do Porto, de maioria absoluta «AD», prepara-se para presentear os portuenses com escandalosos aumentos da água e da electricidade. A proposta do aumento da água, que está agora a ser reformulada e que prevê aumentos de 150 por cento, já foi apresentada pelos SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento) cujo conselho de administração é inteiramente constituído pela «AD» e cujo presidente é o próprio presidente da Câmara «AD». A proposta de aumento da electricidade está já em elaboração e prestes a ser discutida nos SMGE, (Serviços Municipalizados de Gás e Electricidade) e, posteriormente, na Câmara, sendo conhecidas as posições dos elementos da «AD» sobre tal questão – aumentar em 1981 a electricidade em, pelo menos, 150 por cento.

A denúncia destas escandalosas manobras que a «AD» prepara na Câmara do Porto é feita num comunicado recentemente emitido pelo Comité Local do Porto do PCP onde, além de criticar vivamente tais medidas, se analisa o que tem sido a gestão da «AD» naquele órgão autárquico.

Relativamente aos aumentos que se preparam da água e da electricidade, o comunicado cita, a título de exemplo, que caso tais aumentos entrem em vigor, um portuense que pague hoje 170 escudos de água e 800 escudos de luz, passaria a pagar, respectivamente, 425 e dois mil escudos.

A dado passo, sublinha o CLP do PCP: **A população do Porto conhece bem em que condições, autenticamente criminosas, se tem vindo a processar o fornecimento de água à cidade e concelhos limítrofes. A água, como já foi repetidamente provado, está inquinada e o seu abastecimento sofre graves irregularidades, nomeadamente durante os meses de Verão. São também conhecidas da população do Porto as gravíssimas acusações que impendem sobre os SMAS, incluisive de corrupção, que motivaram a decisão, por parte da Assembleia Municipal em 1978 de ser instaurado um inquérito aos serviços e a decisão, por parte da actual Câmara, de ser instaurado aos mesmos serviços, um inquérito judicial, cuja realização a maioria «AD» da Câmara, com destaque para o seu presidente, tem objectivamente sabotado. Nestas condições, o aumento do preço da água em 150 por cento assume foros de um verdadeiro escândalo público.**

E o comunicado acrescenta: **Quanto à electricidade os vereadores da «AD» procuram escamotear o facto, bem conhecido, de que durante dezenas de anos a política praticada no campo da energia da cidade do Porto foi uma política oficial de incentivo à utilização de electricidade (em vez de outras fontes de energia) o que originou que neste momento a cidade do Porto consuma quatro vezes mais electricidade que todas as capitais de distrito juntas, exceptuando Lisboa.**

Aumentos não são inevitáveis

O comunicado do CLP do PCP, depois de manifestar o mais vivo repúdio por estes aumentos brutais e a firme disposição de tudo fazer para que não se concretizem, desmonta a «teoria» da «AD» e do PS de que estes aumentos são inevitáveis. Diz o comunicado a que temos vindo a fazer referência:

É conhecido que os aumentos da electricidade foram em grande parte resultantes de decisões políticas de direita tomadas pelos sucessivos governos nos últimos anos, no quadro de uma política antipopular, de recuperação capitalista e de subordinação aos ditames do imperialismo apresentados pelo FMI.

Analisando, aliás, essa política e, sobretudo, a actividade da «AD» na Câmara do Porto, o Comité Local do nosso Partido apresenta um autêntico rol de ilegalidades e incompetências que dão uma imagem do caos que impera na Câmara do Porto dominada pela «AD»:

- **continua a ser construído clandestinamente o hotel Sheraton (empreendimento de mais de 2 milhões de contos), cujo projecto a «AD» nunca chegou a apresentar na Câmara;**
- **até hoje não foi instaurado o inquérito judicial aos SMAS cuja realização a própria Câmara Municipal aprovou;**
- **a maioria «AD» da Câmara aceitou um plano de actividades dos SMAS, aprovado por um conselho de administração que já tinha sido exonerado e com uma acta falsificada da sua aprovação;**
- **escondem-se dos vereadores processos disciplinares a trabalhadores municipais;**
- **a «AD» não responde a requerimentos à Câmara feitos por membros da Assembleia Municipal;**
- **o plano de actividade da Câmara para 1980 foi apresentado e aprovado, não em Novembro de 1979, mas em Outubro de 1980;**
- **o plano para 1981, que já deveria ter sido aprovado em Novembro de 1980 pela Assembleia Municipal, ainda nem sequer foi discutido na Câmara;**
- **num acto de nítida cumplicidade com o grande comércio, a «AD» não faz cumprir o edital camarário de 1/80 sobre os horários do comércio;**
- **a Câmara «AD» do Porto começou a colocar à venda terrenos municipais, numa atitude tipicamente especulativa e em tudo idêntica à das câmaras fascistas, ao mesmo tempo que afirma não ter terrenos para as associações de moradores e cooperativas, e não fomenta a construção social;**
- **falta dinheiro para pagar aos funcionários da Câmara, que acaba por aparecer de um momento para o outro, mas não falta dinheiro para gastos sumptuosos e extravagantes.**

Isto não pode continuar

Esta é a política da «AD» na Câmara do Porto, a que agora se vêm juntar os aumentos brutais da água e da electricidade. Entretanto, as carências são as mesmas – e têm mesmo aumentado. Refere, por exemplo, o comunicado do CLP do PCP:

Não se vê um único dos grandes problemas da cidade do Porto resolvido. Não se vê um plano no campo da habitação, dos lixos, do saneamento básico, das obras, dos arruamentos, da acção social, da cultura, etc. Não se vê um mínimo de capacidade, de competência e de eficiência. Em contrapartida vê-se a ilegalidade, a prepotência, a especulação, a corrupção.

Para se avaliar bem o escândalo da situação, diga-se que elementos da própria «AD» têm vindo a procurar alijar responsabilidades nesta situação – o CDS quer ficar com a presidência e o PSD ora apoia ora encara a hipótese de desapoiar o seu presidente.

Face a toda esta situação, o PCP afirma: **É necessária uma nova Câmara para o Porto.**

E acrescenta, a finalizar: **O CLP desde já declara que tudo fará no sentido de encontrar com as restantes forças democráticas, com os independentes, com os técnicos de reconhecido valor, mesmo sem filiação partidária, as plataformas de acção convergente ou comum que tornem possível uma Câmara ao serviço da cidade e da população, reflectindo a maioria democrática do concelho do Porto, claramente expressa nas eleições de 7 de Dezembro.**

PS, APU e UDP fazem balanço da gestão «AD»

Eleitos do PS, APU e UDP para a Câmara e Assembleia Municipais do Porto realizaram no passado sábado o balanço de um ano de gestão municipal, no decorrer de uma conferência de Imprensa conjunta onde acusaram a maioria «AD» de desenvolver **um trabalho alarmantemente negativo, comprometendo gravemente o presente e o futuro da população da cidade e, em especial, das camadas mais desfavorecidas.**

Considerando que a Câmara do Porto tem sido gerida de forma ruinosa e ilegal, os promotores da conferência de Imprensa citaram alguns dos escândalos mais conhecidos (a obra clandestina do Hotel Sheraton de dois milhões de contos; o escândalo dos Serviços Municipais de Água e Saneamento; o apoio ao projecto que visava a construção de habitações de renda mensal não inferior a 17 mil escudos; a especulação imobiliária através da venda de terrenos, a aprovação de planos de actividades ruinosas, etc., etc.).

Ao deixar claro que a maioria de direita não soube nem quis concretizar as suas promessas, através de uma gestão minimamente eficaz, os signatários do texto entregue à Imprensa afirmam não se poder dissociar a responsabilidade das decisões camarárias do presidente da edilidade dos restantes membros da «AD» no município do Porto, que sempre têm dado cobertura às decisões da gestão municipal.

Novo ano de luta pelo poder local

O novo ano começa para as autarquias locais com problemas velhos. A não aplicação por parte do poder central de legislação aprovada para o poder local e o adiamento de leis tão importantes como a dos investimentos, ou a definição de uma política de crédito às autarquias menos restritita do que a actualmente em vigor, continuam a causar sérias dificuldades ao pleno exercício da administração autárquica.

A questão da lei das Finanças Locais, cuja aplicação nunca foi integral, é o exemplo mais gritante dessas dificuldades. Competindo aos órgãos executivos (Juntas da Freguesia e Câmaras Municipais) elaborar anualmente os planos de actividade e orçamentos para posterior aprovação das respectivas Assembleias, nunca lhes foi possível saber com antecedência quais as verbas de que iriam dispor.

O que significa que muitos dos projectos contemplados nos planos não chegam a passar de registo de intenções. Não quer isto dizer que não adianta fazer planos de actividades e orçamentos, mas sim que mais do que nunca importa exigir que a lei seja cumprida. Exigir que não se repitam situações como a criada em 1979 pelo Governo Mota Pinto, em que foram retirados 15,2 milhões de contos e 52% das receitas de capital devidas aos municípios, ou em 1980, ano em que que as autarquias foram privadas de 25 milhões de contos e 58% das receitas de capital a que tinham direito.

Com a confirmação da maioria reaccionária na Assembleia da República é de esperar que se agrave a já nada fácil luta pela defesa do poder local democrático. O que pensa a direita da autonomia local quando é poder central está bem patente nas declarações dos seus dirigentes, que vão ao ponto de renegar legislação por eles aprovada quando eram minoria, como é o caso do actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa que não se coíbe de se afirmar publicamente contra a aplicação integral da Lei das Finanças Locais.

As tentativas de retrocesso à centralização do poder no velho estilo da Administração Pública do regime fascista começam a fazer-se sentir de forma alarmante. Veja-se a reposição (ilegal) do sistema de distribuição de subsídios e comparticpações, a pretexto de financiar investimentos intermunicipais; ingerências ilegais e até usurpações de poder por parte do aparelho central, para já não falar da inoperância (ou cobertura) face a casos graves de corrupção e ilegalidades em autarquias geridas pela direita.

A unidade na defesa de um poder local forte, competente e democrático terá de ser cada vez maior. E será com os resultados práticos alcançados na resolução de problemas sentidos pelas populações, pela capacidade de iniciativa, pelo aproveitamento racional e completo dos recursos com que contam, em estreita aliança com as organizações populares, que as forças democráricas demonstrarão a sua superioridade na gestão pública, que o poder local se imporá e vencerá as tentativas dos que, sendo hoje maioria e governo, procuram liquidá-lo para melhor servirem os seus objectivos de classe contra os interesses das classes trabalhadoras e do povo português.

Os neonazis na R. F. A.

– O grupo armado de defesa Hoffmann

A 26 de Setembro de 1980, um atentado bombista, em Munique, provocava 13 mortos e 219 feridos. Este facto veio inquietar ainda mais os povos despertos para o sério perigo que constitui o neo-nazismo na República Federal Alemã e noutros países da Europa Ocidental. Os meios governamentais de Bona e da Baviera declararam-se «surpreendidos» com este assassinato brutal de pessoas absolutamente inocentes de qualquer crime, mas tal «surpresa» não justifica, em nenhum caso, que tenham proporcionado o amadurecimento desta violência tolerando e minimizando o perigo real de numerosos grupos nazis e neonazis. Embora o recenseamento oficial do Gabinete Federal da Polícia Judiciária tenha registado em 1979 mais de 6 000 delitos cometidos pelos neonazis – profanações de cemitérios, armazenamentos vários de armas, ameaças de atentados, incêndios e explosões – os meios governamentais de Bona, os deputados do Parlamento e sobretudo os principais Meios de Comunicação Social não se cansaram de argumentar com a «fraqueza efectiva destas forças sem peso na arena política da RFA». Entretanto, o número de organizações, partidos e agrupamentos neo-nazis actuantes na RFA aumentou para 180 compreendendo mais de 20 000 membros, cujo núcleo militante engloba mais de 1 500 neonazis que se reúnem em 24 grupos terroristas. Até há pouco tempo, as relações de todos estes grupos terroristas nazis, conduziam, sem disfarces, ao «Grupo armado de defesa Hoffmann», a mais forte organização deste tipo com cerca de 600 membros, que regularmente punha em prática verdadeiras manobras militares utilizando do diverso material de guerra, inclusive blindados. No entanto, o ministro bavaro do Interior, Tandler, declarou em várias ocasiões, que o «Grupo armado de defesa Hoffmann» não representava «nenhum risco para a ordem constitucional» e que «nunca este grupo ameaçara, de facto, a estrutura do Estado». Somente por pressão dos protestos internacionais cada vez mais frequentes, o grupo armado de defesa Hoffmann, foi proibido em Janeiro deste ano, tanto mais que a atitude dos seus responsáveis na televisão oeste-alemã, «obscurecia» a reputação da República Federal no estrangeiro. Mas nem o chefe, o ex-desenhador Karl Heinz Hoffmann, de 43 anos, nem os outros membros do bando foram chamados a responder judicialmente.

E entretanto, foi cessando a vigilância sobre o grupo...

«Não somos pessoas para nos deixarmos intimidar por estas medidas» reconheceu o próprio Hoffmann, «Continuaremos!» afirmou convictamente, numa alusão aos estreitos contactos que o grupo mantém com os neofascistas na Itália, França e Áustria e Espanha, e mesmo na Bélgica, onde os membros de grupo Hofmann numa acção conjunta com grupos de extrema direita italianos, belgas e franceses foram submetidos a treino militar e organizaram manobras militares, num campo de defesa em La Roche a 40 kilómetros de Liége. Esta tolerância irresponsável das autoridades judiciais de Bona e da Baviera perante as actividades da extrema direita conduziu ao massacre de Munique.

Descobriu-se que o suposto autor do atentado de Munique, Rudolf Kohler, estudante de 21 anos, fazia parte do grupo Hoffmann. O próprio Hoffmann e mais cinco membros do bando, depois de uma breve prisão preventiva foram postos em liberdade por «falta de provas». O que deve ainda acontecer na RFA, quantas pessoas inocentes terão ainda de morrer, para que se tomem medidas eficazes contra o neonazismo?

A Festa de Outubro que atrai, todos os anos, centenas de milhares de visitantes a Munique, mais parecia um campo de batalha nas últimas horas da noite de 26 de Setembro deste ano. Como quando do atentado bombista na estação de Bolonha, os neonazis provocaram a morte, a angústia, o terror, massacrando pessoas inocentes e indefesas, entre as quais muitas mulheres e crianças. Rapidamente o ministro do Interior, Tandler, veio defender a tese de que se tratava do acto de um "desequilibrado"... Tal como no incêndio do Reichstag em 1933 ou a morte de Kennedy em 1963, surge sempre um bode expiatório do foro psiquiátrico para mascarar a pista dos verdadeiros responsáveis.

Este é Karl Heinz Hoffmann, ex-desenhador, 43 anos, chefe do grupo terrorista com o seu nome. O puma é o seu animal de estimação. Outros símbolos do seu estatuto social: "gorilas", isto é, homens da sua segurança pessoal; pastores alemães; e a sua própria residência, o castelo de Emreuth, perto de Nuremberg, que servia de escola para os chefes nazis na Alemanha nazi. Hitler é o seu máximo ídolo. Hoffmann não oculta os traços da sua ideologia: misantropia absoluta, anti-semitismo, xenofobia, recusa total de toda a democracia, ódio feroz aos sindicatos e às Igrejas. "A democracia, declara, é impotente, uma ditadura com o homem indicado à cabeça pode fazer tudo por um povo."

Nos grupos neonazis, um dos aspectos do treino consiste em como matar, sem escrúpulos, aqueles que pensam de outro modo... Na foto, Arudt Heinz Marx, de 22 anos, membro do grupo Hoffmann, demonstra como cortar a garganta de um adversário.

Os membros do grupo armado de defesa Hoffmann, jovens na esmagadora maioria, são submetidos a duros treinos para a acção terrorista. O treino é do mais rigoroso em matéria de preparação militar. Nestes últimos tempos, são cada vez mais os jovens entre 15 e 20 anos que aderem aos grupos neonazis na RFA. Sem vislumbrarem qualquer perspectiva de futuro numa sociedade marcada pela crise económica, a inflação e o desemprego, muitos jovens são atraídos pelas promessas de glória, pelas ilusões de grupos tipo Hoffmann.

Elementos femininos do "grupo armado de defesa Hoffmann". Jovens alemãs, louras, vestidas com uniformes semelhantes aos dos SS, devem glorificar a "pureza da raça germânica de senhores". Na sua propaganda os grupos neonazis apelam conscientemente aos mais baixos instintos para fazer vingar a criminosa teoria racial de Hitler. Daí que se multipliquem os assassínios e actos de violência contra os estrangeiros na RFA e noutros países da Europa capitalista.

Outra imagem do grupo armado de defesa Hoffmann em manobras militares. Como se preparam neonazis perante a tolerância dos governos federais e central da RFA...

Semana

7 **Quarta-feira**

1807 – A Inglaterra anuncia o bloqueio das costas da França e dos países aliados de Napoleão.

Encerra em Barcelona o V Congresso do Partido Socialista Unificado da Catalunha (PSUC), ramo catalão do Partido Comunista Espanhol (PCE) com a aprovação de uma resolução contrária ao chamado «eurocomunismo»; Francisco Frutos, que foi eleito o novo secretário-geral do Partido, anuncia a adesão da nova direcção do PSUC aos objectivos da paz e do desarmamento e a sua oposição activa à entrada da Espanha na NATO.■ A agência noticiosa líbia (JANA) afirma que este país e o seu vizinho do sul, o Tchade, «decidiram trabalhar para a sua unidade total».■ A revista soviética «Tempos Novos» avisá que os EUA preparam uma invasão de El Salvador, que poderá ser concretizada com o recurso aos exércitos da Guatemala e das Honduras.■ Inicia-se em Genebra e sob a égide da ONU a Conferência sobre a Namíbia, sentando pelo primeira vez à mesa das negociações uma delegação da SWAPO, representando o povo namibiano e a sua luta pela independência, outra dos racistas sul-africanos que ocupam ilegalmente o território e uma terceira constituída pela organização fantoche «DTA», que «ocupa» o Poder.

8 **Quinta-feira**

1978 – Richard Turner, destacado adversário do «apartheid», é assassinado a tiro pelos racistas na cidade sul-africana de Durban.

Falências em cadeia

Um relatório da companhia londrina «Dun & Bradstreet» revela que nos últimos três meses a falência de empresas britânicas se processou à média de 160 por semana, tendo a política monetária da ultra-conservadora Margaret Thatcher levado à falência, durante 1980, 6814 empresas, correspondendo a um acréscimo de 50% em relação ao ano anterior; entretanto o secretário-geral da Associação dos Trabalhadores Científicos e do Pessoal Técnico da Administração, Clive Jenkins, afirma que se a actual política económica se mantiver, o desemprego abrangerá cinco milhões de ingleses até 1985.■ O governo francês aproveita os números sobre um «plano de fusão da Líbia com o Tchad» para enviar o seu ministro dos NE à Costa do Marfim para «conversações urgentes» sobre o que classifica como a «expansão da influência líbia no continente».■ Tropas iraquianas e iranianas defrontam-se com tanques e caças nas terras altas ocidentais do Irão e no «coração» do sudoeste petrolífero, entrando no quarto dia da contra-ofensiva iraniana; ambos os lados reivindicam a morte de centenas de adversários.

9 **Sexta-feira**

1964 – O Panamá corta relações diplomáticas com os EUA na sequência do assassinato de estudantes panamianos por militares norte-americanos, quando içavam uma bandeira do Panamá na Zona do Canal.

Um porta-voz do ministério da Defesa francês anuncia que a França vai aumentar os seus efectivos militares estacionados em países vizinhos do Tchad.■ A Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) denuncia em Genebra as tentativas da África do Sul para impor o reconhecimento dos partidos fantoches da Namíbia, congratulando-se com o facto de a Conferência ter entrado numa fase séria, depois de um atraso cuja responsabilidade atribui à África do Sul e às referidas tentativas de fazer reconhecer os seus «partidos internos».■ O governo italiano reafirma a sua recusa em negociar com os raptores do juiz Giovanni d'Urso.

10 **Sábado**

1920 – É fundada a Sociedade das Nações.

O presidente do Afeganistão, Babrak Karmal, recebe três deputados do Partido Trabalhista britânico, em visita ao país.■ O órgão central do Partido Comunista Italiano, «L'Unitá», afirma que a actual maioria governamental italiana está esfrangalhada, acusando o governo de coligação de estar a negociar com os terroristas que raptaram o juiz Giovanni d'Urso.■ O primeiro-ministro do Zimbabwé, Robert Mugabe, procede à primeira remodelação governamental desde a independência em Março do ano passado, substituindo nomeadamente Joshua Nkomo, dirigente da ZAPU-FP, no ministério do Interior.■ Brian Urquhart, subsecretário-geral da ONU declara que terá de haver mudanças na situação na Namíbia logo que seja fixada uma data firme parar o cumprimento de uma solução de paz para o território.■ O presidente da OUA apela para a realização de uma cimeira urgente da organização, de 50 nações membros,para discussão do hipotético plano de fusão entre a Líbia e o Tchad.

11 **Domingo**

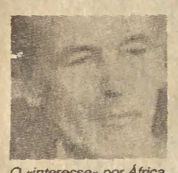
1946 – Proclamação da República Popular da Albânia.

Mais uma promoção

A Frente de Libertação Nacional Farabundo Marti, de El Salvador, desencadeia uma ofensiva generalizada em todo o país contra a junta civil-militar reaccionária que governa o país, atacando numa operação concertada várias unidades do Exército e da Polícia, tendo dominado alguns quarteis, pelo menos durante algumas horas.■ Frank Carlucci, vice-director da CIA (para onde transitou na sequência do seu «consulado» em Portugal no pós-25 de Abril), é nomeado subsecretário da Defesa dos EUA pelo gabinete de transição do presidente eleito Ronald Reagan.■ O ministro das Finanças de Israel, Igal Hurwitz, pede a demissão na sequência da aprovação pelo Conselho de Ministros sionista de um aumento salarial para os 60 000 professores do país.■ O presidente Giscard d'Estaing manda segundo contingente de tropas francesas para as proximidades do Tchad, colocando desta vez uma companhia de infantaria na República Centro Africana.■ É testado com êxito em Leninegrado um novo aparelho de raios «laser» que pode localizar instantaneamente os vestígios de petróleo na superfície do mar.

12 **Segunda-feira**

1964 – É proclamada a República do Zanzibar após uma revolta que depôs o sultão que dominava o país.



O «interesse» por África

José Napoleon Duarte, o «democrata-cristão» que preside a Junta salvadorenha, apela publicamente a uma intervenção militar no seu país, argumentando que uma invasão norte-americana era necessária para «apoiar a democracia» em El Salvador.■ O grupo nacionalista «Los Macheteros», que luta pela independência da Porto Rico (colónia dos EUA nas Caraíbas), reivindica a autoria da operação de sabotagem que fez ir pelos ares nove modernos aviões militares norte-americanos estacionados numa base perto de San Juan, capital de Porto Rico.■ A comissão de relações do Senado dos EUA requisita as gravações das conversas telefónicas da Casa Branca, quando o general Alexander Haig ali prestou serviço junto do ex-presidente Richard Nixon.■ A África do Sul manifesta de novo o seu propósito de boicotar a conferência de Genebra sobre a Namíbia, recusando-se a aceitar a marcação de uma data para a entrada em vigor do plano da ONU para a independência daquele território.■ Adun Jakub, secretário do presidente do Tchad, desmente notícias sobre uma anunciada fusão do seu país com a Líbia, deplorando ainda a atitude do governo francês (que tem estado a «cercar» militarmente o país) para com o Tchad.

13 **Terça-feira**

1915 – Um tremor de terra mata 30 000 pessoas em Itália.

A imprensa noticia a conferência de Imprensa dada pelos três deputados trabalhistas britânicos que visitaram o Afeganistão até domingo passado, tendo estes declarado que muitas das informações sobre o Afeganistão publicadas pela imprensa ocidental são exageradas, sublinhando que se vive na normalidade no país, não se vendo tropas soviéticas; manifestaram ainda o seu apoio em termos gerais ao governo de Babrak Karmal.

Prosseguem tentativas de boicote à Conferência de Genebra

A par da luta que prossegue no país, neste momento Genebra é também um centro decisivo para o destino imediato da Namíbia. No início da Conferência, o secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, apelou aos participantes para que fossem concentrados esforços que pudessem levar a Namíbia à independência até ao fim deste ano. Respondendo às tentativas de Pretória de boicotar de facto a Conferência, exigindo, através dos seus fantoches namibianos, que a ONU prescindisse do reconhecimento da SWAPO como único representante do povo namibiano – o subsecretário da ONU apelou a que não fosse destruída a busca de uma solução.

Na verdade, da parte da África do Sul, não se têm poupado esforços tendentes à sabotagem dos trabalhos da Conferência. Primeiro a exigência, falhada, de reconhecimento dos partidos fantoches. Agora a recusa em aceitar a marcação de uma data para entrada em vigor do plano das Nações Unidas para a independência do território da Namíbia. E de novo a exigência de colocar como questão prévia que seja retirado o reconhecimento da SWAPO como o legítimo representante do povo Namibiano.

A par destas manobras, a morte de dezenas de habitantes.

Até os fantoches da UNITA ameaçam com ofensivas armadas contra as forças das Nações Unidas na zona desmilitarizada entre a África do Sul e a Namíbia.

Os objectivos da Conferência

O primeiro objectivo da conferência é a fixação de uma data para o cessar-fogo. Seguir-se-iam eleições fiscalizadas pelas Nações Unidas a realizar num período de sete meses – eleições que se destinam à formação de uma Assembleia constitucional para fixar os termos sob os quais o território ascenderá à independência.

Com base nos documentos oficiais da ONU, o calendário proposto seria o seguinte:

– Cessa-fogo em Março deste ano;

– Criação de uma zona desmilitarizada entre a Namíbia, Angola e a Zâmbia, com 100 quilómetros de profundidade;

– Redução das forças sul-africanas de 20 mil para 1500 homens no período de três meses após o cessar-fogo;

– Estacionamento de um grupo das Nações Unidas de 7500 homens, para supervisar o reagrupamento de forças;

– Instalação de uma administração de transição chefiada pelo representante especial da ONU na Namíbia;

– Início da campanha eleitoral em Junho de 1981;

– Eleições gerais em Outubro de 1981, seguidas da partida das últimas tropas sul-africanas;

– Libertação dos presos políticos e desarmamento dos grupos armados;

– Elaboração de uma Constituição pela assembleia constituinte e formação do primeiro governo independente.

É evidente que estes objectivos não correspondem de forma alguma aos interesses de Pretória. Os esforços por parte da África do Sul para boicotar a Conferência traduzem a sua certeza de que numas eleições livres os votos confirmarão que a SWAPO é o único e legítimo representante do povo namibiano. Nem só em Pretória se temem os resultados de um processo de independência em condições de liberdade. Tais receios são partilhados pelo mundo capitalista. Apoiando formalmente alguns esforços da ONU, alguns países capitalistas contribuem na prática para o arrastar desta situação. As declarações oficiais importam pouco, confrontadas com a prática. E essa prática traduz-se em números significativos como: segundo dados oficiais a África do Sul importou, em onze meses do último ano, artigos da Europa Ocidental num montante de 5,2 milhões de rands; as importações de artigos norte-americanos, que em 1979 foi de 1,3 milhões, atingiu em 1980 os 2,05 milhões de rands.

É desta ajuda sistemática que se alimenta o último regime de «apartheid» e as suas pretensões de ditar ao povo da Namíbia um futuro moldado por interesses que lhe são opostos.

Já depois de redigido este artigo, foi conhecida a notícia de que a Conferência terminou ontem sem que se tenha conseguido chegar a uma solução negociada que respeitasse os interesses do povo da Namíbia. A responsabilidade cabe inteira aos racistas sul-africanos e seus aliados. Mas a SWAPO e os países da Linha da Frente vão prosseguir a luta.

Refugiados namibianos massacrados pelos racistas sul-africanos em Kassiga. Esta a política que Pretória quer continuar a defender, hoje também em Genebra

A seca flagela Moçambique

Apelo da Associação Portugal-RPM à solidariedade do povo português

A escassez de chuva que se verifica há quase dois anos na República Popular de Moçambique ameaça provocar uma situação extremamente grave. Hoje, devido àquela calamidade natural, em vastas zonas das províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, a seca dizimou culturas e vegetação. Muitos rios, pequenos lagos e albufeiras secaram por completo e inúmeros são os poços que pela ausência de água apresentam as paredes gretadas.

A situação é grave. E para melhor compreendermos a sua gravidade basta recordar que no nosso país há mais de um mês que não chove. E as consequências têm sido funestas tanto no campo da agricultura e pecuária como no sector da produção de energia. Imagine-se o que seria se não chovesse há dois anos, como sucede em Moçambique.

Esta catástrofe natural, comparável às registadas nos períodos de 1949/50, 1959/60 e 1969/70, que só não foram conhecidas da opinião pública pelo «zelo» da censura fascista em impedir a divulgação da verdade, tem provocado enormes carências na alimentação e no abastecimento de água às populações, falta de pastos para os animais e a perda de elevadas quantidades de produtos agrícolas.

Perante esta situação milhares de pessoas percorrem longas distâncias à procura de comida e água. Esta falta de água e de alimentos provoca a malnutrição, a desidratação, as anemias graves, as doenças da pele e afecta o desenvolvimento físico e intelectual das crianças na medida em que o leite materno, empobrecido, aumenta a vulnerabilidade das crianças às epidemias.

Mas a seca não afecta apenas a República Popular de Moçambique. Outros países do continente africano sofrem a mesma calamidade, nomeadamente a Etiópia, Somália, Quénia, Tanzânia, Malawi, Zimbabwé, África do Sul e Botswana. E os apelos à solidariedade internacional têm sido feitos para minorar os prejuízos.

Concretamente, neste momento, Moçambique tem necessidade de alimentos, medicamentos, sementes, equipamentos e meios de transporte para enfrentar a situação.

As necessidades imediatas em alimentos compreendem, segundo estimativa do Governo da República Popular de Moçambique, 175 mil toneladas de cereais, 20 mil toneladas de feijão e amendoim, 10 mil toneladas de peixe seco, 10 mil toneladas de óleo alimentar. No sector sanitário são precisas 15 mil toneladas de sabão e medicamentos contra a sarna, conjuntivite e diarreias, assim como antiparasitários e suplementos vitamínicos e minerais. No que respeita a equipamento são precisas viaturas de vários tipos, utensílios agrícolas e material de captação de água.

Tendo em conta que ao apelo de Moçambique já responderam vários países de todos os continentes, a Associação Portugal-Moçambique decidiu lançar uma campanha de solidariedade com vista à obtenção de fundos que possam ser canalizados para Moçambique, como contributo do povo português para a minimização das consequências do flagelo ocorrido.

Quaisquer donativos podem ser enviados para a Associação Portugal-Moçambique, Rua Artilharia 1, 1000 – Lisboa.

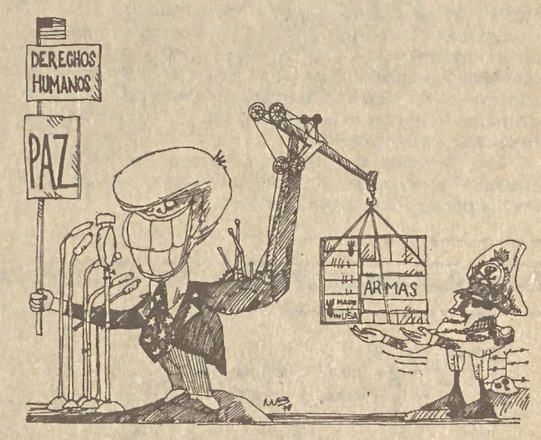
Os «interesses vitais» dos EUA

As mais recentes declarações de Haig revelam bem o verdadeiro conteúdo da política externa norte-americana. Haig afirma que os Estados Unidos têm de estar preparados para defender militarmente o seu acesso ao petróleo e outras fontes vitais de matérias-primas e acrescenta que os interesses estratégicos dos Estados Unidos não se limitam à região do Golfo e às suas linhas de abastecimento petrolífero.

As ameaças são claras ainda que longe de serem novas.

A versão definitiva do projecto de lei sobre a «assistência» ao estrangeiro aprovada pelo Congresso dos EUA, é coerente com as afirmações do futuro secretário de Estado norte-americano. Israel, praça de armas do militarismo dos EUA no Médio Oriente, fica com 2,2 mil milhões de dólares dos 4,98 mil milhões aprovados para a «assistência» a países estrangeiros. A troco dos serviços prestados ao imperialismo, o Egipto contará com 1,3 mil milhões de dólares. A restante verba será naturalmente destinada aos regimes reaccionários protegidos por Washington.

E uma expressão prática da política promovida por Reagan, na linha da levada à prática por Carter. Seja em nome dos «direitos humanos», ou dos «interesses estratégicos», ou das «fontes vitais». Cínica linguagem que não pode deixar de nos lembrar a exigência nazi do «espaço vital».



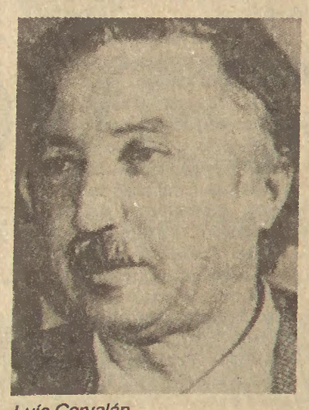
Invocando as «necessidades vitais» em vez dos «direitos humanos», Reagan prossegue a política de Carter

Esquerda chilena reforça unidade

«Consideramos que o principal é a luta e a unidade do nosso povo no Chile. Valorizamos altamente os avanços conseguidos neste sentido e apoiamos os nossos compatriotas nos seus propósitos de coordenar as acções e fortalecer as organizações unitárias» – afirma-se numa declaração conjunta dos dirigentes de oito partidos de esquerda chilenos, datada de 21 do mês passado e divulgada dois dias depois pelo «Gramna», órgão central do Partido Comunista de Cuba.

O documento surgiu na sequência de uma reunião em que os signatários «trocaram opiniões acerca da situação que prevalece no nosso país» e no decorrer da qual foi constatada a «necessidade de impulsionar no exílio chileno o fortalecimento das organizações unitárias» e decidido «continuar o nosso diálogo e realizar uma próxima reunião destinada a concretizar os propósitos comuns que nos animam».

A importante declaração é subscrita por Clodomiro Almeida (Partido Socialista), Luís Corvalan (Partido Comunista), Oscar Garreton (Movimento de Acção Popular Unitária), Anselmo Sule (Partido Radical), Enrique Correa (Movimento de Acção Popular Unitária Operária-Campesina), Nelson Gutiérrez (Movimento de Esquerda Revolucionária), Luís Maria (organização da Esquerda Cristã) e Adonis Sepúveda (Partido Socialista).



Luís Corvalán

Crise em Israel e no Egipto bases de apoio da política dos EUA no Médio Oriente

O projecto de Reagan em relação ao Médio Oriente parece para já apontar para uma mais que hipotética revitalização dos acordos de Camp David. A viagem pelo Médio Oriente e África do antigo secretário de Estado norte-amerioano Henry Kissinger insere-se nessa direcção política. Mas os pilares em que os EUA assentam para tentar promover a sua política nesta zona estão bem pouco sólidos.

Em Israel o governo de Begin encontra-se à beira da queda. O ministro das Finanças, Igal Hurwitz, pediu a demissão, na sequência da decisão do Conselho de Ministros de corresponder à reivindicação de aumentos salariais dos 60 mil professores do país. Exigência e cedência que reflectem a situação de profunda crise económica: a taxa oficial de inflação é de 120 por cento, pelo que é previsível que se seguirão outros processos reivindicativos.

Simultaneamente sucedem-se os casos de corrupção. O ministro dos Assuntos Religiosos, Abu-Hatzeira, deputado do Partido Nacionalista Religioso (PNR), foi privado da sua imunidade pelo Parlamento de Israel. O ministro utilizou fundos governamentais em proveito próprio e do seu partido, tendo causado prejuízos à tesouraria pública que montam a milhões de «shekels». Simultaneamente o responsável do Interior, Yossef Burg, é acusado pelo antigo chefe da polícia, agora demitido, de ter entravado um processo que atingiria o seu partido, o PNR.

No Egipto, a situação política está bem longe de ser estável. Grupos de oposição formaram uma Frente Democrática Nacional para derrubar Sadat e formar um governo de unidade nacional, com eleições democráticas e modificações na Constituição. No seu programa a Frente denuncia a crise económica que se vive no país, a carência de liberdade política, a alienação da independência nacional, a corrupção, a política de «Camp David». Dentro do próprio governo manifestam-se crescentes indícios de insatisfação face à política prosseguida por Sadat.

Paralelamente aprofunda-se a luta do povo palestiniano pelos seus direitos, em particular nas zonas ocupadas por Israel. No regresso à sua cidade, na margem ocidental do Jordão, o presidente da Câmara de Nablus, que perdeu as pernas num atentado bombista em Junho passado, foi recebido como um herói, com milhares de palestinianos nas ruas, sob uma chuva torrencial. «Estou de volta para servir o meu povo», afirmou Bassam Al-Shaka, presidente da Câmara de Nablus, à imprensa. Um povo que luta com determinação crescente – contra as manobras do imperialismo – pelo seu direito a uma pátria.

Os sustentáculos da política do imperialismo no Médio Oriente não têm futuro – a sua base é a repressão

Dias talvez decisivos em El Salvador

El Salvador vive uma insurreição geral popular desde sábado. O culminar de uma grande batalha – batalha pela unidade das forças antifascistas, batalha quotidiana contra as classes dominantes apoiadas por Washington – do povo salvadorenho pelo seu futuro. Os primeiros passos desta insurreição pertencem já à História de El Salvador, à História do continente latino-americano.

Combate-se nas ruas de São Salvador e em todas as mais importantes cidades do país. Através de uma estação de Rádio tomada na capital, os patriotas lançaram um apelo à greve geral e à insurreição popular. Em Santa Ana soldados da 2.ª Brigada de Infantaria revoltaram-se, incendiando as suas casernas, e aderiram com armas à Frente «Farabundo Marti» de Libertação Nacional, sob o comando do tenente-coronel Vladimir Cruz e do capitão Mena Sandoval. O tenente-coronel Ricardo Bruno Navarrete lançou um apelo aos oficiais e soldados do exército da cidade de Morazan para que sigam o exemplo da brigada de Santa Ana. Foi declarado o estado de sítio e imposta a lei marcial. Apesar de todos os esforços da Junta para diminuir a amplitude dos acontecimentos os sintomas de desagregação do regime, atingem já o exército, de há muito o «partido» da classe dominante.

A «ordem geral número um» do comando da Frente «Farabundo Marti» de Libertação Nacional aponta para a luta armada generalizada nas cidades e nos campos e a instalação de organismos de poder popular. É difícil negar o apoio popular ao movimento revolucionário, quando a luta prossegue e se amplia apesar da brutalidade da repressão, apesar dos milhares de mortos. A Junta sobrevive exclusivamente graças ao apoio de Washington. E é exactamente na possibilidade de um reforço desse apoio, mesmo de uma intervenção militar directa, que reside o maior perigo, a grande ameaça à determinação do povo salvadorenho de conquistar finalmente a liberdade.

A luta popular não se desenvolve apenas através das acções armadas dos guerrilheiros. Nas cidades e centros industriais, os trabalhadores e o povo em geral participam activamente no levantamento geral contra a opressão

O perigo real da intervenção externa

Napoleon Duarte, presidente da Junta no poder em El Salvador, declarou aos jornalistas, na capital, que a intervenção americana no seu país era necessária para «apoiar a democracia», apelando ao mesmo tempo a Washington para alargar o seu apoio económico e financeiro à Junta. Trata-se de uma confirmação – mais uma – da ingerência real dos EUA na vida interna de El Salvador.

A intensificação dos combates reflecte-se directamente no crescimento da ajuda militar norte-americana. Novas quantidades de armas têm vindo a ser transferidas para Salvador das bases norte-americanas de Panamá. Tudo aponta para a possibilidade de uma intervenção militar dos Estados Unidos, quer através dos exércitos da Guatemala e das Honduras, quer mesmo de uma intervenção directa. O bispo salvadorenho monsenhor Benito Tovar afirmou recentemente: «o assassínio de dois cidadãos norte-americanos faz parte dos planos da Junta no poder, que deseja que os Estados Unidos intervenham militarmente em El Salvador sob o pretexto de defender os seus cidadãos». A questão assume mesmo neste momento um carácter imediato. Nos EUA, entretanto, têm-se realizado manifestações contra o apoio governamental à Junta de Salvador.

A intervenção real dos EUA – acentuada em função dos avanços das forças patrióticas e revolucionárias – está determinada pelo seu plano próprio. Conforme foi denunciado pelos dirigentes da Frente «Farabundo Marti», tal plano devide-se em três etapas: o esmagamento da guerrilha e o extermínio dos dirigentes de todas as organizações de massas; a liquidação de todos os focos de resistência popular; a realização de «eleições» com vista a eternizar o domínio do imperialismo num país «apaziguado». Em função desses planos, Carter decidiu, em Setembro de 1979, criar em Key-West (Florida) uma «força móvel» destinada a «defender os interesses dos Estados Unidos nas Caríbas e na América Central», de acordo com as palavras do próprio Carter. Decisão essa seguida de «exercícios» em Guantánamo (base americana incrustada em Cuba) e na ilha de Porto Rico, para além de outras acções provocatórias, e da modernização do exército das Honduras.

Neste momento crucial assume particular premência o apelo da direcção da Frente «Farabundo Marti» de Libertação Nacional, aos povos de todo o mundo para que impeçam uma intervenção militar dos EUA em El Salvador.

Farabundo Marti

Augustín Farabundo Martí (1894-1932) foi um dos dirigentes do Partido Comunista de El Salvador (PCS) e representante do Socorro Vermelho Internacional na secção de El Salvador. Participou na luta armada do povo da Nicarágua, sob o comando do general César Augusto Sandino, contra as tropas norte-americanas.

Farabundo Marti chegou a ser secretário particular de Sandino e, além disso, obteve o posto de coronel do Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua.

Nas vésperas da insurreição popular de 1932, em El Salvador, Agustín Farabundo Martí, que desempenhava com carácter provisório o cargo de secretário-geral do Comité Central do PCS, foi capturado e fuzilado a 1 de Fevereiro de 1932.

As massas estudantis, nomeadamente os universitários, têm desempenhado um importante papel na luta contra a ditadura

Os caminhos da unidade

A grande batalha que hoje se trava em El Salvador só é possível pelo esforço de unidade das forças antifascistas, pela progressiva coordenação entre todas as organizações revolucionárias e democráticas.

Em Dezembro de 1979 conseguiu-se um primeiro acordo entre o Partido Comunista de El Salvador, o Exército Revolucionário do Povo e as Forças Populares de Libertação, que formaram a **Coordenadora Revolucionária Nacional de Massas**. A Coordenadora tornou-se rapidamente a força política mais importante do país e adoptou posteriormente a plataforma-programa do futuro governo democrático revolucionário.

Com base nessa plataforma desenvolveu-se um movimento para a formação de uma ampla frente democrática, que se constituiu em Março-Abril de 1980: a **Frente Democrática Revolucionária (FDR), que reúne praticamente todas as forças políticas do país, excepto os agrupamentos ultra-reaccionários.**

Em Maio obteve-se um importante acordo. Foi possível obter unanimidade entre as forças revolucionárias nas questões fundamentais de ordem política, militar, nacional e internacional, o que permitiu passar a uma nova etapa de cooperação e constituir uma **Direcção Revolucionária Unificada político-militar**.

Em Outubro de 1980 a Direcção Revolucionária Unificada procede à formação da **Frente «Farabundo Marti» para a Libertação Nacional.**

A táctica repressiva

Cerca de 200 conselheiros norte-americanos determinam, em El Salvador, qual a táctica a adoptar para liquidar o movimento popular. A par da ajuda económica, a par do fornecimento sistemático de armas, os EUA elaboraram uma táctica repressiva que tem à partida a marca inconfundível do imperialismo: trata-se, em grande parte, de uma **transposição dos métodos utilizados no Vietnam do Sul durante a guerra.**

No dia 7 deste mês a Junta lançou napalm – cuja utilização é internacionalmente proibida – sobre a população de Guasap, povoação próxima da capital. Os campos de refugiados das províncias de Morasan e Chalatenango foram submetidos a bombardeamentos aéreos e de artilharia.

Não se trata de acções esporádicas. Trata-se sim da aplicação, no dia-a-dia, da táctica aplicada pelos americanos no Vietnam do Sul: as tropas cercam as zonas onde se encontra um importante ponto de apoio revolucionário, massacram a população, utilizam napalm. Os norte-americanos chamavam a estas operações «privar o peixe da água» o que no fundo é o reconhecimento do apoio popular aos que lutam com armas pela libertação.

A aplicação dos ensinamentos e da experiência repressiva de Washington não fica por aqui: nas «operações punitivas» são utilizados tanques, veículos blindados e helicópteros norte-americanos; regiões inteiras são pulverizadas com herbicidas e desfolhantes tóxicos; são construídos campos cercados de arame farpado para os camponeses, do tipo das «aldeias estratégicas» também implantadas pelos norte-americanos no Sul do Vietnam.

Os ensinamentos dos americanos têm um saldo expressivo: mais de 10 mil mortos desde o princípio do ano passado, chegando o número de assassinatos a atingir a média diária de 50. Tudo naturalmente em nome da «defesa da democracia», hoje uma vez mais invocada para pedir uma ingerência ainda mais directa e violenta do imperialismo em El Salvador.

A violência em El Salvador é a única arma que, desde há meses, resta à Junta Militar para tentar sufocar a luta de um povo que, em peso, pretende instaurar a democracia no país

Tarefas e objectivos

Segundo um documento divulgado em Abril do ano passado pela Frente Democrática Revolucionária, as tarefas e objectivos da revolução são os seguintes:

1) Derrubar a ditadura militar reaccionária da oligarquia e o imperialismo ianque, imposta e sustentada contra a vontade do povo salvadorenho desde há cinquenta anos; destruir a sua criminosa máquina político-militar e estabelecer o **governo democrático revolucionário**, baseado na unidade das forças revolucionárias e democráticas, no Exército Popular e no povo organizado.

2) Pôr fim ao poder e domínio político, económico e social em geral, dos grandes senhores do capital e da terra.

3) Liquidar definitivamente a dependência económica, política e militar do nosso país em relação ao imperialismo ianque.

4) Assegurar os direitos e liberdades democráticas para todo o povo, particularmente para as massas trabalhadoras, que são quem menos os tem desfrutado.

5) Passar para as mãos do povo, através da nacionalização e da criação de empresas cooperativas e associativas, os meios de produção e distribuição fundamentais, actualmente na posse da oligarquia e dos monopólios norte-americanos: a terra em poder dos latifundiários, as empresas produtoras e distribuidoras de electricidade, a refinação de petróleo, as empresas industriais ou comerciais e de serviços dos monopólios, o comércio externo, a banca, as grandes empres as de transportes. Isto sem afectar os pequenos e médios proprietários, aos quais se dará estímulo e apoio, em todos os sentidos, nos diversos ramos da economia nacional.

6) Elevar o nível de vida material e cultural da população.

7) Criar o novo Exército do nosso país, que surgirá fundamentalmente na base do Exército Popular constituído no curso do processo revolucionário, no qual poderão incorporar-se os elementos sãos, patrióticos e dignos que pertencem ao Exército actual.

8) Impulsionar a organização popular a todos os níveis, sectores e formas, para garantir a sua participação activa, criadora e democrática no processo revolucionário e conseguir a mais estreita identificação entre o povo e o seu governo.

9) Orientar a política externa e as relações internacionais do nosso país pelos princípios da independência e da autodeterminação, da solidariedade, a convivência pacífica, a igualdade de direitos e o respeito mútuo entre os Estados.

10) Desta forma, assegurar no nosso país a paz, a liberdade, o bem-estar do povo e o permanente progresso social.

Diferença de ritmo faz zangar «família da direita»

— Casqueiro pede o divórcio da CAP

José Manuel Casqueiro, conhecido *leader* das forças de direita no domínio da contra-Reforma Agrária, já não é o secretário-geral da CAP, tal como não é já o presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia da República. Na origem da sua demissão de um e outro cargo, dois factos próximos: a vinda a lume de críticas à actuação da CAP por parte da Associação de Agricultores de Évora; o facto de Cardoso e Cunha, secretário de Estado do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, se encontrar na iminência de regresso à AR, e a perspectiva, que se desenhava, do CDS o propor como presidente à Comissão Parlamentar de Agricultura.

Na base da discordância entre homens das mesmas hostes, está a questão de distribuição de terras em zona da Reforma Agrária: a Associação de Agricultores de Évora considera que tal manobra eleiçoeira (assim a define...) atrasa a reconstituição total dos latifúndios; Casqueiro, mais cauteloso — que não mais «brando» — teria sido um dos animadores desta frente de uma política altamente demagógica que não deixou de dar os seus frutos para a «AD».

Estes os factos que só por si não chegariam a fazer grande história. As conclusões a tirar, essas sim, importam reter.

Há naturalmente que fazer uma análise cuidada das contradições entre os participantes no bloco de direita para situar exactamente o que se está a passar na CAP. Os factos vêm comprovar com toda a clareza a real fragilidade da unidade de interesses que a reacção pretende apregoar e que quer fazer crer poder corresponder a uma resposta global para os problemas portugueses: muito pelo contrário, verifica-se que no seio da direita os diversos grupos se batem essencialmente pelos seus interesses próprios sem qualquer correspondência com as reais necessidades do País e que não possuem condições para assegurar uma acção coerente e estável.

No conflito que agora estalou é fácil detectar a luta entre o latifundiário tradicional, absentista e ultra-reaccionário, e os «empresários agrícolas», os médios proprietários que buscam uma influência política e económica até agora reservada aos primeiros. Enquanto estes procuravam na destruição da Reforma Agrária a pura reposição da situação de exploração no Alentejo que existiu durante o fascismo, os segundos procuravam não só alargar a sua própria riqueza e influência como tentar criar uma base social de apoio de pequenos e médios proprietários que cimentassem as suas ambições políticas.

Em termos finais, contudo, para ambos os grupos a destruição da Reforma Agrária tal como foi realizada pelo proletariado agrícola do Sul e reconhecida pela Constituição constitui um objectivo comum e o processo das reservas e roubos às UCPs e cooperativas conduzido pelo MAP e apoiado na repressão violenta correspondeu-lhe inteiramente.

A questão põe-se agora na partilha dos despojos e no processo a seguir para saber qual dos grupos até aqui aliados vai conseguir dominar o outro e conduzir a exploração dos trabalhadores.

Descoberta a manobra que o PCP denunciou

Quando, embandeirando em arco, o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral veio apresentar um programa de distribuição de terras por pequenos agricultores, o PCP denunciou amplamente a manobra demagógica envolvida nesta campanha, a burla que ela significava, o logro aos que trabalham a terra sem atingir a sobrevivência possível enquanto lavradores. Não se tratava de descobrir e atender às necessidades, interesses e aspirações dos agricultores. Tratava-se, sim, de forma consciente, planeada, de acelerar a destruição do processo da Reforma Agrária — ele sim, o único susceptível de, no futuro, dar espaço e desenvolvimento aos pequenos e médios agricultores, proprietários ou não — e de acelerar tal destruição, através do divisionismo; cindir, colocar em conflito os que por natureza de classe são aliados naturais: operários agrícolas e pequenos e médios agricultores, tirando as terras aos primeiros, através da desvastação das UCPs e Coop., com a «justificação» de que as «daria» aos segundos. Assim e de um mesmo golpe, o Governo da «AD» atraída para o seu campo, de latifundiários e capitalistas, pequenos e médios agricultores, sem terra ou com terra insuficiente, neste engano, alicerçava a certeza de uma vitória eleitoral conseguida à tangente.

Assim, tiradas às cooperativas foram grandes e pequenas parcelas: as grandes para os latifundiários; algumas pequenas, sem possibilidade de rentabilidade, para os pequenos agricultores. Também gente que nunca teve nada a ver com a terra, gente que não distingue trigo de joio, se viu com alguns hectares de terra.

E foi assim também que, ao mesmo tempo que pequenos agricultores eram expulsos de herdades pelo Governo, outros iam acumulando terras e terras, que deixavam ao abandono, gados que abatiam e vendiam.

Tudo isto o PCP denunciou, alertou e combateu na devida altura. Tudo isto, esta tremenda manobra demagógica e eleitoralista, se «descobre» nas palavras da própria direita, nas palavras de agrários da Associação de Agrigultores de Évora (jornal «O Dia», 7 de Janeiro):

«É gravíssimo o problema de distribuição de terras no Alentejo de que a actual equipa do MAP fez cavalo de batalha para uma luta política cuja finalidade era obter, no mais curto espaço de tempo, os maiores ganhos eleitorais possíveis».

«As áreas distribuídas aos agricultores independentes não possibilitam — nem na mais optimista das hipóteses — uma exploração economicamente rendível»; «As terras não dão para sustentar seja quem for; aquilo no que respeita ao lucro, é uma impossibilidade total. Não têm um dimensionamento que faculte a sua rendibilidade, são uma mina de perder dinheiro».

«O que se fez foi entregar terras indiscriminadamente. Casos houve em que as terras foram oferecidas a pessoas que nunca foram agricultores e que pelo seu trabalho da terra nunca mostraram interesse: taberneiros, merceeiros, peixeiros, etc.».

«Os resultados dessa política eleitoralista — exclusivamente eleitoralista, repetimos — estão à vista. Podemos referir o abate ilegal de gado, a venda de árvores, a transacção a preços avultados de ovelhas e vacas atribuídas pela equipa do MAP aos novos agricultores, a transferência de aproveitamentos das terras mediante aluguer, etc.».

A direita descobre assim o jogo. Não o faz por ingenuidade política, nem, como dissemos, por divergência de fundo, no seu interior. Mas antes porque alguns elementos consideram ser tempo de o fazer: não alcançaram já os seus objectivos? Não se mantêm num Governo reaccionário, teoricamente, por quatro anos? É tempo, segundo eles, de tirar a máscara de democracia do Governo e das suas forças de apoio se assumirem como o que são: inimigos da Revolução de Abril, inimigos das conquistas da democracia, dos direitos das classes trabalhadoras do campo e da cidade.

Esquecem-se que é também tempo — nunca deixou de o ser — de resistência e luta dos trabalhadores. Para novos passos. Mais firmes. Mais decisivos. Vitoriosos.